

**ACESSO À RODOVIA
ORIENTAÇÕES AO INTERESSADO
MINUTA ANEXO B - R12**

ÍNDICE

Introdução	3
Acesso Comercial à Rodovia - Pessoa Física	4
Acesso Comercial à Rodovia - Pessoa Jurídica	21
Acesso Público Municipal	39
Acesso de Residência/Chácara/Sítio ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física	56
Acesso de Residência/Chácara/Sítio ou outro com a mesma natureza - Pessoa Jurídica	74
Acesso Condomínio Residencial ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física	91
Acesso Condomínio Residencial ou outro com a mesma natureza - Pessoa Jurídica	108
Acesso de Indústria/Centro de Distribuição ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física	125
Acesso Indústria/Centro de Distribuição ou outro com a mesma natureza - Pessoa Jurídica	143

INTRODUÇÃO

Este documento apresenta as orientações que a Concessionária deve passar ao Interessado na abertura/readequação/regularização de acesso, à faixa de domínio de rodovia concedida no Estado de São Paulo.

O Anexo B está organizado e subdividido por tipo de acesso, conforme descrito a seguir:

1. Acesso Comercial

- Acesso Comercial à Rodovia - Pessoa Física
- Acesso Comercial à Rodovia - Pessoa Jurídica

2. Acesso Não Comercial

- Acesso Público Municipal
- Acesso de Residência/Chácara/Sítio ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física
- Acesso de Residência/Chácara/Sítio ou outro com a mesma natureza - Pessoa Jurídica
- Acesso de Condomínio Residencial ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física
- Acesso de Condomínio Residencial ou outro com a mesma natureza - Pessoa Jurídica
- Acesso de Indústria/Centro de Distribuição ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física
- Acesso de Indústria/Centro de Distribuição ou outro com a mesma natureza - Pessoa Jurídica

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA
ORIENTAÇÕES AO INTERESSADO

ÍNDICE

1. Regulamentação Para Pedido e Funcionamento de Acesso	6
2. Consulta Prévia	6
3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso	7
4. Orientações Quanto aos Projetos a Serem Apresentados	9
5. Autorização	14
6. Construção	14
7. Fiscalização	14
8. Cancelamento	15
9. Disposições Gerais	15
10. Anexos	15

MANUTENÇÃO

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA

A abertura de acesso comercial, à faixa de domínio da rodovia estadual sob concessão, necessita ser precedida de análise da Concessionária, responsável pelo trecho da rodovia onde se pretende instalar o acesso, e da ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e ser autorizada pelo Secretário de Logística e Transportes do Estado de São Paulo.

Antes da apresentação do pedido formal, o Interessado deve solicitar à Concessionária a orientação necessária para atender as disposições técnicas e legais exigidas.

1. Regulamentação Para Pedido e Funcionamento de Acesso Comercial à Rodovia

1.1. Leis, Decretos e Portarias

- Decreto nº 30.374 de 12/09/89 – Regulamento de Autorização de Acesso a Estabelecimento Comercial
- Portaria SUP/DER-078, de 23/07/01 – Normas para Autorização de Acesso a Estabelecimento Comercial
- Portaria ARTESP
- Lei nº 9.468, de 27/12/96 – Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas
- Decreto nº 44.492, de 07/12/99, regulamenta a Lei nº 9.468, de 27/12/96 - Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas
- Lei nº 1.380, de 06/09/77, alterada pela Lei nº 3.718, de 19/01/83 – Dispõe sobre a vigilância sanitária de água para consumo humano

1.2. Se o acesso for para posto de abastecimento, lavagem e lubrificação de veículos deverá seguir também a legislação a seguir:

- Lei nº 719, de 24/10/75 – Dispõe sobre exigências para os postos de abastecimento, lavagem e lubrificação de veículos
- Lei nº 5.664, de 11/05/87 – Dispõe sobre a prestação de serviços por postos de abastecimento, lavagem e lubrificação de veículos

2. Consulta Prévia - Opcional

Antes de entrar com o pedido formal, caso julgue oportuno, o Interessado poderá fazer uma Consulta Prévia à ARTESP. Esta consulta, não é válida, em hipótese alguma, como um pedido de abertura/regularização/readequação de acesso, não gerando assim expectativa de direito ao acesso aspirado, tampouco nenhum direito de preferência.

Para Consulta Prévia o Interessado deverá apresentar à Concessionária:

- Modelo de Documento para Consulta Prévia - Acesso Comercial Pessoa Física, com firma reconhecida por autenticidade, conforme modelo anexo 1, ou com procuração original do proprietário autorizando a consulta, se o pedido for de terceiro.

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA

3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/Regularização/Readequação de Acesso Comercial à Rodovia – Pessoa Física

3.1. Para que a abertura/regularização/readequação de acesso possa ser analisada, o Interessado deverá apresentar à Concessionária, **necessariamente**, todos os documentos solicitados e descritos a seguir, em vias originais, observando todas as orientações quanto aos projetos a serem apresentados e demais critérios/diretrizes estabelecidos neste documento.

A entrega da documentação e a análise técnica serão realizadas em duas fases: Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional e Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar:

3.1.1. Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional

- **Documentos a serem entregues:**

- ✓ Pedido/Termo de Compromisso para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso Comercial - Pessoa Física, assinado pelo proprietário do imóvel e cônjuge, com firma reconhecida por autenticidade - conforme modelo anexo 2
- ✓ Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- ✓ Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições estabelecidas na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato
- ✓ Projeto Funcional
- ✓ Cópia da guia de pagamento da tarifa de implantação

- **Análise Técnica**

- ✓ A documentação entregue, referente ao Pedido e ao Projeto Funcional será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação e o pagamento de nova tarifa de implantação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do pedido e da documentação entregues referente à Primeira Fase, o Diretor de Operações da ARTESP emitirá comunicado com o parecer à Concessionária, a ser entregue ao Interessado.
- ✓ Para o projeto analisado e considerado em condições de aprovação, o Interessado terá o prazo de 90 dias, após o recebimento do comunicado emitido pela ARTESP, para entregar a documentação da Segunda Fase à Concessionária. Expirado o prazo e não entregue a documentação, o pedido será arquivado em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação e o pagamento de nova tarifa de implantação.

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA

3.1.2. Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar.

Esta fase ocorrerá somente se o Pedido e o Projeto Funcional, analisados na Primeira Fase, forem viáveis.

- **Documentos a serem entregues:**

- ✓ Termo de Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso Comercial - Pessoa Física, assinado pelos proprietários do imóvel e cônjuges, com firma reconhecida por autenticidade - conforme modelo anexo 3
- ✓ Memoriais descritivos e de cálculo
- ✓ Levantamento planialtimétrico cadastral
- ✓ Planta da circunscrição da área.
- ✓ 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, sem a logomarca da ARTESP ou da Concessionária, com a assinatura dos proprietários do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - Projeto geométrico
 - Projeto de pavimentação
 - Projeto de drenagem
 - Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - Projeto de iluminação
 - Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - Projeto de sinalização de obras
 - Projeto de Implantação
- ✓ Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- ✓ Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- ✓ Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

- **Análise Técnica da Segunda Fase**

- ✓ A documentação entregue, referente ao Projeto Executivo e Documentação Complementar, será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação e o pagamento de nova tarifa de implantação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do Projeto Executivo e da Documentação Complementar entregues, referente à Segunda Fase, a Concessionária comunicará ao Interessado a aprovação, se for viável, ou a justificativa, se não for viável.

3.2. Após a aprovação dos projetos pela ARTESP, o Interessado deverá entregar 3 cópias dos mesmos à Concessionária, no prazo máximo de 15 dias, devidamente assinadas pelo proprietário do terreno e pelo responsável técnico, com o número do CREA.

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA

4. Orientações Quanto aos Projetos a Serem Apresentados

4.1. Projeto Funcional

- Deverá conter/seguir as seguintes diretrizes mínimas:
 - ✓ Desenho – usar como base foto aérea atualizada, formato A1
 - ✓ Planta da propriedade localizada em relação à rodovia, as amarrações do eixo do dispositivo com marcos quilométricos da rodovia (km+m) e com o sentido da pista
 - ✓ Localização do acesso, indicando a quilometragem, sentido da pista, prefixo e o nome da rodovia
 - ✓ Inclusão do norte magnético
 - ✓ Perímetro completo do terreno
 - ✓ Limites da propriedade em relação à rodovia
 - ✓ Faixa de domínio como desapropriada pelo DER/DERSA/Concessionária
 - ✓ Os comprimentos das faixas de aceleração e de desaceleração e incluir largura de acostamento e larguras das alças do acesso
 - ✓ Indicar a característica da região: urbano, rural, plano, montanhoso e outros
 - ✓ Apontar a localização do dispositivo rodoviário imediatamente anterior e posterior
 - ✓ Indicar o gabarito vertical do dispositivo, se passagem inferior
 - ✓ Existência ou não de outro acesso à propriedade
 - ✓ Distância entre o acesso solicitado e o acesso mais próximo do mesmo lado
 - ✓ Estudo de tráfego
 - ✓ Se for acesso para posto de combustível e de serviços:
 - Deverá apresentar a pesquisa de mercado para escolha da localização e da necessidade dos serviços desejados e necessários junto aos usuários da rodovia

4.2. Projeto Geométrico

4.2.1. Deverá estar em conformidade com a Portaria SUP/DER-078/2001 e atender a instrução de projeto IP-DE-F00-001 e as notas técnicas NT-DE-F00-001 do DER/SP e demais normas técnicas vigentes.

4.2.2. Para os acessos aos empreendimentos, que serão considerados polos geradores de tráfego, deve-se atender, além das orientações descritas no item anterior, às recomendações contidas no Manual de Interseções do DNIT, no que tange aos segmentos com entrecruzamento, bem como as recomendações contidas no Green Book da AASHTO referentes às faixas de aceleração e desaceleração.

De acordo com o Manual de Procedimentos (Denatran 2001): “Os Polos Geradores de Tráfego são empreendimentos de grande porte que atraem ou produzem grande número de viagens, causando reflexos negativos na circulação viária, em seu entorno imediato e, em certos casos, prejudicando a acessibilidade de toda a região, além de agravar as condições de segurança de veículos e pedestres”.

4.2.3. O projeto geométrico do acesso deverá conter no mínimo:

- Traçado em planta, apresentado em formato A1, na escala 1:1000, sobre ortofoto, com a topografia atualizada, com curvas de nível de metro em metro
- Perfil longitudinal do eixo principal da rodovia e dos ramos em estudo - estaca de 20 em 20 metros
- Seção transversal típica
- Limites da faixa de domínio oficial da rodovia, fornecidos pela Concessionária, conforme desapropriação efetuada pelo DER, DERSA ou pela Concessionária
- Área “non aedificandi”
- As alças de acesso à Rodovia
- Malha de coordenadas UTM
- Indicação do norte magnético
- Indicação de estacas de 20 em 20 metros

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA

- Tabela de alinhamento horizontal contendo todas as informações referentes aos elementos utilizados tais como: raios, ângulo central, tangentes, desenvolvimento da curva, coordenadas e outros
- Superelevação ou plano cotado
- Detalhes, quando houver necessidade, tais como ilhas, curvas compostas e outros

4.3. Projeto de Pavimentação

4.3.1. Deverá atender a IP-DE-P00/001 de jan/06 do DER/SP, contendo no mínimo:

- Memorial de cálculo de pavimentos com:
 - ✓ Cálculo do número N solicitações do eixo padrão e as hipóteses envolvidas
 - ✓ Resultados das sondagens, poços de inspeção e ensaios realizados caracterizando o solo e o pavimento existente no local
 - ✓ Dimensionamento do pavimento novo (segundo a instrução de projeto do DER/SP)
 - ✓ Especificações técnicas dos serviços, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
 - ✓ Sempre que o projeto contemplar o aproveitamento de estruturas de pavimentos existentes, e desde que existam condições geométricas para tal solução, será necessário apresentar cálculo do dimensionamento das soluções de restauração com base nas instruções de projeto IP-DE-P00/002 e IP-DE-P00/003 do DER/SP
- Desenhos de Projeto executivo de Pavimentação com:
 - ✓ Planta de localização do pavimento a ser implantado, demolições e demais intervenções necessárias sobre base da última versão válida do projeto geométrico e base topográfica
 - ✓ Localização das sondagens realizadas
 - ✓ Indicação dos limites da faixa de domínio
 - ✓ Seção transversal típica onde figurem as intervenções propostas, as camadas do pavimento proposto com as respectivas espessuras e indicações dos materiais constituintes. A capacidade de suporte do subleito avaliada e o tráfego previsto devem ser explicitados (os elementos apresentados nesta seção serão verificados pela ARTESP, através dos métodos de dimensionamento do DER/SP, DNIT e/ou ABCP - Associação Brasileira de Cimento Portland).
 - ✓ Detalhe do encontro com o pavimento existente, contemplando o escalonamento das camadas existentes e a compatibilização de camadas drenantes, de modo a promover a continuidade hidráulica no interior da nova estrutura
 - ✓ Detalhe de elementos de drenagem conectados ao pavimento tais como guias, sarjetas, passeio e outros
 - ✓ Drenos subsuperficiais conectados às camadas drenantes do pavimento (DLR- dreno longitudinal raso, conforme Projeto Padrão do DER/SP)
 - ✓ Tabela contendo especificações técnicas dos serviços a serem executados, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
- Notas mínimas a constar nos desenhos de seções-tipo:
 - ✓ Nota de como proceder no caso de ocorrência de solo do subleito com CBR menor que aquele especificado em projeto e/ou solo expansivo
 - ✓ Nota de como proceder em caso de solo mole
 - ✓ Nota recomendando que o subleito esteja isento de matéria orgânica e o lençol freático esteja rebaixado a, no mínimo, 1,50m da camada final de terraplanagem
 - ✓ Nota recomendando a compatibilização das camadas drenantes entre pavimento novo e pavimento existente de modo a garantir a continuidade hidráulica, no interior da estrutura do pavimento

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA

4.4. Projeto de Drenagem

4.4.1. Deverá atender a IP-DE-H00/001 e a IP-DE-H00/002 do DER/SP e conter no mínimo:

- Memória de cálculo contendo os estudos hidráulicos e hidrológicos. Apresentar as planilhas de cálculo e os quadros resumos em conformidade ao anexo A da IP-DE-H00-002 do DER/SP
- Planta de bacias contribuintes
- Planta de drenagem superficial
 - ✓ Apresentar o traçado geométrico contendo a declividade do greide, dimensões das pistas, pontos altos e baixos com a indicação de sua localização e outros. Deve ser apresentado de forma rebaixada, enfatizando a drenagem projetada
 - ✓ A topografia deve apresentar as curvas de nível cotada de metro em metro, taludes e outros, também de forma rebaixada
 - ✓ Os dispositivos existentes e projetados devem ser representados de forma distinta
 - ✓ A legenda e a indicação de faixa de domínio devem ser apresentadas entre outros
 - ✓ Indicar o posicionamento de início e de fim (estaqueamento ou km) de todos os dispositivos de drenagem e suas nomenclaturas, conforme PP(projeto padrão dos dispositivos) do DER/SP
 - ✓ Caso a propriedade do solicitante utilize “piscinas” de retenção para amortecimento da vazão, informar em memorial e representar nos desenhos
- Perfil dos bueiros, caso haja, indicando:
 - ✓ Perfil longitudinal do bueiro de drenagem com indicação de diâmetro, classe, comprimento, declividade e sentido do fluxo
 - ✓ As cotas de entrada e saída e a seção sobre ele, o berço utilizado (brita ou concreto), posicionamento (estaqueamento) e outros
 - ✓ Detalhes da boca de entrada e saída indicando dimensões, material, indicação do posicionamento (estaqueamento ou km) e, caso haja, dispositivo de amortecimento e demais dispositivos com as devidas indicações, cotas, comprimentos e outros
 - ✓ Detalhes de guias, sarjetas, valetas, bocas-de-lobo, caixas coletoras e demais dispositivos de drenagem com suas classificações padrão DER/SP, dimensões e materiais, caso haja necessidade de utilização das mesmas
 - ✓ Caso existam interferências no local, indicar as mesmas especificando tipo, dimensões e cotas
- Apresentar legenda, notas e indicação do Norte
- Detalhamento dos dispositivos empregados. Os desenhos dos detalhes dos dispositivos devem estar de acordo com o PP do DER/SP (podem ser obtidos no próprio site do órgão). Caso o dispositivo não possua um padrão, deverá ser elaborado o seu detalhamento e submetido juntamente com a documentação de projeto para aprovação da ARTESP.

4.5. Projeto de Terraplanagem e Geotecnia

Caso haja movimentos de terra próximos à faixa de domínio da Rodovia Concessionada, resultando em taludes de altura considerável, deve ser indicada a inclinação e altura, e se for o caso, estudo de estabilidade dos mesmos.

4.6. Projeto de Iluminação

Deverá atender a IP-DE-E00/001- Projeto de Iluminação de Rodovias do DER/SP.

4.7. Projeto de Obra de Arte

Deverá atender as normas da ABNT.

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA

4.8. Projeto de Paisagismo/Revestimento Vegetal

- 4.8.1.** Para implantação de qualquer projeto de paisagismo nos acessos, envolvendo a faixa de domínio das rodovias, deverão ser obedecidas as recomendações da Norma ABNT NBR 15486 de segurança no tráfego.
- 4.8.2.** Deverão ser usadas preferencialmente espécies vegetais nativas regionais; espécies arbustivas ou de pequeno porte.
- 4.8.3.** É proibido o uso de espécies: frutíferas, mesmo sendo nativas e regionais; de espécies arbóreas de grande porte, muito altas ou de madeira pouco resistente, cuja queda possa causar acidentes com os usuários da rodovia (por exemplo: palmeira real, guapuruvu, paineira e outros).
- 4.8.4.** Deve ser evitado o plantio de árvores isoladas, pois estarão mais sujeitas às intempéries como ação do vento, raios e outros.
- 4.8.5.** Os projetos deverão prever a manutenção das mudas e o controle de pragas.

4.9. Projeto de Sinalização

Deverá conter:

4.9.1. Vertical

Sinalização de Regulamentação e Advertência, mostrando a circulação do acesso desde a rodovia até o limite de faixa de domínio.

4.9.2. Horizontal

O acesso deverá ser sinalizado conforme os padrões exigidos pela ARTESP, ou seja, “taper” de aceleração, narizes, divisões de faixas e “taper” de desaceleração, devidamente cotados e amarrados.

4.9.3. Materiais técnicos a serem utilizados para elaboração e análise do projeto:

- Código de Trânsito Brasileiro - CTB
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN:
 - ✓ Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação
 - ✓ Volume II - Sinalização Vertical de Advertência
 - ✓ Volume IV - Sinalização Horizontal
- Manual Brasileiro de Sinalização Rodoviária do Departamento de Estradas de Rodagem - DER
 - ✓ Volume I - Projeto
 - ✓ Volume II - Tomo I - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume II - Tomo II - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume III - Obras, Serviços de Conservação e Emergência
- Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito
- Normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT

4.10. Projeto de Implantação

Deverá conter:

- 4.10.1.** Perímetro completo do terreno, de acordo com a matrícula atualizada, com todas as coordenadas UTM dos pontos de encontro do terreno com os vizinhos e com a faixa de domínio da rodovia; e indicação dos nomes dos proprietários vizinhos.
- 4.10.2.** Plantas das obras e instalações do empreendimento/imóvel a serem construídas/reformadas, acompanhadas de memorial descritivo, área para circulação e estacionamento de veículos e a devida sinalização.

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA

4.11. Meio Ambiente

4.11.1. Deverão ser apresentadas autorizações e/ou licenças ambientais quando houver intervenções nas faixas de domínio ou próximas a estas, que impactem em áreas de proteção ambiental (APA) e/ou vegetação nativa em estágios secundários e avançados de regeneração.

4.11.2. Devem ser objeto de consulta sobre a necessidade de licenciamento ambiental as intervenções nas faixas de domínio ou áreas lindeiras próximas a estas quando as mesmas estiverem inseridas nas áreas de proteção dos mananciais definidas pela Lei nº 898, de 18 de dezembro de 1975 e pela Lei 1.172 de 17 de novembro de 1976, ou em unidades de conservação do Estado.

4.11.3. Na execução das intervenções devem ser adotados os cuidados necessários para evitar o desenvolvimento de processos erosivos, rupturas de taludes, o assoreamento e interrupção de drenagens naturais e outras situações que possam acarretar danos ambientais.

4.12. Distâncias a Serem Observadas:

4.12.1. Distância entre dois dispositivos de acesso. Distância mínima entre o fim da pista de aceleração de um (saída do estabelecimento para a pista) e o início de desaceleração do outro (saída da pista para o estabelecimento) dos acessos a estabelecimentos comerciais é de 500,00 metros.

4.12.2. Distância mínima entre o fim da pista de aceleração e/ou início da pista de desaceleração com o início das conexões rodoviárias existentes, extremidade mais próxima de pontes, viadutos, túneis e cruzamentos em nível é de 500,00 metros.

4.12.3. Distância mínima entre o fim da pista de desaceleração e o início de uma pista de aceleração de um posto de balança, PMRV, praça de pedágio ou similar é de 1.000,00 metros.

4.12.4. Para os terrenos lindeiros onde se instalem posto de abastecimento e de serviço para veículos automotores, o espaçamento mínimo entre o acesso solicitado e o de outros terrenos lindeiros com estabelecimentos congêneres, localizados na mesma margem da rodovia, será de 10 (dez) quilômetros.

4.12.5. No caso em que o acesso comercial fique próximo a um dispositivo de entroncamento ou cruzamento que não contemplam alças ou outros tipos de conexões, a distância mínima entre a extremidade mais próxima da pista de aceleração ou de desaceleração de um acesso até o ponto de intersecção dos eixos das rodovias (entroncamento x rodovia) é de 1.200,00 metros.

4.13. Na elaboração dos projetos o Interessado deverá pesquisar, levantar e verificar a existência de quaisquer obras, serviços ou demais ocupações de faixa de domínio, que possam interferir na elaboração do projeto e execução da obra, sob sua inteira responsabilidade e expensas.

4.14. Deverão ser atendidas, em até 30 dias, as solicitações realizadas pela Concessionária/ARTESP de informações complementares para análise ou adequações aos projetos apresentados.

Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará o processo à ARTESP, onde será arquivado em definitivo.

Caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação e o pagamento de nova tarifa de implantação.

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA

5. Autorização

- 5.1. A autorização de acesso será concedida a título precário, podendo ser cancelada a qualquer tempo, sem que caiba ao seu titular qualquer direito à indenização.
- 5.2. Compete ao Secretário de Logística e Transportes autorizar a concessão de acesso comercial.
- 5.3. O deferimento do pedido de autorização de acesso comercial ficará sujeito ao compromisso do pagamento mensal da tarifa de fiscalização à Concessionária, calculada conforme Regulamento, e de acordo com as características das rodovias e dos estabelecimentos comerciais.
- 5.4. A Concessionária comunicará ao Interessado o deferimento ou indeferimento da solicitação, após publicação no Diário Oficial do Estado e informado pela ARTESP.
- 5.5. A ARTESP devolverá uma cópia do projeto, quando aprovado, ao Interessado, para a sua execução. A entrega da cópia do projeto aprovado será realizada pela Concessionária.
- 5.6. Deverá ser assinado Termo de Autorização de Início de Obras entre a Concessionária e o Interessado, estabelecendo as condições para construção, o funcionamento do acesso, o pagamento da tarifa de fiscalização, bem como autorizando o início das obras e serviços do acesso aprovado.

6. Construção

- 6.1. A construção do acesso é de responsabilidade do Interessado, que deve arcar com todas as despesas para implantação, operação, manutenção e conservação do acesso.
- 6.2. Os prazos para início e conclusão das obras de construção dos estabelecimentos comerciais serão, respectivamente, de 6 (seis) meses e de 2 (dois) anos, contados da data de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo do ato de autorização de acesso.
- 6.3. A Concessionária, sob a supervisão da ARTESP, fiscalizará a construção do acesso, que deverá ser realizada de acordo com o projeto aprovado.
- 6.4. O Interessado deverá entregar à Concessionária o cronograma de obras para implantação/regularização dos acessos.
- 6.5. Ao término da obra é obrigatório a entrega pelo Interessado do As Built, em até 10 dias, sem o qual não poderá ser feita a vistoria de término da obra e a liberação para funcionamento do acesso pela Concessionária.
- 6.6. Após a liberação pela Concessionária, caso a ARTESP constate que o acesso não está de acordo com o projeto aprovado, serão aplicadas as penalidades previstas em lei.

7. Fiscalização

- 7.1. A fiscalização dos acessos e da sinalização implantada será exercida pela Concessionária sob a supervisão da ARTESP.
- 7.2. Caso durante a fiscalização seja detectada alguma irregularidade, o titular da autorização do acesso será penalizado conforme a legislação vigente, sendo notificado para sanar as irregularidades dentro prazo estabelecido.
- 7.3. As penalidades serão aplicadas pela ARTESP.
- 7.4. Quando houver necessidade de intervenções no pavimento, obras, drenagem ou sinalização de acesso e não for realizada no prazo estabelecido na notificação, a Concessionária adotará as medidas cabíveis e solicitará o ressarcimento ao titular da autorização do acesso.

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA

8. Cancelamento

- 8.1. O detentor da autorização do acesso poderá requerer o seu cancelamento mediante solicitação dirigida ao Diretor Geral da ARTESP.
- 8.2. A ARTESP poderá cancelar a Autorização mediante interesse público, desvio de finalidade, ter ficado inativo por período superior a 3 meses ou por não atender as exigências previstas na regulamentação em vigor.

9. Disposições Gerais

- 9.1. O Interessado se responsabilizará por quaisquer danos ou prejuízos materiais ou morais que, por si ou por seus prepostos, vierem a causar à estrada ou rodovia, ao órgão rodoviário, terceiros e ao meio ambiente advindo da implantação, operação, manutenção ou conservação do acesso.
- 9.2. O titular da autorização de acesso não poderá permitir alterações das finalidades do acesso, previstos na concessão da autorização, nem introduzir qualquer modificação no projeto, em execução ou já executado, sem a autorização prévia da ARTESP, mediante requerimento dirigido ao seu Diretor Geral, juntando-se o respectivo projeto modificativo, entregue à Concessionária, responsável pelo trecho da Rodovia, onde está/será instalado o acesso.
- 9.3. Ocorrendo a necessidade de substituição do titular da autorização de acesso, a ARTESP deverá ser comunicada por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, por meio documento entregue à Concessionária, comprometendo-se, expressamente, o novo titular, a satisfazer e respeitar as exigências na regulamentação existente, sem o que não será expedida nova autorização.
- 9.4. No caso de locação, arrendamento, empréstimo ou outra modalidade qualquer de transferência de direito de uso a terceiros, no todo ou em parte, do estabelecimento, o titular da autorização de acesso deverá comunicar por escrito a ARTESP, por meio da Concessionária, no prazo de 30 (trinta) dias, o fato jurídico ocorrido, informando, também, que o terceiro conhece e se obriga a respeitar as normas previstas na regulamentação, permanecendo, no entanto, integral sua responsabilidade no que concerne ao cumprimento das obrigações previstas na regulamentação.
- 9.5. O estabelecimento comercial não poderá ser desativado, parcial ou totalmente, por prazo superior a 3 meses sem a anuência expressa da ARTESP.
- 9.6. A inobservância das exigências previstas na regulamentação existente estará sujeita a aplicação de multas e cancelamento da Autorização.

10. Anexos

Fazem parte deste documento os seguintes anexos:

- Anexo 1 - Modelo Para Consulta Prévia
- Anexo 2 - Modelo Para Pedido/Termo de Compromisso de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso
- Anexo 3 - Modelo Para Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA

ANEXO 1

MODELO PARA CONSULTA PRÉVIA – ACESSO COMERCIAL PESSOA FÍSICA

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
 Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
 São Paulo – SP
 CEP 01451-011

Pelo presente instrumento EU, nome do proprietário do imóvel lindeiro _____, nacionalidade _____, estado civil, _____, profissão _____, portador da Cédula de Registro Geral nº _____, devidamente inscrito (a) no CPF/MF nº _____, residente e domiciliado rua/avenida/alameda, nº _____, bairro, código postal, cidade e estado _____, **DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS** ser proprietário do imóvel a seguir descrito:

Características Gerais:
Rodovia:
Km+m:
Sentido de pista ou marginal:
Bairro:
CEP:
Município:
Atividade Pretendida:

Declaro, ainda, estar ciente que de acordo com o *caput* do artigo 10 do Decreto Estadual nº 30.374 de 12 de setembro de 1989, que regula os estabelecimentos comerciais nas rodovias, **o pedido de autorização de acesso somente deverá ser feita pela pessoa física ou jurídica proprietária do terreno lindeiro onde se instalem os estabelecimentos comerciais.**

Declaro, ainda, estar ciente que este pedido refere-se tão somente a uma consulta informal quanto à viabilidade ou não do acesso pretendido, não sendo válido em nenhuma hipótese, como um pedido formal de abertura de acesso e, não gerando assim, expectativa de direito ao acesso almejado, tampouco nenhum direito de preferência sobre qualquer pedido válido apresentado após a data deste documento.

Por fim, uma vez viável a sobredita análise e, caso ainda haja interesse em sua implementação, comprometo-me PROTOCOLAR, junto à respectiva Concessionária de Rodovias, o competente pedido de abertura de acesso, à luz da legislação vigente, bem como apresentar toda documentação a ele inerente.

Município, _____ dia, _____ mês _____, ano _____

Assinatura _____ e nome do proprietário do imóvel lindeiro com firma reconhecida por autenticidade

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA

ANEXO 2

MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 1/2 ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO COMERCIAL PESSOA FÍSICA

Ilmo. Sr.

Diretor Geral

da Agência Reguladora de Serviços Públicos

Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP

Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi

São Paulo – SP

CEP 01451-011

Nome do proprietário do imóvel lindeiro _____, RG _____, CPF _____, solicita que lhe seja concedida autorização para abertura/regularização/readequação de acesso a um estabelecimento comercial tipo _____ posto de abastecimento e serviços de veículos, hotel, motel, restaurante ou outro, no imóvel de sua propriedade, localizado à margem da Rodovia _____ nome da Rodovia _____, SP - número da Rodovia _____, altura do Km _____ + _____ metros, _____ pista ou marginal sentido _____, município de _____, São Paulo. Se existir documento anterior ARTESP relacionado ao assunto, fazer referência e indicar o código/numeração.

Reconhece, desde já, que a autorização, caso seja concedida, será a título precário, não induzindo, desta forma, qualquer direito a indenização no caso de seu cancelamento.

Declara que conhece e se compromete a respeitar o disposto:

- No Decreto nº 30.374, de 12/09/89 – Regulamento de Autorização de Acesso a Estabelecimento Comercial
- Na Portaria SUP/DER – 078, de 23/07/01 – Normas para Autorização de Acesso a Estabelecimento Comercial
- Portaria ARTESP
- Na Lei nº 9.468, de 27/12/96 – Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas
- No Decreto nº 44.492, de 07/12/99, regulamenta a Lei nº 9.468, de 27/12/96 - Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas
- Na Lei nº 1.380, de 06/09/77, alterada pela Lei nº 3.718, de 19/01/83 – Dispõe sobre a vigilância sanitária de água para consumo humano

Se o acesso for para posto de abastecimento, lavagem e lubrificação de veículos deverão constar também os dois itens a seguir:

- Na Lei nº 719, de 24/10/75 – Dispõe sobre exigências para os postos de abastecimento, lavagem e lubrificação de veículos
- Na Lei nº 5.664, de 11/05/87 – Dispõe sobre a prestação de serviços por postos de abastecimento, lavagem e lubrificação de veículos

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA

ANEXO 2

MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 2/2 ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO COMERCIAL PESSOA FÍSICA

Em anexo, apresenta os seguintes documentos, em vias originais, para análise com relação à viabilidade:

- Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições, exigências, obrigações e responsabilidades constantes na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato.
- Projeto Funcional
- Cópia da guia de pagamento da tarifa de implantação

Reconhece que, após a análise da documentação apresentada, e tendo recebido comunicado da ARTESP, sobre a viabilidade do pedido, deverá apresentar à Concessionária o projeto executivo e documentação complementar, conforme Portaria ARTESP, no prazo máximo e improrrogável de 90 dias. A não concretização/efetivação da entrega do projeto executivo e toda a documentação preconizada e exigida no prazo estipulado, fica desde já aceito e sem direito a nenhuma indenização de qualquer natureza, que o pedido ora efetuado perderá totalmente a sua validade. Assim sendo, caso queira retomar o assunto devo fazê-lo por meio de um novo pedido.

Esclarece que assume toda a responsabilidade sob as penas da lei, pelas informações aqui prestadas, isentando a ARTESP e a Concessionária das responsabilidades da lei federal 6.766 de 19/12/1979 e que se comprometem a pagar mensalmente a Tarifa de Fiscalização à Concessionária, caso a autorização seja concedida.

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês , ano

Assinatura e nome do proprietário do imóvel lindeiro e cônjuge, quando casado, com firma reconhecida por autenticidade

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA**ANEXO 3****MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO 1/2
COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE
ACESSO COMERCIAL - PESSOA FÍSICA**

Ilmo. Sr.

Diretor Geral

da Agência Reguladora de Serviços Públicos

Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP

Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi

São Paulo – SP

CEP 01451-011

Nome do proprietário do imóvel lindeiro, RG [REDACTED], CPF [REDACTED], informa que apresentou pedido, anterior a este, com o projeto funcional e demais documentos, solicitando a abertura/regularização/readequação de acesso a um estabelecimento comercial tipo [REDACTED] posto de abastecimento e serviços de veículos, hotel, motel, restaurante ou outro, no imóvel de sua propriedade, localizado à margem da Rodovia [REDACTED] nome da Rodovia [REDACTED], SP - número da Rodovia [REDACTED], altura do Km [REDACTED] + [REDACTED] metros, [REDACTED] pista ou marginal sentido [REDACTED], município de [REDACTED], São Paulo.

Tendo o pedido, apresentado anteriormente, sendo considerado em condições de aprovação, conforme comunicado da ARTESP nº [REDACTED] e não tendo ultrapassado o prazo máximo para apresentação do projeto executivo e documentação complementar. Em anexo, apresenta os seguintes documentos, em vias originais:

- Memoriais descritivos e de cálculo
- Levantamento planialtimétrico cadastral
- Planta da circunscrição da área.
- 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, com a assinatura do proprietário do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - ✓ Projeto geométrico
 - ✓ Projeto de pavimentação
 - ✓ Projeto de drenagem
 - ✓ Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - ✓ Projeto de iluminação
 - ✓ Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - ✓ Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - ✓ Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - ✓ Projeto de sinalização de obras
 - ✓ Projeto de implantação
- Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA FÍSICA

ANEXO 3

MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO 2/2 COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO COMERCIAL - PESSOA FÍSICA

Esclarece que assume toda a responsabilidade sob as penas da lei, pelas informações aqui prestadas, isentando a ARTESP e a Concessionária das responsabilidades da lei federal 6.766 de 19/12/1979 e que se compromete a pagar mensalmente a Tarifa de Fiscalização à Concessionária, caso a autorização seja concedida.

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês, ano

Assinatura e nome do proprietário do imóvel lindeiro e cônjuge, quando casado, com firma reconhecida por autenticidade de todos que assinarem

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA
ORIENTAÇÕES AO INTERESSADO

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA**ÍNDICE**

1. Regulamentação Para Pedido e Funcionamento de Acesso à Rodovia	23
2. Consulta Prévia	23
3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso	24
4. Orientações Quanto aos Projetos a Serem Apresentados	26
5. Autorização	31
6. Construção	31
7. Fiscalização	32
8. Cancelamento	32
9. Disposições Gerais	32
10. Anexos	33

MINUTA

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA

A abertura de acesso comercial, à faixa de domínio da rodovia estadual sob concessão, necessita ser precedida de análise da Concessionária, responsável pelo trecho da rodovia onde se pretende instalar o acesso, e da ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e ser autorizada pelo Secretário de Logística e Transportes do Estado de São Paulo.

Antes da apresentação do pedido formal, o Interessado deve solicitar à Concessionária a orientação necessária para atender as disposições técnicas e legais exigidas.

1. Regulamentação Para Pedido e Funcionamento de Acesso Comercial à Rodovia

1.1. Leis, Decretos e Portarias

- Decreto nº 30.374 de 12/09/89 – Regulamento de Autorização de Acesso a Estabelecimento Comercial
- Portaria SUP/DER-078, de 23/07/01 – Normas para Autorização de Acesso a Estabelecimento Comercial
- Portaria ARTESP
- Lei nº 9.468, de 27/12/96 – Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas
- Decreto nº 44.492, de 07/12/99, regulamenta a Lei nº 9.468, de 27/12/96 - Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas
- Lei nº 1.380, de 06/09/77, alterada pela Lei nº 3.718, de 19/01/83 – Dispõe sobre a vigilância sanitária de água para consumo humano

1.2. Se o acesso for para posto de abastecimento, lavagem e lubrificação de veículos deverá seguir também a legislação a seguir:

- Lei nº 719, de 24/10/75 – Dispõe sobre exigências para os postos de abastecimento, lavagem e lubrificação de veículos
- Lei nº 5.664, de 11/05/87 – Dispõe sobre a prestação de serviços por postos de abastecimento, lavagem e lubrificação de veículos

2. Consulta Prévia - Opcional

Antes de entrar com o pedido formal, caso julgue oportuno, o Interessado poderá fazer uma Consulta Prévia à ARTESP. Esta consulta, não é válida, em hipótese alguma, como um pedido de abertura/regularização/readequação de acesso, não gerando assim expectativa de direito ao acesso aspirado, tampouco nenhum direito de preferência.

Para Consulta Prévia o Interessado deverá apresentar à Concessionária:

- Modelo de Documento para Consulta Prévia - Acesso Comercial Pessoa Jurídica, com firma reconhecida por autenticidade, conforme modelo anexo 1, ou com procuração original do proprietário autorizando a consulta, se o pedido for de terceiro.

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA

3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso Comercial à Rodovia – Pessoa Jurídica

3.1. Para que a abertura/regularização/readequação de acesso possa ser analisada, o Interessado deverá apresentar à Concessionária, **necessariamente**, todos os documentos solicitados e descritos a seguir, em vias originais, observando todas as orientações quanto aos projetos a serem apresentados e demais critérios/diretrizes estabelecidos neste documento.

A entrega da documentação e a análise técnica serão realizadas em duas fases: Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional e Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar:

3.1.1. Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional

- **Documentos a serem entregues:**

- ✓ Pedido/Termo de Compromisso para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso Comercial - Pessoa Jurídica, assinado pelos representantes legais, com firma reconhecida por autenticidade - conforme modelo anexo 2
- ✓ Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- ✓ Cópia autenticada do contrato social e dos atos constitutivos e societários que demonstrem representação legal e atual da empresa
- ✓ Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições estabelecidas na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato
- ✓ Projeto Funcional
- ✓ Cópia da guia de pagamento da tarifa de implantação

- **Análise Técnica**

- ✓ A documentação entregue, referente ao Pedido e ao Projeto Funcional será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação e o pagamento de nova tarifa de implantação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do pedido e da documentação entregues referente à Primeira Fase, o Diretor de Operações da ARTESP emitirá comunicado com o parecer à Concessionária, a ser entregue ao Interessado.
- ✓ Para o projeto analisado e considerado em condições de aprovação, o Interessado terá o prazo de 90 dias, após o recebimento do comunicado emitido pela ARTESP, para entregar a documentação da Segunda Fase à Concessionária. Expirado o prazo e não entregue a documentação, o pedido será arquivado em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação e o pagamento de nova tarifa de implantação.

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA

3.1.2. Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar.

Esta fase ocorrerá somente se o Pedido e o Projeto Funcional, analisados na Primeira Fase, forem viáveis.

- **Documentos a serem entregues:**

- ✓ Termo de Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso Comercial - Pessoa Jurídica, assinado pelos representantes legais da empresa, com firma reconhecida por autenticidade, conforme modelo - anexo 3
- ✓ Memoriais descritivos e de cálculo
- ✓ Levantamento planialtimétrico cadastral
- ✓ Planta da circunscrição da área.
- ✓ 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, sem a logomarca da ARTESP ou da Concessionária, com a assinatura dos proprietários do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - Projeto geométrico
 - Projeto de pavimentação
 - Projeto de drenagem
 - Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - Projeto de iluminação
 - Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - Projeto de sinalização de obras
 - Projeto de Implantação
- ✓ Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- ✓ Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- ✓ Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

- **Análise Técnica da Segunda Fase**

- ✓ A documentação entregue, referente ao Projeto Executivo e Documentação Complementar, será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação e o pagamento de nova tarifa de implantação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do Projeto Executivo e da Documentação Complementar entregues, referente à Segunda Fase, a Concessionária comunicará ao Interessado a aprovação, se for viável, ou a justificativa, se não for viável.

3.2. Após a aprovação dos projetos pela ARTESP, o Interessado deverá entregar 3 cópias dos mesmos à Concessionária, no prazo máximo de 15 dias, devidamente assinadas pelos representantes legais da empresa e pelo responsável técnico, com o número do CREA.

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA

4. Orientações quanto aos Projetos a Serem Apresentados

4.1. Projeto Funcional

- Deverá conter/seguir as seguintes diretrizes mínimas:
 - ✓ Desenho – usar como base foto aérea atualizada, formato A1
 - ✓ Planta da propriedade localizada em relação à rodovia, as amarrações do eixo do dispositivo com marcos quilométricos da rodovia (km+m) e com o sentido da pista
 - ✓ Localização do acesso, indicando a quilometragem, sentido da pista, prefixo e o nome da rodovia
 - ✓ Inclusão do norte magnético
 - ✓ Perímetro completo do terreno
 - ✓ Limites da propriedade em relação à rodovia
 - ✓ Faixa de domínio como desapropriada pelo DER/DERSA/Concessionária
 - ✓ Os comprimentos das faixas de aceleração e de desaceleração e incluir largura de acostamento e larguras das alças do acesso
 - ✓ Indicar a característica da região: urbano, rural, plano, montanhoso e outros
 - ✓ Apontar a localização do dispositivo rodoviário imediatamente anterior e posterior
 - ✓ Indicar o gabarito vertical do dispositivo, se passagem inferior
 - ✓ Existência ou não de outro acesso à propriedade
 - ✓ Distância entre o acesso solicitado e o acesso mais próximo do mesmo lado
 - ✓ Estudo de tráfego
 - ✓ Se for acesso para posto de combustível e de serviços:
 - Deverá apresentar a pesquisa de mercado para escolha da localização e da necessidade dos serviços desejados e necessários junto aos usuários da rodovia

4.2. Projeto Geométrico

4.2.1. Deverá estar em conformidade com a Portaria SUP/DER-078/2001 e atender a instrução de projeto IP-DE-F00-001 e as notas técnicas NT-DE-F00-001 do DER/SP e demais normas técnicas vigentes.

4.2.2. Para os acessos aos empreendimentos, que serão considerados polos geradores de tráfego, deve-se atender, além das orientações descritas no item anterior, às recomendações contidas no Manual de Interseções do DNIT, no que tange aos segmentos com entrecruzamento, bem como as recomendações contidas no Green Book da AASHTO referentes às faixas de aceleração e desaceleração.

De acordo com o Manual de Procedimentos (Denatran 2001): “Os Polos Geradores de Tráfego são empreendimentos de grande porte que atraem ou produzem grande número de viagens, causando reflexos negativos na circulação viária, em seu entorno imediato e, em certos casos, prejudicando a acessibilidade de toda a região, além de agravar as condições de segurança de veículos e pedestres”.

4.2.3. O projeto geométrico do acesso deverá conter no mínimo:

- Traçado em planta, apresentado em formato A1, na escala 1:1000, sobre ortofoto, com a topografia atualizada, com curvas de nível de metro em metro
- Perfil longitudinal do eixo principal da rodovia e dos ramos em estudo - estaca de 20 em 20 metros
- Seção transversal típica
- Limites da faixa de domínio oficial da rodovia, fornecidos pela Concessionária, conforme desapropriação efetuada pelo DER, DERSA ou pela Concessionária
- Área “*non aedificandi*”
- As alças de acesso à Rodovia
- Malha de coordenadas UTM
- Indicação do norte magnético
- Indicação de estacas de 20 em 20 metros

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA

- Tabela de alinhamento horizontal contendo todas as informações referentes aos elementos utilizados tais como: raios, ângulo central, tangentes, desenvolvimento da curva, coordenadas e outros
- Superelevação ou plano cotado
- Detalhes, quando houver necessidade, tais como ilhas, curvas compostas e outros

4.3. Projeto de Pavimentação

4.3.1. Deverá atender a IP-DE-P00/001 de jan/06 do DER/SP, contendo no mínimo:

- Memorial de cálculo de pavimentos com:
 - ✓ Cálculo do número N solicitações do eixo padrão e as hipóteses envolvidas
 - ✓ Resultados das sondagens, poços de inspeção e ensaios realizados caracterizando o solo e o pavimento existente no local
 - ✓ Dimensionamento do pavimento novo (segundo a instrução de projeto do DER/SP)
 - ✓ Especificações técnicas dos serviços, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
 - ✓ Sempre que o projeto contemplar o aproveitamento de estruturas de pavimentos existentes, e desde que existam condições geométricas para tal solução, será necessário apresentar cálculo do dimensionamento das soluções de restauração com base nas instruções de projeto IP-DE-P00/002 e IP-DE-P00/003 do DER/SP
- Desenhos de Projeto executivo de Pavimentação com:
 - ✓ Planta de localização do pavimento a ser implantado, demolições e demais intervenções necessárias sobre base da última versão válida do projeto geométrico e base topográfica
 - ✓ Localização das sondagens realizadas
 - ✓ Indicação dos limites da faixa de domínio
 - ✓ Seção transversal típica onde figurem as intervenções propostas, as camadas do pavimento proposto com as respectivas espessuras e indicações dos materiais constituintes. A capacidade de suporte do subleito avaliada e o tráfego previsto devem ser explicitados (os elementos apresentados nesta seção serão verificados pela ARTESP, através dos métodos de dimensionamento do DER/SP, DNIT e/ou ABCP - Associação Brasileira de Cimento Portland).
 - ✓ Detalhe do encontro com o pavimento existente, contemplando o escalonamento das camadas existentes e a compatibilização de camadas drenantes, de modo a promover a continuidade hidráulica no interior da nova estrutura
 - ✓ Detalhe de elementos de drenagem conectados ao pavimento tais como guias, sarjetas, passeio e outros
 - ✓ Drenos subsuperficiais conectados às camadas drenantes do pavimento (DLR- dreno longitudinal raso, conforme Projeto Padrão do DER/SP)
 - ✓ Tabela contendo especificações técnicas dos serviços a serem executados, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
- Notas mínimas a constar nos desenhos de seções-tipo:
 - ✓ Nota de como proceder no caso de ocorrência de solo do subleito com CBR menor que aquele especificado em projeto e/ou solo expansivo
 - ✓ Nota de como proceder em caso de solo mole
 - ✓ Nota recomendando que o subleito esteja isento de matéria orgânica e o lençol freático esteja rebaixado a, no mínimo, 1,50m da camada final de terraplanagem
 - ✓ Nota recomendando a compatibilização das camadas drenantes entre pavimento novo e pavimento existente de modo a garantir a continuidade hidráulica, no interior da estrutura do pavimento

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA

4.4. Projeto de Drenagem

4.4.1. Deverá atender a IP-DE-H00/001 e a IP-DE-H00/002 do DER/SP e conter no mínimo:

- Memória de cálculo contendo os estudos hidráulicos e hidrológicos. Apresentar as planilhas de cálculo e os quadros resumos em conformidade ao anexo A da IP-DE-H00-002 do DER/SP
- Planta de bacias contribuintes
- Planta de drenagem superficial
 - ✓ Apresentar o traçado geométrico contendo a declividade do greide, dimensões das pistas, pontos altos e baixos com a indicação de sua localização e outros. Deve ser apresentado de forma rebaixada, enfatizando a drenagem projetada
 - ✓ A topografia deve apresentar as curvas de nível cotada de metro em metro, taludes e outros, também de forma rebaixada
 - ✓ Os dispositivos existentes e projetados devem ser representados de forma distinta
 - ✓ A legenda e a indicação de faixa de domínio devem ser apresentadas entre outros
 - ✓ Indicar o posicionamento de início e de fim (estaqueamento ou km) de todos os dispositivos de drenagem e suas nomenclaturas, conforme PP(projeto padrão dos dispositivos) do DER/SP
 - ✓ Caso a propriedade do solicitante utilize “piscinas” de retenção para amortecimento da vazão, informar em memorial e representar nos desenhos
- Perfil dos bueiros, caso haja, indicando:
 - ✓ Perfil longitudinal do bueiro de drenagem com indicação de diâmetro, classe, comprimento, declividade e sentido do fluxo
 - ✓ As cotas de entrada e saída e a seção sobre ele, o berço utilizado (brita ou concreto), posicionamento (estaqueamento) e outros
 - ✓ Detalhes da boca de entrada e saída indicando dimensões, material, indicação do posicionamento (estaqueamento ou km) e, caso haja, dispositivo de amortecimento e demais dispositivos com as devidas indicações, cotas, comprimentos e outros
 - ✓ Detalhes de guias, sarjetas, valetas, bocas-de-lobo, caixas coletoras e demais dispositivos de drenagem com suas classificações padrão DER/SP, dimensões e materiais, caso haja necessidade de utilização das mesmas
 - ✓ Caso existam interferências no local, indicar as mesmas especificando tipo, dimensões e cotas
- Apresentar legenda, notas e indicação do Norte
- Detalhamento dos dispositivos empregados. Os desenhos dos detalhes dos dispositivos devem estar de acordo com o PP do DER/SP (podem ser obtidos no próprio site do órgão). Caso o dispositivo não possua um padrão, deverá ser elaborado o seu detalhamento e submetido juntamente com a documentação de projeto para aprovação da ARTESP.

4.5. Projeto de Terraplanagem e Geotecnia

Caso haja movimentos de terra próximos à faixa de domínio da Rodovia Concessionada, resultando em taludes de altura considerável, deve ser indicada a inclinação e altura, e se for o caso, estudo de estabilidade dos mesmos.

4.6. Projeto de Iluminação

Deverá atender a IP-DE-E00/001- Projeto de Iluminação de Rodovias do DER/SP.

4.7. Projeto de Obra de Arte

Deverá atender as normas da ABNT.

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA

4.8. Projeto de Paisagismo/Revestimento Vegetal

- 4.8.1.** Para implantação de qualquer projeto de paisagismo nos acessos, envolvendo a faixa de domínio das rodovias, deverão ser obedecidas as recomendações da Norma ABNT NBR 15486 de segurança no tráfego.
- 4.8.2.** Deverão ser usadas preferencialmente espécies vegetais nativas regionais; espécies arbustivas ou de pequeno porte.
- 4.8.3.** É proibido o uso de espécies: frutíferas, mesmo sendo nativas e regionais; de espécies arbóreas de grande porte, muito altas ou de madeira pouco resistente, cuja queda possa causar acidentes com os usuários da rodovia (por exemplo: palmeira real, guapuruvu, paineira e outros).
- 4.8.4.** Deve ser evitado o plantio de árvores isoladas, pois estarão mais sujeitas às intempéries como ação do vento, raios e outros.
- 4.8.5.** Os projetos deverão prever a manutenção das mudas e o controle de pragas.

4.9. Projeto de Sinalização

Deverá conter:

4.9.1. Vertical

Sinalização de Regulamentação e Advertência, mostrando a circulação do acesso desde a rodovia até o limite de faixa de domínio.

4.9.2. Horizontal

O acesso deverá ser sinalizado conforme os padrões exigidos pela ARTESP, ou seja, “taper” de aceleração, narizes, divisões de faixas e “taper” de desaceleração, devidamente cotados e amarrados.

4.9.3. Materiais técnicos a serem utilizados para elaboração e análise do projeto:

- Código de Trânsito Brasileiro - CTB
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN:
 - ✓ Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação
 - ✓ Volume II - Sinalização Vertical de Advertência
 - ✓ Volume IV - Sinalização Horizontal
- Manual Brasileiro de Sinalização Rodoviária do Departamento de Estradas de Rodagem - DER
 - ✓ Volume I - Projeto
 - ✓ Volume II - Tomo I - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume II - Tomo II - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume III - Obras, Serviços de Conservação e Emergência
- Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito
- Normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT

4.10. Projeto de Implantação

Deverá conter:

- 4.10.1.** Perímetro completo do terreno, de acordo com a matrícula atualizada, com todas as coordenadas UTM dos pontos de encontro do terreno com os vizinhos e com a faixa de domínio da rodovia; e indicação dos nomes dos proprietários vizinhos.
- 4.10.2.** Plantas das obras e instalações do empreendimento/imóvel a serem construídas/reformadas, acompanhadas de memorial descritivo, área para circulação e estacionamento de veículos e a devida sinalização.

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA

4.11. Meio Ambiente

4.11.1. Deverão ser apresentadas autorizações e/ou licenças ambientais quando houver intervenções nas faixas de domínio ou próximas a estas, que impactem em áreas de proteção ambiental (APA) e/ou vegetação nativa em estágios secundários e avançados de regeneração.

4.11.2. Devem ser objeto de consulta sobre a necessidade de licenciamento ambiental as intervenções nas faixas de domínio ou áreas lindeiras próximas a estas quando as mesmas estiverem inseridas nas áreas de proteção dos mananciais definidas pela Lei nº 898, de 18 de dezembro de 1975 e pela Lei 1.172 de 17 de novembro de 1976, ou em unidades de conservação do Estado.

4.11.3. Na execução das intervenções devem ser adotados os cuidados necessários para evitar o desenvolvimento de processos erosivos, rupturas de taludes, o assoreamento e interrupção de drenagens naturais e outras situações que possam acarretar danos ambientais.

4.12. Distâncias a Serem Observadas:

4.12.1. Distância entre dois dispositivos de acesso. Distância mínima entre o fim da pista de aceleração de um (saída do estabelecimento para a pista) e o início de desaceleração do outro (saída da pista para o estabelecimento) dos acessos a estabelecimentos comerciais é de 500,00 metros.

4.12.2. Distância mínima entre o fim da pista de aceleração e/ou início da pista de desaceleração com o início das conexões rodoviárias existentes, extremidade mais próxima de pontes, viadutos, túneis e cruzamentos em nível é de 500,00 metros.

4.12.3. Distância mínima entre o fim da pista de desaceleração e o início de uma pista de aceleração de um posto de balança, PMRV, praça de pedágio ou similar é de 1.000,00 metros.

4.12.4. Para os terrenos lindeiros onde se instalem posto de abastecimento e de serviço para veículos automotores, o espaçamento mínimo entre o acesso solicitado e o de outros terrenos lindeiros com estabelecimentos congêneres, localizados na mesma margem da rodovia, será de 10 (dez) quilômetros.

4.12.5. No caso em que o acesso comercial fique próximo a um dispositivo de entroncamento ou cruzamento que não contemplam alças ou outros tipos de conexões, a distância mínima entre a extremidade mais próxima da pista de aceleração ou de desaceleração de um acesso até o ponto de intersecção dos eixos das rodovias (entroncamento x rodovia) é de 1.200,00 metros.

4.13. Na elaboração dos projetos o Interessado deverá pesquisar, levantar e verificar a existência de quaisquer obras, serviços ou demais ocupações de faixa de domínio, que possam interferir na elaboração do projeto e execução da obra, sob sua inteira responsabilidade e expensas.

4.14. Deverão ser atendidas, em até 30 dias, as solicitações realizadas pela Concessionária/ARTESP de informações complementares para análise ou adequações aos projetos apresentados.

Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará o processo à ARTESP, onde será arquivado em definitivo.

Caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação e o pagamento de nova tarifa de implantação.

5. Autorização

- 5.1.** A autorização de acesso será concedida a título precário, podendo ser cancelada a qualquer tempo, sem que caiba ao seu titular qualquer direito à indenização.
- 5.2.** Compete ao Secretário de Logística e Transportes autorizar a concessão de acesso comercial.
- 5.3.** O deferimento do pedido de autorização de acesso comercial ficará sujeito ao compromisso do pagamento mensal da tarifa de fiscalização à Concessionária, calculada conforme Regulamento, e de acordo com as características das rodovias e dos estabelecimentos comerciais.
- 5.4.** A Concessionária comunicará ao Interessado o deferimento ou indeferimento da solicitação, após publicação no Diário Oficial do Estado e informado pela ARTESP.
- 5.5.** A ARTESP devolverá uma cópia do projeto, quando aprovado, ao Interessado, para a sua execução. A entrega da cópia do projeto aprovado será realizada pela Concessionária.
- 5.6.** Deverá ser assinado Termo de Autorização de Início de Obras entre a Concessionária e o Interessado, estabelecendo as condições para construção, o funcionamento do acesso, o pagamento da tarifa de fiscalização, bem como autorizando o início das obras e serviços do acesso aprovado.

6. Construção

- 6.1.** A construção do acesso é de responsabilidade do Interessado, que deve arcar com todas as despesas para implantação, operação, manutenção e conservação do acesso.
- 6.2.** Os prazos para início e conclusão das obras de construção dos estabelecimentos comerciais serão, respectivamente, de 6 (seis) meses e de 2 (dois) anos, contados da data de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo do ato de autorização de acesso.
- 6.3.** A Concessionária, sob a supervisão da ARTESP, fiscalizará a construção do acesso, que deverá ser realizada de acordo com o projeto aprovado.
- 6.4.** O Interessado deverá entregar à Concessionária o cronograma de obras para implantação/regularização dos acessos.
- 6.5.** Ao término da obra é obrigatório a entrega pelo Interessado do As Built, em até 10 dias, sem o qual não poderá ser feita a vistoria de término da obra e a liberação para funcionamento do acesso pela Concessionária.
- 6.6.** Após a liberação pela Concessionária, caso a ARTESP constate que o acesso não está de acordo com o projeto aprovado, serão aplicadas as penalidades previstas em lei.

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA

7. Fiscalização

- 7.1. A fiscalização dos acessos e da sinalização implantada será exercida pela Concessionária sob a supervisão da ARTESP.
- 7.2. Caso durante a fiscalização seja detectada alguma irregularidade, o titular da autorização do acesso será penalizado conforme a legislação vigente, sendo notificado para sanar as irregularidades dentro prazo estabelecido.
- 7.3. As penalidades serão aplicadas pela ARTESP.
- 7.4. Quando houver necessidade de intervenções no pavimento, obras, drenagem ou sinalização de acesso e não for realizada no prazo estabelecido na notificação, a Concessionária adotará as medidas cabíveis e solicitará o ressarcimento ao titular da autorização do acesso.

8. Cancelamento

- 8.1. O detentor da autorização do acesso poderá requerer o seu cancelamento mediante solicitação dirigida ao Diretor Geral da ARTESP.
- 8.2. A ARTESP poderá cancelar a Autorização mediante interesse público, desvio de finalidade, ter ficado inativo por período superior a 3 meses ou por não atender as exigências previstas na regulamentação em vigor.

9. Disposições Gerais

- 9.1. O Interessado se responsabilizará por quaisquer danos ou prejuízos materiais ou morais que, por si ou por seus prepostos, vierem a causar à estrada ou rodovia, ao órgão rodoviário, terceiros e ao meio ambiente advindo da implantação, operação, manutenção ou conservação do acesso.
- 9.2. O titular da autorização de acesso não poderá permitir alterações das finalidades do acesso, previstos na concessão da autorização, nem introduzir qualquer modificação no projeto, em execução ou já executado, sem a autorização prévia da ARTESP, mediante requerimento dirigido ao seu Diretor Geral, juntando-se o respectivo projeto modificativo, entregue à Concessionária, responsável pelo trecho da Rodovia, onde está/será instalado o acesso.
- 9.3. Ocorrendo a necessidade de substituição do titular da autorização de acesso, a ARTESP deverá ser comunicada por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, por meio documento entregue à Concessionária, comprometendo-se, expressamente, o novo titular, a satisfazer e respeitar as exigências na regulamentação existente, sem o que não será expedida nova autorização.
- 9.4. No caso de locação, arrendamento, empréstimo ou outra modalidade qualquer de transferência de direito de uso a terceiros, no todo ou em parte, do estabelecimento, o titular da autorização de acesso deverá comunicar por escrito a ARTESP, por meio da Concessionária, no prazo de 30 (trinta) dias, o fato jurídico ocorrido, informando, também, que o terceiro conhece e se obriga a respeitar as normas previstas na regulamentação, permanecendo, no entanto, integral sua responsabilidade no que concerne ao cumprimento das obrigações previstas na regulamentação.
- 9.5. O estabelecimento comercial não poderá ser desativado, parcial ou totalmente, por prazo superior a 3 meses sem a anuência expressa da ARTESP.
- 9.6. A inobservância das exigências previstas na regulamentação existente estará sujeita a aplicação de multas e cancelamento da Autorização.

10. Anexos

Fazem parte deste documento os seguintes anexos:

- Anexo 1 - Modelo Para Consulta Prévia
- Anexo 2 - Modelo Para Pedido/Termo de Compromisso de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso
- Anexo 3 - Modelo Para Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso

MINUTA

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA

ANEXO 1

MODELO PARA CONSULTA PRÉVIA – ACESSO COMERCIAL PESSOA JURÍDICA (Deve ser emitido em papel timbrado da empresa)

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
CEP 01451-011

Pelo presente instrumento, razão social da empresa proprietária do imóvel lindeiro ,
devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o número 00.000.000/000-00,
DECLARA PARA OS DEVIDOS FINS ser proprietária do imóvel a seguir descrito:

Características Gerais:
Rodovia:
Km+m:
Sentido de pista ou marginal:
Bairro:
CEP:
Município:
Atividade Pretendida:

Declara, ainda, estar ciente que de acordo com o *caput* do artigo 10 do Decreto Estadual nº 30.374 de 12 de setembro de 1989, que regula os estabelecimentos comerciais nas rodovias, **o pedido de autorização de acesso somente deverá ser feita pela pessoa física ou jurídica proprietária do terreno lindeiro onde se instalem os estabelecimentos comerciais.**

Declara, ainda, estar ciente que este pedido refere-se tão somente a uma consulta informal quanto à viabilidade ou não do acesso pretendido, não sendo valido em nenhuma hipótese, como uma solicitação formal de abertura de acesso e, não gerando assim, expectativa de direito ao acesso almejado, tampouco nenhum direito de preferência sobre qualquer solicitação válida apresentada após a data deste documento.

Por fim, uma vez viável a sobredita análise e, caso ainda haja interesse em sua implementação, comprometo-se a PROTOCOLAR, junto à respectiva Concessionária de Rodovias, o competente pedido de abertura de acesso, à luz da legislação vigente, bem como apresentar toda documentação a ele inerente.

Município, dia, mês , ano

Assinatura e nome do representante legal da empresa proprietária do imóvel lindeiro, com firma reconhecida por autenticidade, bem como cópia do último ato constitutivo/contrato social

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA

ANEXO 2

MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 1/2 ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO COMERCIAL PESSOA JURÍDICA

(Deve ser emitido em papel timbrado da empresa)

Ilmo. Sr.

Diretor Geral

da Agência Reguladora de Serviços Públicos

Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP

Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi

São Paulo – SP

CEP 01451-011

Razão social da empresa proprietária do imóvel lindeiro , CNPJ , solicita que lhe seja concedida autorização para abertura/regularização/readequação de acesso a um estabelecimento comercial tipo posto de abastecimento e serviços de veículos, hotel, motel, restaurante ou outro, no imóvel de sua propriedade, localizado à margem da Rodovia nome da Rodovia , SP - número da Rodovia , altura do Km + metros, pista ou marginal sentido , município de , São Paulo.

Se existir documento anterior ARTESP relacionado ao assunto, fazer referência e indicar o código/numeração.

Reconhece, desde já, que a autorização, caso seja concedida, será a título precário, não induzindo, desta forma, qualquer direito a indenização no caso de seu cancelamento.

Declara que conhece e se compromete a respeitar o disposto:

- No Decreto nº 30.374, de 12/09/89 – Regulamento de Autorização de Acesso a Estabelecimento Comercial
- Na Portaria SUP/DER – 078, de 23/07/01 – Normas para Autorização de Acesso a Estabelecimento Comercial
- Portaria ARTESP
- Na Lei nº 9.468, de 27/12/96 – Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas
- No Decreto nº 44.492, de 07/12/99, regulamenta a Lei nº 9.468, de 27/12/96 - Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas
- Na Lei nº 1.380, de 06/09/77, alterada pela Lei nº 3.718, de 19/01/83 – Dispõe sobre a vigilância sanitária de água para consumo humano

Se o acesso for para posto de abastecimento, lavagem e lubrificação de veículos deverão constar também os dois itens a seguir:

- Na Lei nº 719, de 24/10/75 – Dispõe sobre exigências para os postos de abastecimento, lavagem e lubrificação de veículos
- Na Lei nº 5.664, de 11/05/87 – Dispõe sobre a prestação de serviços por postos de abastecimento, lavagem e lubrificação de veículos

ANEXO 2

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA

MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 2/2 ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO COMERCIAL PESSOA JURÍDICA (Deve ser emitido em papel timbrado da empresa)

Em anexo, apresenta os seguintes documentos, em vias originais, para análise com relação à viabilidade:

- Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- Cópia autenticada do contrato social e dos atos constitutivos e societários que demonstrem representação legal e atual da empresa
- Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições, exigências, obrigações e responsabilidades constantes na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato.
- Projeto Funcional
- Cópia da guia de pagamento da tarifa de implantação

Reconhece que, após a análise da documentação apresentada, e tendo recebido comunicado da ARTESP, sobre a viabilidade do pedido, deverá apresentar à Concessionária o projeto executivo e documentação complementar, conforme Portaria ARTESP, no prazo máximo e improrrogável de 90 dias. A não concretização/efetivação da entrega do projeto executivo e toda a documentação preconizada e exigida no prazo estipulado, fica desde já aceite e sem direito a nenhuma indenização de qualquer natureza, que o pedido ora efetuado perderá totalmente a sua validade. Assim sendo, caso queira retomar o assunto deve fazê-lo por meio de um novo pedido.

Esclarece que assume toda a responsabilidade sob as penas da lei, pelas informações aqui prestadas, isentando a ARTESP e a Concessionária das responsabilidades da lei federal 6.766 de 19/12/1979 e que se comprometem a pagar mensalmente a Tarifa de Fiscalização à Concessionária, caso a autorização seja concedida.

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês , ano

Assinatura e nome do representante legal da empresa proprietária do imóvel lindeiro, com firma reconhecida por autenticidade

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA**ANEXO 3****MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO
COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE
ACESSO COMERCIAL - PESSOA JURÍDICA
(Deve ser emitido em papel timbrado da empresa)****1/2**

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
CEP 01451-011

Razão social da empresa proprietária do imóvel lindeiro , CNPJ , informa que apresentou pedido, anterior a este, com o projeto funcional e demais documentos, solicitando a abertura/regularização/readequação de acesso a um estabelecimento comercial tipo posto de abastecimento e serviços de veículos, hotel, motel, restaurante ou outro, no imóvel de sua propriedade, localizado à margem da Rodovia nome da Rodovia , SP - número da Rodovia , altura do Km + metros, pista ou marginal sentido , município de , São Paulo.

Tendo o pedido, apresentado anteriormente, sendo considerado em condições de aprovação, conforme comunicado da ARTESP nº e não tendo ultrapassado o prazo máximo para apresentação do projeto executivo e documentação complementar. Em anexo, apresenta os seguintes documentos, em vias originais:

- Memoriais descritivos e de cálculo
- Levantamento planialtimétrico cadastral
- Planta da circunscrição da área.
- 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, com a assinatura do proprietário do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - ✓ Projeto geométrico
 - ✓ Projeto de pavimentação
 - ✓ Projeto de drenagem
 - ✓ Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - ✓ Projeto de iluminação
 - ✓ Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - ✓ Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - ✓ Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - ✓ Projeto de sinalização de obras
 - ✓ Projeto de implantação
- Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

ACESSO COMERCIAL À RODOVIA – PESSOA JURÍDICA

ANEXO 3

MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO COMERCIAL - PESSOA JURÍDICA 2/2 (Deve ser emitido em papel timbrado da empresa)

Esclarece que assume toda a responsabilidade sob as penas da lei, pelas informações aqui prestadas, isentando a ARTESP e a Concessionária das responsabilidades da lei federal 6.766 de 19/12/1979 e que se compromete a pagar mensalmente a Tarifa de Fiscalização à Concessionária, caso a autorização seja concedida.

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês, ano

Assinatura e nome do representante legal da empresa proprietária do imóvel lindeiro, com firma reconhecida por autenticidade

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone

ACESSO MUNICIPAL PÚBLICO À RODOVIA ORIENTAÇÕES AO INTERESSADO

ACESSO MUNICIPAL PÚBLICO À RODOVIA**ÍNDICE**

1. Regulamentação Para Pedido e Funcionamento de Acesso à Rodovia	41
2. Consulta Prévia	41
3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso	42
4. Orientações Quanto aos Projetos a Serem Apresentados	44
5. Autorização	48
6. Construção	49
7. Fiscalização	49
8. Cancelamento	49
9. Disposições Gerais	50
10. Anexos	50

MINUTA

ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL À RODOVIA

A abertura de acesso público municipal, à faixa de domínio da rodovia estadual sob concessão, necessita ser precedida de análise da Concessionária, responsável pelo trecho da rodovia onde se pretende instalar o acesso e ser autorizada pela da ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

Antes da apresentação do pedido formal, o Interessado deve solicitar à Concessionária a orientação necessária para atender as disposições técnicas e legais exigidas.

1. Regulamentação Para Solicitação e Funcionamento de Acesso Público Municipal

- Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas e, quando necessário, Portaria SUP/DER-078/2001 - Capítulo III, artigo 5º, itens I,II,III, VI e VII - em alguns casos deverá atender também a instrução de projeto IP-DE-F00-001, as notas técnicas NT-DE-F00-001 do DER/SP e demais normas técnicas vigentes
- Portaria ARTESP

2. Consulta Prévia - Opcional

Antes de entrar com o pedido formal, caso julgue oportuno, o Interessado poderá fazer uma Consulta Prévia à ARTESP. Esta consulta, não é válida, em hipótese alguma, como um pedido de abertura/regularização/readequação de acesso, não gerando assim expectativa de direito ao acesso aspirado, tampouco nenhum direito de preferência.

Para Consulta Prévia o Interessado deverá apresentar à Concessionária:

- Modelo de Documento para Consulta Prévia - Acesso Público Municipal, com firma reconhecida por autenticidade, conforme modelo anexo 1, ou com procuração original do proprietário autorizando a consulta, se o pedido for de terceiro.

ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL À RODOVIA

3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/Regularização/Readequação de Acesso Público Municipal à Rodovia

3.1. Para que a abertura/regularização/readequação de acesso possa ser analisada, o Interessado deverá apresentar à Concessionária, **necessariamente**, todos os documentos solicitados e descritos a seguir, em vias originais, observando todas as orientações quanto aos projetos a serem apresentados e demais critérios/diretrizes estabelecidos neste documento.

A entrega da documentação e a análise técnica serão realizadas em duas fases: Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional e Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar:

3.1.1. Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional

- **Documentos a serem entregues:**

- ✓ Pedido/Termo de Compromisso para Abertura/Regularização/Readequação de Acesso Público Municipal – conforme modelo anexo 2
- ✓ Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado ou Decreto de Utilidade Pública ou planta do IBGE com o código da Via Municipal e a documentação indicando a dimensão da área que pertence ao município (com comprovação legal de titularidade). No caso de Acesso Municipal de Condomínio Residencial, deverá constar na matrícula do imóvel quando as vias internas tenham sido transferidas para o município.
- ✓ Diplomação do Prefeito
- ✓ Projeto Funcional

- **Análise Técnica**

- ✓ A documentação entregue, referente ao Pedido e ao Projeto Funcional será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do pedido e da documentação entregues referente à Primeira Fase, o Diretor de Operações da ARTESP emitirá comunicado com o parecer à Concessionária, a ser entregue ao Interessado.
- ✓ Para o projeto analisado e considerado em condições de aprovação, o Interessado terá o prazo de 90 dias, após o recebimento do comunicado emitido pela ARTESP, para entregar a documentação da Segunda Fase à Concessionária. Expirado o prazo e não entregue a documentação, o pedido será arquivado em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.

ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL À RODOVIA

3.1.2. Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar.

Esta fase ocorrerá somente se o Pedido e o Projeto Funcional, analisados na Primeira Fase, forem viáveis.

- **Documentos a serem entregues:**

- ✓ Termo de Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso Público Municipal, conforme modelo anexo 3.
- ✓ Memoriais descritivos e de cálculo
- ✓ Levantamento planialtimétrico cadastral
- ✓ 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, sem a logomarca da ARTESP ou da Concessionária, com a assinatura dos proprietários do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - Projeto geométrico
 - Projeto de pavimentação
 - Projeto de drenagem
 - Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - Projeto de iluminação
 - Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - Projeto de sinalização de obras
 - Projeto de Implantação
- ✓ Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- ✓ Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- ✓ Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

- **Análise Técnica da Segunda Fase**

- ✓ A documentação entregue, referente ao Projeto Executivo e Documentação Complementar, será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do Projeto Executivo e da Documentação Complementar entregues, referente à Segunda Fase, a Concessionária comunicará ao Interessado a aprovação, se for viável, ou a justificativa, se não for viável.

3.2. Após a aprovação dos projetos pela ARTESP, o Interessado deverá entregar 3 cópias dos mesmos à Concessionária, no prazo máximo de 15 dias, devidamente assinadas pelo prefeito e pelo responsável técnico, com o número do CREA.

ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL À RODOVIA

4. Orientações quanto aos Projetos a Serem Apresentados

4.1. Projeto Funcional

- Deverá conter/seguir as seguintes diretrizes mínimas:
 - ✓ Desenho – usar como base foto aérea atualizada, formato A1
 - ✓ Planta da propriedade localizada em relação à rodovia, as amarrações do eixo do dispositivo com marcos quilométricos da rodovia (km+m) e com o sentido da pista
 - ✓ Localização do acesso, indicando a quilometragem, sentido da pista, prefixo e o nome da rodovia
 - ✓ Inclusão do norte magnético
 - ✓ Perímetro completo do terreno
 - ✓ Limites da propriedade em relação à rodovia
 - ✓ Faixa de domínio como desapropriada pelo DER/DERSA/Concessionária
 - ✓ Os comprimentos das faixas de aceleração e de desaceleração e incluir largura de acostamento e larguras das alças do acesso
 - ✓ Indicar a característica da região: urbano, rural, plano, montanhoso e outros
 - ✓ Apontar a localização do dispositivo rodoviário imediatamente anterior e posterior
 - ✓ Indicar o gabarito vertical do dispositivo, se passagem inferior
 - ✓ Existência ou não de outro acesso à propriedade
 - ✓ Distância entre o acesso solicitado e o acesso mais próximo do mesmo lado
 - ✓ Estudo de tráfego

4.2. Projeto Geométrico

4.2.1. Deverá estar em conformidade com o Manual de Normas do DER – Seção 3.02 e, em alguns casos, deverá atender a instrução de projeto IP-DE-F00-001 e as notas técnicas NT-DE-F00-001 do DER/SP e as demais normas técnica vigentes.

4.2.2. Para os acessos aos empreendimentos, que serão considerados polos geradores de tráfego, deve-se atender, além das orientações descritas no item anterior, às recomendações contidas no Manual de Interseções do DNIT, no que tange aos segmentos com entrecruzamento, bem como as recomendações contidas no Green Book da AASHTO referentes às faixas de aceleração e desaceleração.

De acordo com o Manual de Procedimentos (Denatran 2001): “Os Polos Geradores de Tráfego são empreendimentos de grande porte que atraem ou produzem grande número de viagens, causando reflexos negativos na circulação viária, em seu entorno imediato e, em certos casos, prejudicando a acessibilidade de toda a região, além de agravar as condições de segurança de veículos e pedestres”.

4.2.3. O projeto geométrico do acesso deverá conter no mínimo:

- Traçado em planta, apresentado em formato A1, na escala 1:1000, sobre ortofoto, com a topografia atualizada, com curvas de nível de metro em metro
- Perfil longitudinal do eixo principal da rodovia e dos ramos em estudo - estaca de 20 em 20 metros
- Seção transversal típica
- Limites da faixa de domínio oficial da rodovia, fornecidos pela Concessionária, conforme desapropriação efetuada pelo DER, DERSA ou pela Concessionária
- Área “*non aedificandi*”
- As alças de acesso à Rodovia
- Malha de coordenadas UTM
- Indicação do norte magnético
- Indicação de estacas de 20 em 20 metros
- Tabela de alinhamento horizontal contendo todas as informações referentes aos elementos utilizados tais como: raios, ângulo central, tangentes, desenvolvimento da curva, coordenadas e outros
- Superelevação ou plano cotado
- Detalhes, quando houver necessidade, tais como ilhas, curvas compostas e outros

ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL À RODOVIA

4.3. Projeto de Pavimentação

4.3.1. Deverá atender a IP-DE-P00/001 de jan/06 do DER/SP, contendo no mínimo:

- Memorial de cálculo de pavimentos com:
 - ✓ Cálculo do número N solicitações do eixo padrão e as hipóteses envolvidas
 - ✓ Resultados das sondagens, poços de inspeção e ensaios realizados caracterizando o solo e o pavimento existente no local
 - ✓ Dimensionamento do pavimento novo (segundo a instrução de projeto do DER/SP)
 - ✓ Especificações técnicas dos serviços, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
 - ✓ Sempre que o projeto contemplar o aproveitamento de estruturas de pavimentos existentes, e desde que existam condições geométricas para tal solução, será necessário apresentar cálculo do dimensionamento das soluções de restauração com base nas instruções de projeto IP-DE-P00/002 e IP-DE-P00/003 do DER/SP
- Desenhos de Projeto executivo de Pavimentação com:
 - ✓ Planta de localização do pavimento a ser implantado, demolições e demais intervenções necessárias sobre base da última versão válida do projeto geométrico e base topográfica
 - ✓ Localização das sondagens realizadas
 - ✓ Indicação dos limites da faixa de domínio
 - ✓ Seção transversal típica onde figurem as intervenções propostas, as camadas do pavimento proposto com as respectivas espessuras e indicações dos materiais constituintes. A capacidade de suporte do subleito avaliada e o tráfego previsto devem ser explicitados (os elementos apresentados nesta seção serão verificados pela ARTESP, através dos métodos de dimensionamento do DER/SP, DNIT e/ou ABCP - Associação Brasileira de Cimento Portland).
 - ✓ Detalhe do encontro com o pavimento existente, contemplando o escalonamento das camadas existentes e a compatibilização de camadas drenantes, de modo a promover a continuidade hidráulica no interior da nova estrutura
 - ✓ Detalhe de elementos de drenagem conectados ao pavimento tais como guias, sarjetas, passeio e outros
 - ✓ Drenos subsuperficiais conectados às camadas drenantes do pavimento (DLR- dreno longitudinal raso, conforme Projeto Padrão do DER/SP)
 - ✓ Tabela contendo especificações técnicas dos serviços a serem executados, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
- Notas mínimas a constar nos desenhos de seções-tipo:
 - ✓ Nota de como proceder no caso de ocorrência de solo do subleito com CBR menor que aquele especificado em projeto e/ou solo expansivo
 - ✓ Nota de como proceder em caso de solo mole
 - ✓ Nota recomendando que o subleito esteja isento de matéria orgânica e o lençol freático esteja rebaixado a, no mínimo, 1,50m da camada final de terraplanagem
 - ✓ Nota recomendando a compatibilização das camadas drenantes entre pavimento novo e pavimento existente de modo a garantir a continuidade hidráulica, no interior da estrutura do pavimento

ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL À RODOVIA

4.4. Projeto de Drenagem

4.4.1. Deverá atender a IP-DE-H00/001 e a IP-DE-H00/002 do DER/SP e conter no mínimo:

- Memória de cálculo contendo os estudos hidráulicos e hidrológicos. Apresentar as planilhas de cálculo e os quadros resumos em conformidade ao anexo A da IP-DE-H00-002 do DER/SP
- Planta de bacias contribuintes
- Planta de drenagem superficial
 - ✓ Apresentar o traçado geométrico contendo a declividade do greide, dimensões das pistas, pontos altos e baixos com a indicação de sua localização e outros. Deve ser apresentado de forma rebaixada, enfatizando a drenagem projetada
 - ✓ A topografia deve apresentar as curvas de nível cotada de metro em metro, taludes e outros, também de forma rebaixada
 - ✓ Os dispositivos existentes e projetados devem ser representados de forma distinta
 - ✓ A legenda e a indicação de faixa de domínio devem ser apresentadas entre outros
 - ✓ Indicar o posicionamento de início e de fim (estaqueamento ou km) de todos os dispositivos de drenagem e suas nomenclaturas, conforme PP (projeto padrão dos dispositivos) do DER/SP
 - ✓ Caso a propriedade do solicitante utilize “piscinas” de retenção para amortecimento da vazão, informar em memorial e representar nos desenhos
- Perfil dos bueiros, caso haja, indicando:
 - ✓ Perfil longitudinal do bueiro de drenagem com indicação de diâmetro, classe, comprimento, declividade e sentido do fluxo
 - ✓ As cotas de entrada e saída e a seção sobre ele, o berço utilizado (brita ou concreto), posicionamento (estaqueamento) e outros
 - ✓ Detalhes da boca de entrada e saída indicando dimensões, material, indicação do posicionamento (estaqueamento ou km) e, caso haja, dispositivo de amortecimento e demais dispositivos com as devidas indicações, cotas, comprimentos e outros
 - ✓ Detalhes de guias, sarjetas, valetas, bocas-de-lobo, caixas coletoras e demais dispositivos de drenagem com suas classificações padrão DER/SP, dimensões e materiais, caso haja necessidade de utilização das mesmas
 - ✓ Caso existam interferências no local, indicar as mesmas especificando tipo, dimensões e cotas
- Apresentar legenda, notas e indicação do Norte
- Detalhamento dos dispositivos empregados. Os desenhos dos detalhes dos dispositivos devem estar de acordo com o PP do DER/SP (podem ser obtidos no próprio site do órgão). Caso o dispositivo não possua um padrão, deverá ser elaborado o seu detalhamento e submetido juntamente com a documentação de projeto para aprovação da ARTESP.

4.5. Projeto de Terraplanagem e Geotecnia

Caso haja movimentos de terra próximos à faixa de domínio da Rodovia Concessionada, resultando em taludes de altura considerável, deve ser indicada a inclinação e altura, e se for o caso, estudo de estabilidade dos mesmos.

4.6. Projeto de Iluminação

Deverá atender a IP-DE-E00/001- Projeto de Iluminação de Rodovias do DER/SP.

4.7. Projeto de Obra de Arte

Deverá atender as normas da ABNT.

ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL À RODOVIA

4.8. Projeto de Paisagismo/Revestimento Vegetal

- 4.8.1.** Para implantação de qualquer projeto de paisagismo nos acessos, envolvendo a faixa de domínio das rodovias, deverão ser obedecidas as recomendações da Norma ABNT NBR 15486 de segurança no tráfego.
- 4.8.2.** Deverão ser usadas preferencialmente espécies vegetais nativas regionais; espécies arbustivas ou de pequeno porte.
- 4.8.3.** É proibido o uso de espécies: frutíferas, mesmo sendo nativas e regionais; de espécies arbóreas de grande porte, muito altas ou de madeira pouco resistente, cuja queda possa causar acidentes com os usuários da rodovia (por exemplo: palmeira real, guapuruvu, paineira e outros).
- 4.8.4.** Deve ser evitado o plantio de árvores isoladas, pois estarão mais sujeitas às intempéries como ação do vento, raios e outros.
- 4.8.5.** Os projetos deverão prever a manutenção das mudas e o controle de pragas.

4.9. Projeto de Sinalização

Deverá conter:

4.9.4. Vertical

Sinalização de Regulamentação e Advertência, mostrando a circulação do acesso desde a rodovia até o limite de faixa de domínio.

4.9.5. Horizontal

O acesso deverá ser sinalizado conforme os padrões exigidos pela ARTESP, ou seja, “taper” de aceleração, narizes, divisões de faixas e “taper” de desaceleração, devidamente cotados e amarrados.

4.9.6. Materiais técnicos a serem utilizados para elaboração e análise do projeto:

- Código de Trânsito Brasileiro - CTB
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN:
 - ✓ Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação
 - ✓ Volume II - Sinalização Vertical de Advertência
 - ✓ Volume IV - Sinalização Horizontal
- Manual Brasileiro de Sinalização Rodoviária do Departamento de Estradas de Rodagem - DER
 - ✓ Volume I - Projeto
 - ✓ Volume II - Tomo I - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume II - Tomo II - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume III - Obras, Serviços de Conservação e Emergência
- Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito
- Normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT

4.10. Projeto de Implantação

Deverá conter:

- 4.10.1.** Perímetro completo do terreno, de acordo com a matrícula atualizada, com todas as coordenadas UTM dos pontos de encontro do terreno com os vizinhos e com a faixa de domínio da rodovia; e indicação dos nomes dos proprietários vizinhos.
- 4.10.2.** Plantas das obras e instalações do empreendimento/imóvel a serem construídas/reformadas, acompanhadas de memorial descritivo, área para circulação e estacionamento de veículos e a devida sinalização.

ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL À RODOVIA

4.11. Meio Ambiente

4.11.1. Deverão ser apresentadas autorizações e/ou licenças ambientais quando houver intervenções nas faixas de domínio ou próximas a estas, que impactem em áreas de proteção ambiental (APA) e/ou vegetação nativa em estágios secundários e avançados de regeneração.

4.11.2. Devem ser objeto de consulta sobre a necessidade de licenciamento ambiental as intervenções nas faixas de domínio ou áreas lindeiras próximas a estas quando as mesmas estiverem inseridas nas áreas de proteção dos mananciais definidas pela Lei nº 898, de 18 de dezembro de 1975 e pela Lei 1.172 de 17 de novembro de 1976, ou em unidades de conservação do Estado.

4.11.3. Na execução das intervenções devem ser adotados os cuidados necessários para evitar o desenvolvimento de processos erosivos, rupturas de taludes, o assoreamento e interrupção de drenagens naturais e outras situações que possam acarretar danos ambientais.

4.12. Dentre os vários itens importantes do projeto, observar a distância entre dois dispositivos de acesso. Distância mínima entre o fim da pista de aceleração de um (saída do estabelecimento para a pista) e o início de desaceleração do outro (saída da pista para o estabelecimento) dos acessos a estabelecimentos comerciais é de 500,00 metros. . Essa distância poderá ser reduzida, quando a necessidade assim o indicar, a critério da ARTESP.

4.13. Na elaboração dos projetos o Interessado deverá pesquisar, levantar e verificar a existência de quaisquer obras, serviços ou demais ocupações de faixa de domínio, que possam interferir na elaboração do projeto e execução da obra, sob sua inteira responsabilidade e expensas.

4.14. Deverão ser atendidas, em até 30 dias, as solicitações realizadas pela Concessionária/ARTESP de informações complementares para análise ou adequações aos projetos apresentados.

Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará o processo à ARTESP, onde será arquivado em definitivo.

Caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.

5. Autorização

5.1. A autorização de acesso será concedida a **título precário** aos proprietários, podendo ser cancelada a qualquer tempo, sem que caiba ao seu titular qualquer direito à indenização.

5.2. A Competência para autorizar a concessão de Acesso Público Municipal é do Diretor de Operações da ARTESP.

5.3. A Concessionária comunicará ao Interessado o deferimento ou indeferimento da solicitação, após publicação no Diário Oficial do Estado e informado pela ARTESP.

5.4. A ARTESP devolverá uma cópia do projeto, quando aprovado, ao Interessado, para a sua execução. A entrega da cópia do projeto aprovado será realizada pela Concessionária.

5.7. Deverá ser assinado Termo de Autorização de Início de Obras entre a Concessionária e o Interessado, estabelecendo as condições para construção, o funcionamento do acesso, bem como autorizando o início das obras e serviços do acesso aprovado.

ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL À RODOVIA

6. Construção

- 6.1. A construção do acesso é de responsabilidade do Interessado, que deve arcar com todas as despesas para implantação, operação, manutenção e conservação do acesso.
- 6.2. Os prazos para início e conclusão das obras de construção serão, respectivamente, de 6 (seis) meses e de 2 (dois) anos, contados da data de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo do ato de autorização de acesso.
- 6.3. A Concessionária, sob a supervisão da ARTESP, fiscalizará a construção do acesso, que deverá ser realizada de acordo com o projeto aprovado.
- 6.4. O Interessado deverá entregar à Concessionária o cronograma de obras para implantação/regularização dos acessos.
- 6.5. Ao término da obra é obrigatório a entrega pelo Interessado do As Built, em até 10 dias, sem o qual não poderá ser feita a vistoria de término da obra e a liberação para funcionamento do acesso pela Concessionária.
- 6.6. Após a liberação pela Concessionária, caso a ARTESP constate que o acesso não está de acordo com o projeto aprovado, serão aplicadas as penalidades previstas em lei.

7. Fiscalização

- 7.1. A fiscalização dos acessos e da sinalização implantada será exercida pela Concessionária sob a supervisão da ARTESP.
- 7.2. Caso durante a fiscalização seja detectada alguma irregularidade, o titular da autorização do acesso será penalizado conforme a legislação vigente, sendo notificado para sanar as irregularidades dentro prazo estabelecido.
- 7.3. As penalidades serão aplicadas pela ARTESP.
- 7.4. Quando houver necessidade de intervenções no pavimento, obras, drenagem ou sinalização de acesso e não for realizada no prazo estabelecido na notificação, a Concessionária adotará as medidas cabíveis e solicitará o ressarcimento ao titular da autorização do acesso.

8. Cancelamento

- 8.1. O detentor da autorização do acesso poderá requerer o seu cancelamento mediante solicitação dirigida ao Diretor Geral da ARTESP.
- 8.2. A ARTESP poderá cancelar a Autorização mediante interesse público, desvio de finalidade, ter ficado inativo por período superior a 3 meses ou por não atender as exigências previstas na regulamentação em vigor.

ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL À RODOVIA

9. Disposições Gerais

- 9.1. O Interessado se responsabilizará por quaisquer danos ou prejuízos materiais ou morais que, por si ou por seus prepostos, vierem a causar à estrada ou rodovia, ao órgão rodoviário, terceiros e ao meio ambiente advindo da implantação, operação, manutenção ou conservação do acesso.
- 9.2. O titular da autorização de acesso não poderá permitir alterações das finalidades do acesso, previstos na concessão da autorização, nem introduzir qualquer modificação no projeto, em execução ou já executado, sem a autorização prévia da ARTESP, mediante requerimento dirigido ao seu Diretor Geral, juntando-se o respectivo projeto modificativo, entregue à Concessionária, responsável pelo trecho da Rodovia, onde está/será instalado o acesso.
- 9.3. A inobservância das exigências previstas na regulamentação existente estará sujeita a aplicação de multas e cancelamento da Autorização.

10. Anexos

Fazem parte deste documento os seguintes anexos:

- Anexo 1 - Modelo Para Consulta Prévia
- Anexo 2 - Modelo Para Pedido/Termo de Compromisso de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso
- Anexo 3 - Modelo Para Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso

ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL À RODOVIA**ANEXO 1****MODELO PARA CONSULTA PRÉVIA – ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL**
(Deve ser emitido em papel timbrado da prefeitura)

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
CEP 01451-011

A prefeitura de _____ nome do município _____, CNPJ _____,
DECLARA PARA OS DEVIDOS FINS ser proprietária do imóvel a seguir descrito:

Características Gerais:
Rodovia:
Km+m:
Sentido de pista ou marginal:
Bairro:
CEP:
Município:
Atividade Pretendida:

Declara, ainda, estar ciente que este pedido refere-se tão somente a uma consulta informal quanto à viabilidade ou não do acesso pretendido, não sendo válido em nenhuma hipótese, como um pedido formal de abertura de acesso e, não gerando assim, expectativa de direito ao acesso almejado, tampouco nenhum direito de preferência sobre qualquer pedido válido apresentado após a data deste documento.

Por fim, uma vez viável a sobredita análise e, caso ainda haja interesse em sua implementação, compromete-se a PROTOCOLAR, junto à respectiva Concessionária de Rodovias, o competente pedido de abertura de acesso, à luz da legislação vigente, bem como apresentar toda documentação a ele inerente.

Município, _____ dia, _____ mês _____, ano _____

Assinatura _____ e nome do prefeito com firma reconhecida por autenticidade _____

ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL À RODOVIA

ANEXO 2 MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL (Deve ser emitido em papel timbrado da prefeitura)

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
 Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
 São Paulo – SP
 CEP 01451-011

A prefeitura de _____ nome do município _____, CNPJ _____, solicita que lhe seja concedida autorização para abertura/regularização/readequação de acesso público municipal à Rodovia _____ nome da Rodovia _____, SP - número da Rodovia _____, altura do Km _____ + _____ metros, pista ou marginal sentido _____, São Paulo, em função de expor os motivos do pedido.

Se existir documento anterior ARTESP relacionado ao assunto, fazer referência e indicar o código/numeração.

Declara que conhece e se compromete a respeitar o disposto:

- No Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas
- Na Portaria ARTESP

Declara, ainda, estar ciente de que a autorização de acesso é dada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, a título precário, como ato de mera tolerância, não implicando no recolhimento da posse domínio ou qualquer outro declarante, pelo que assume o compromisso de respeitar e cumprir todas as exigências do citadas no manual e na portaria, bem como, a não mais utilizar o acesso, nem de qualquer forma, impedir o seu fechamento desde que a segurança do tráfego ou a necessidade de uso da área, a critério exclusivo da mesma, o exijam.

Declara, ainda, que não lhe cabe qualquer direito de indenização, reembolso ou compensação pela revogação da autorização, caso lhe seja concedida a Autorização, pelo que firma o presente instrumento.

Em anexo, apresenta os seguintes documentos, em vias originais, para análise com relação à viabilidade:

- Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado ou Decreto de Utilidade Pública ou planta do IBGE com o código da Via Municipal e a documentação indicando a dimensão da área que pertence ao município (com comprovação legal de titularidade). No caso de Acesso Municipal de Condomínio Residencial, deverá constar na matrícula do imóvel quando as vias internas tenham sido transferidas para o município.
- Diplomação do Prefeito
- Projeto Funcional

Reconhece que, após a análise da documentação apresentada, e tendo recebido comunicado da ARTESP, sobre a viabilidade do pedido, deverá apresentar à Concessionária o projeto executivo e documentação complementar, conforme Portaria ARTESP, no prazo máximo e improrrogável de 90 dias. A não concretização/efetivação da entrega do projeto executivo e toda a documentação preconizada e exigida no prazo estipulado, fica desde já aceito e sem direito a nenhuma indenização de qualquer natureza, que o pedido ora efetuado perderá totalmente a sua validade. Assim sendo, caso queira retomar o assunto deve fazê-lo por meio de um novo pedido.

ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL À RODOVIA

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês , ano

Assinatura e nome do prefeito com firma reconhecida por autenticidade

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone

ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL À RODOVIA**ANEXO 3****MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO 1/2
COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE
ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL
(Deve ser emitido em papel timbrado da prefeitura)**

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
CEP 01451-011

A prefeitura de [nome do município], CNPJ [CNPJ], informa que apresentou pedido, anterior a este, com o projeto funcional e demais documentos, solicitando a [abertura/regularização/readequação] de acesso municipal em função de expor os motivos do pedido, no imóvel de sua propriedade, localizado à margem da Rodovia [nome da Rodovia], SP - número da Rodovia [número], altura do Km [altura] + [metros] metros, [pista ou marginal sentido], município de [município], São Paulo.

Tendo o pedido, apresentado anteriormente, sendo considerado em condições de aprovação, conforme comunicado da ARTESP nº [nº] e não tendo ultrapassado o prazo máximo para apresentação do projeto executivo e documentação complementar. Em anexo, apresenta os seguintes documentos, em vias originais:

- Memoriais descritivos e de cálculo
- Levantamento planialtimétrico cadastral
- Planta da propriedade localizada em relação à rodovia, as amarrações do eixo do dispositivo com marcos quilométricos da rodovia (km+m) e impreterivelmente com o sentido da pista
- 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, com a assinatura do proprietário do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - ✓ Projeto geométrico
 - ✓ Projeto de pavimentação
 - ✓ Projeto de drenagem
 - ✓ Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - ✓ Projeto de iluminação
 - ✓ Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - ✓ Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - ✓ Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - ✓ Projeto de sinalização de obras
 - ✓ Projeto de implantação
- Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

ACESSO PÚBLICO MUNICIPAL À RODOVIA

ANEXO 3

ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR 2/2 PARA ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO MUNICIPAL (Deve ser emitido em papel timbrado da prefeitura)

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês, ano

Assinatura e nome do prefeito com firma reconhecida por autenticidade

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone

**ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA
PESSOA FÍSICA
ORIENTAÇÕES AO INTERESSADO**

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ÍNDICE

1.	Regulamentação Para Pedido e Funcionamento de Acesso à Rodovia	58
2.	Consulta Prévia	58
3.	Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso	59
4.	Orientações Quanto aos Projetos a Serem Apresentados	61
5.	Autorização	66
6.	Construção	66
7.	Fiscalização	67
8.	Cancelamento	67
9.	Disposições Gerais	67
10.	Anexos	68

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

A abertura de acesso de residência/chácara/sítio ou outro com a mesma natureza à faixa de domínio da rodovia estadual sob concessão, necessita ser precedida de análise da Concessionária, responsável pelo trecho da rodovia onde se pretende instalar o acesso e ser autorizada pela ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

Antes da apresentação do pedido formal, o Interessado deve solicitar à Concessionária a orientação necessária para atender as disposições técnicas e legais exigidas.

1. Regulamentação Para Solicitação e Funcionamento de Acesso à Rodovia de Residência/Chácara/Sítio ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física

- Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas
- Portaria ARTESP

2. Consulta Prévia - Opcional

Antes de entrar com o pedido formal, caso julgue oportuno, o Interessado poderá fazer uma Consulta Prévia à ARTESP. Esta consulta, não é válida, em hipótese alguma, como um pedido de abertura/regularização/readequação de acesso, não gerando assim expectativa de direito ao acesso aspirado, tampouco nenhum direito de preferência.

Para Consulta Prévia o Interessado deverá apresentar à Concessionária:

- Modelo de Documento para Consulta Prévia - Acesso de Residência/Chácara/Sítio ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física, com firma reconhecida por autenticidade, conforme modelo anexo 1, ou com procuração original do proprietário autorizando a consulta, se o pedido for de terceiro.

ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso à Rodovia de Residência/Chácara/Sítio ou outro com a mesma natureza – Pessoa Física

3.1. Para que a abertura/regularização/readequação de acesso possa ser analisada, o Interessado deverá apresentar à Concessionária, **necessariamente**, todos os documentos solicitados e descritos a seguir, em vias originais, observando todas as orientações quanto aos projetos a serem apresentados e demais critérios/diretrizes estabelecidos neste documento.

O pedido de autorização de acesso deverá ser feito pelos proprietários, ou promitentes compradores, de terreno lindeiro à faixa de domínio da rodovia, ou de terrenos que não confrontem com a faixa de domínio, mas que possuam servidão de passagem, obtida em data anterior à data em que foram lavradas as escrituras de aquisição pelo DER.

No caso de pequenas propriedades, os interessados poderão formular juntos pedidos de um único acesso que sirva, indistintamente, a todas as propriedades.

A entrega da documentação e a análise técnica serão realizadas em duas fases: Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional e Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar:

3.1.1. Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional

• Documentos a serem entregues:

- ✓ Pedido/Termo de Compromisso para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso de Residência/Chácara/Sítio ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física, assinado pelo proprietário do imóvel e cônjuge, com firma reconhecida por autenticidade - conforme modelo anexo 2
- ✓ Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- ✓ Cópia autenticada do Contrato de Compromisso de Compra e Venda – se for promitente comprador
- ✓ Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições estabelecidas na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato
- ✓ Projeto Funcional

• Análise Técnica

- ✓ A documentação entregue, referente ao Pedido e ao Projeto Funcional será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do pedido e da documentação entregues referente à Primeira Fase, o Diretor de Operações da ARTESP emitirá comunicado com o parecer à Concessionária, a ser entregue ao Interessado.

ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

- ✓ Para o projeto analisado e considerado em condições de aprovação, o Interessado terá o prazo de 90 dias, após o recebimento do comunicado emitido pela ARTESP, para entregar a documentação da Segunda Fase à Concessionária. Expirado o prazo e não entregue a documentação, o pedido será arquivado em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.

3.1.2. Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar.

Esta fase ocorrerá somente se o Pedido e o Projeto Funcional, analisados na Primeira Fase, forem viáveis.

• Documentos a serem entregues:

- ✓ Termo de Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso de Residência/Chacára/Sítio ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física, assinado pelos proprietários do imóvel e cônjuges, com firma reconhecida por autenticidade - conforme modelo anexo 3
- ✓ Memoriais descritivos e de cálculo
- ✓ Levantamento planialtimétrico cadastral
- ✓ 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, sem a logomarca da ARTESP ou da Concessionária, com a assinatura dos proprietários do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - Projeto geométrico
 - Projeto de pavimentação
 - Projeto de drenagem
 - Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - Projeto de iluminação
 - Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - Projeto de sinalização de obras
 - Projeto de Implantação
- ✓ Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- ✓ Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- ✓ Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

• Análise Técnica da Segunda Fase

- ✓ A documentação entregue, referente ao Projeto Executivo e Documentação Complementar, será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do Projeto Executivo e da Documentação Complementar entregues, referente à Segunda Fase, a Concessionária comunicará ao Interessado a aprovação, se for viável, ou a justificativa, se não for viável.

ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

3.2. Após a aprovação dos projetos pela ARTESP, o Interessado deverá entregar 3 cópias dos mesmos à Concessionária, no prazo máximo de 15 dias, devidamente assinadas pelo proprietário do terreno e pelo responsável técnico, com o número do CREA.

4. Orientações quanto aos Projetos a Serem Apresentados

4.1. Projeto Funcional

- Deverá conter/seguir as seguintes diretrizes mínimas:
 - ✓ Desenho – usar como base foto aérea atualizada, formato A1
 - ✓ Planta da propriedade localizada em relação à rodovia, as amarrações do eixo do dispositivo com marcos quilométricos da rodovia (km+m) e com o sentido da pista
 - ✓ Localização do acesso, indicando a quilometragem, sentido da pista, prefixo e o nome da rodovia
 - ✓ Inclusão do norte magnético
 - ✓ Perímetro completo do terreno
 - ✓ Limites da propriedade em relação à rodovia
 - ✓ Faixa de domínio como desapropriada pelo DER/DERSA/Concessionária
 - ✓ Os comprimentos das faixas de aceleração e de desaceleração e incluir largura de acostamento e larguras das alças do acesso
 - ✓ Indicar a característica da região: urbano, rural, plano, montanhoso e outros
 - ✓ Apontar a localização do dispositivo rodoviário imediatamente anterior e posterior
 - ✓ Indicar o gabarito vertical do dispositivo, se passagem inferior
 - ✓ Existência ou não de outro acesso à propriedade
 - ✓ Distância entre o acesso solicitado e o acesso mais próximo do mesmo lado
 - ✓ Previsão de demanda de tráfego

4.2. Projeto Geométrico

4.2.1. Deverá estar em conformidade com o Manual de Normas do DER - Seção 3.02- Autorizações para Acessos às Estradas.

4.2.2. O projeto geométrico do acesso deverá conter no mínimo:

- Traçado em planta, apresentado em formato A1, na escala 1:1000, sobre ortofoto, com a topografia atualizada, com curvas de nível de metro em metro
- Perfil longitudinal do eixo principal da rodovia e dos ramos em estudo - estaca de 20 em 20 metros
- Seção transversal típica
- Limites da faixa de domínio oficial da rodovia, fornecidos pela Concessionária, conforme desapropriação efetuada pelo DER, DERSA ou pela Concessionária
- Área “*non aedificandi*”
- As alças de acesso à Rodovia
- Malha de coordenadas UTM
- Indicação do norte magnético
- Indicação de estacas de 20 em 20 metros
- Tabela de alinhamento horizontal contendo todas as informações referentes aos elementos utilizados tais como: raios, ângulo central, tangentes, desenvolvimento da curva, coordenadas e outros
- Superelevação ou plano cotado
- Detalhes, quando houver necessidade, tais como ilhas, curvas compostas e outros

ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

4.3. Projeto de Pavimentação

4.3.1. Deverá atender a IP-DE-P00/001 de jan/06 do DER/SP, contendo no mínimo:

- Memorial de cálculo de pavimentos com:
 - ✓ Cálculo do número N solicitações do eixo padrão e as hipóteses envolvidas
 - ✓ Resultados das sondagens, poços de inspeção e ensaios realizados caracterizando o solo e o pavimento existente no local
 - ✓ Dimensionamento do pavimento novo (segundo a instrução de projeto do DER/SP)
 - ✓ Especificações técnicas dos serviços, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
 - ✓ Sempre que o projeto contemplar o aproveitamento de estruturas de pavimentos existentes, e desde que existam condições geométricas para tal solução, será necessário apresentar cálculo do dimensionamento das soluções de restauração com base nas instruções de projeto IP-DE-P00/002 e IP-DE-P00/003 do DER/SP
- Desenhos de Projeto executivo de Pavimentação com:
 - ✓ Planta de localização do pavimento a ser implantado, demolições e demais intervenções necessárias sobre base da última versão válida do projeto geométrico e base topográfica
 - ✓ Localização das sondagens realizadas
 - ✓ Indicação dos limites da faixa de domínio
 - ✓ Seção transversal típica onde figurem as intervenções propostas, as camadas do pavimento proposto com as respectivas espessuras e indicações dos materiais constituintes. A capacidade de suporte do subleito avaliada e o tráfego previsto devem ser explicitados (os elementos apresentados nesta seção serão verificados pela ARTESP, através dos métodos de dimensionamento do DER/SP, DNIT e/ou ABCP - Associação Brasileira de Cimento Portland).
 - ✓ Detalhe do encontro com o pavimento existente, contemplando o escalonamento das camadas existentes e a compatibilização de camadas drenantes, de modo a promover a continuidade hidráulica no interior da nova estrutura
 - ✓ Detalhe de elementos de drenagem conectados ao pavimento tais como guias, sarjetas, passeio e outros
 - ✓ Drenos subsuperficiais conectados às camadas drenantes do pavimento (DLR- dreno longitudinal raso, conforme Projeto Padrão do DER/SP)
 - ✓ Tabela contendo especificações técnicas dos serviços a serem executados, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
- Notas mínimas a constar nos desenhos de seções-tipo:
 - ✓ Nota de como proceder no caso de ocorrência de solo do subleito com CBR menor que aquele especificado em projeto e/ou solo expansivo
 - ✓ Nota de como proceder em caso de solo mole
 - ✓ Nota recomendando que o subleito esteja isento de matéria orgânica e o lençol freático esteja rebaixado a, no mínimo, 1,50m da camada final de terraplanagem
 - ✓ Nota recomendando a compatibilização das camadas drenantes entre pavimento novo e pavimento existente de modo a garantir a continuidade hidráulica, no interior da estrutura do pavimento

ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

4.4. Projeto de Drenagem

4.4.1. Deverá atender a IP-DE-H00/001 e a IP-DE-H00/002 do DER/SP e conter no mínimo:

- Memória de cálculo contendo os estudos hidráulicos e hidrológicos. Apresentar as planilhas de cálculo e os quadros resumos em conformidade ao anexo A da IP-DE-H00-002 do DER/SP
- Planta de bacias contribuintes
- Planta de drenagem superficial
 - ✓ Apresentar o traçado geométrico contendo a declividade do greide, dimensões das pistas, pontos altos e baixos com a indicação de sua localização e outros. Deve ser apresentado de forma rebaixada, enfatizando a drenagem projetada
 - ✓ A topografia deve apresentar as curvas de nível cotada de metro em metro, taludes e outros, também de forma rebaixada
 - ✓ Os dispositivos existentes e projetados devem ser representados de forma distinta
 - ✓ A legenda e a indicação de faixa de domínio devem ser apresentadas entre outros
 - ✓ Indicar o posicionamento de início e de fim (estaqueamento ou km) de todos os dispositivos de drenagem e suas nomenclaturas, conforme PP (projeto padrão dos dispositivos) do DER/SP
 - ✓ Caso a propriedade do solicitante utilize "piscinas" de retenção para amortecimento da vazão, informar em memorial e representar nos desenhos
- Perfil dos bueiros, caso haja, indicando:
 - ✓ Perfil longitudinal do bueiro de drenagem com indicação de diâmetro, classe, comprimento, declividade e sentido do fluxo
 - ✓ As cotas de entrada e saída e a seção sobre ele, o berço utilizado (brita ou concreto), posicionamento (estaqueamento) e outros
 - ✓ Detalhes da boca de entrada e saída indicando dimensões, material, indicação do posicionamento (estaqueamento ou km) e, caso haja, dispositivo de amortecimento e demais dispositivos com as devidas indicações, cotas, comprimentos e outros
 - ✓ Detalhes de guias, sarjetas, valetas, bocas-de-lobo, caixas coletoras e demais dispositivos de drenagem com suas classificações padrão DER/SP, dimensões e materiais, caso haja necessidade de utilização das mesmas
 - ✓ Caso existam interferências no local, indicar as mesmas especificando tipo, dimensões e cotas
- Apresentar legenda, notas e indicação do Norte
- Detalhamento dos dispositivos empregados. Os desenhos dos detalhes dos dispositivos devem estar de acordo com o PP do DER/SP (podem ser obtidos no próprio site do órgão). Caso o dispositivo não possua um padrão, deverá ser elaborado o seu detalhamento e submetido juntamente com a documentação de projeto para aprovação da ARTESP.

4.5. Projeto de Terraplanagem e Geotecnia

Caso haja movimentos de terra próximos à faixa de domínio da Rodovia Concessionada, resultando em taludes de altura considerável, deve ser indicada a inclinação e altura, e se for o caso, estudo de estabilidade dos mesmos.

4.6. Projeto de Iluminação

Deverá atender a IP-DE-E00/001- Projeto de Iluminação de Rodovias do DER/SP.

4.7. Projeto de Obra de Arte

Deverá atender as normas da ABNT.

ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

4.8. Projeto de Paisagismo/Revestimento Vegetal

- 4.8.1.** Para implantação de qualquer projeto de paisagismo nos acessos, envolvendo a faixa de domínio das rodovias, deverão ser obedecidas as recomendações da Norma ABNT NBR 15486 de segurança no tráfego.
- 4.8.2.** Deverão ser usadas preferencialmente espécies vegetais nativas regionais; espécies arbustivas ou de pequeno porte.
- 4.8.3.** É proibido o uso de espécies: frutíferas, mesmo sendo nativas e regionais; de espécies arbóreas de grande porte, muito altas ou de madeira pouco resistente, cuja queda possa causar acidentes com os usuários da rodovia (por exemplo: palmeira real, guapuruvu, paineira e outros).
- 4.8.4.** Deve ser evitado o plantio de árvores isoladas, pois estarão mais sujeitas às intempéries como ação do vento, raios e outros.
- 4.8.5.** Os projetos deverão prever a manutenção das mudas e o controle de pragas.

4.9. Projeto de Sinalização

Deverá conter:

4.9.1. Vertical

Sinalização de Regulamentação e Advertência, mostrando a circulação do acesso desde a rodovia até o limite de faixa de domínio.

4.9.2. Horizontal

O acesso deverá ser sinalizado conforme os padrões exigidos pela ARTESP, ou seja, “taper” de aceleração, narizes, divisões de faixas e “taper” de desaceleração, devidamente cotados e amarrados.

4.9.3. Materiais técnicos a serem utilizados para elaboração e análise do projeto:

- Código de Trânsito Brasileiro - CTB
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN:
 - ✓ Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação
 - ✓ Volume II - Sinalização Vertical de Advertência
 - ✓ Volume IV - Sinalização Horizontal
- Manual Brasileiro de Sinalização Rodoviária do Departamento de Estradas de Rodagem - DER
 - ✓ Volume I - Projeto
 - ✓ Volume II - Tomo I - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume II - Tomo II - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume III - Obras, Serviços de Conservação e Emergência
- Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito
- Normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT

4.10. Projeto de Implantação

Deverá conter:

- 4.10.1.** Perímetro completo do terreno, de acordo com a matrícula atualizada, com todas as coordenadas UTM dos pontos de encontro do terreno com os vizinhos e com a faixa de domínio da rodovia; e indicação dos nomes dos proprietários vizinhos.
- 4.10.2.** Plantas das obras e instalações do empreendimento/imóvel a serem construídas/reformadas, acompanhadas de memorial descritivo, área para circulação e estacionamento de veículos e a devida sinalização.

ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

4.11. Meio Ambiente

4.11.1. Deverão ser apresentadas autorizações e/ou licenças ambientais quando houver intervenções nas faixas de domínio ou próximas a estas, que impactem em áreas de proteção ambiental (APA) e/ou vegetação nativa em estágios secundários e avançados de regeneração.

4.11.2. Devem ser objeto de consulta sobre a necessidade de licenciamento ambiental as intervenções nas faixas de domínio ou áreas limdeiras próximas a estas quando as mesmas estiverem inseridas nas áreas de proteção dos mananciais definidas pela Lei nº 898, de 18 de dezembro de 1975 e pela Lei 1.172 de 17 de novembro de 1976, ou em unidades de conservação do Estado.

4.11.3. Na execução das intervenções devem ser adotados os cuidados necessários para evitar o desenvolvimento de processos erosivos, rupturas de taludes, o assoreamento e interrupção de drenagens naturais e outras situações que possam acarretar danos ambientais.

4.12. Dentre os vários itens importantes do projeto, observar a distância entre dois dispositivos de acesso. Distância mínima entre o fim da pista de aceleração de um (saída do estabelecimento para a pista) e o início de desaceleração do outro (saída da pista para o estabelecimento) dos acessos a estabelecimentos comerciais é de 500,00 metros. . Essa distância poderá ser reduzida, quando a necessidade assim o indicar, a critério da ARTESP.

4.13. Na elaboração dos projetos o Interessado deverá pesquisar, levantar e verificar a existência de quaisquer obras, serviços ou demais ocupações de faixa de domínio, que possam interferir na elaboração do projeto e execução da obra, sob sua inteira responsabilidade e expensas.

4.14. Deverão ser atendidas, em até 30 dias, as solicitações realizadas pela Concessionária/ARTESP de informações complementares para análise ou adequações aos projetos apresentados.

Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará o processo à ARTESP, onde será arquivado em definitivo.

Caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.

ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

5. Autorização

- 5.1.** A autorização de acesso será concedida a título precário aos proprietários, ou promitentes compradores, de terreno lindeiro à faixa de domínio da rodovia, ou de terrenos que não confrontem com a faixa de domínio, mas que possuam servidão de passagem, obtida em data anterior à data em que foram lavradas as escrituras de aquisição pelo DER, podendo ser cancelada a qualquer tempo, sem que caiba ao seu titular qualquer direito à indenização.
- 5.2.** A Competência para autorizar a concessão de Acesso de residência/chácara/sítio ou outro com a mesma natureza é do Diretor de Operações da ARTESP.
- 5.3.** A Concessionária comunicará ao Interessado o deferimento ou indeferimento da solicitação, após publicação no Diário Oficial do Estado e informado pela ARTESP.
- 5.4.** A ARTESP devolverá uma cópia do projeto, quando aprovado, ao Interessado, para a sua execução. A entrega da cópia do projeto aprovado será realizada pela Concessionária.
- 5.5.** Deverá ser assinado Termo de Autorização de Início de Obras entre a Concessionária e o Interessado, estabelecendo as condições para construção, o funcionamento do acesso, bem como autorizando o início das obras e serviços do acesso aprovado.

6. Construção

- 6.1.** A construção do acesso é de responsabilidade do Interessado, que deve arcar com todas as despesas para implantação, operação, manutenção e conservação do acesso.
- 6.2.** Os prazos para início e conclusão das obras de construção serão, respectivamente, de 6 (seis) meses e de 2 (dois) anos, contados da data de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo do ato de autorização de acesso.
- 6.3.** A Concessionária, sob a supervisão da ARTESP, fiscalizará a construção do acesso, que deverá ser realizada de acordo com o projeto aprovado.
- 6.4.** O Interessado deverá entregar à Concessionária o cronograma de obras para implantação/regularização dos acessos.
- 6.5.** Ao término da obra é obrigatório a entrega pelo Interessado do As Built, em até 10 dias, sem o qual não poderá ser feita a vistoria de término da obra e a liberação para funcionamento do acesso pela Concessionária.
- 6.6.** Após a liberação pela Concessionária, caso a ARTESP constate que o acesso não está de acordo com o projeto aprovado, serão aplicadas as penalidades previstas em lei.

ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

7. Fiscalização

- 7.1.** A fiscalização dos acessos e da sinalização implantada será exercida pela Concessionária sob a supervisão da ARTESP.
- 7.2.** Caso durante a fiscalização seja detectada alguma irregularidade, o titular da autorização do acesso será penalizado conforme a legislação vigente, sendo notificado para sanar as irregularidades dentro prazo estabelecido.
- 7.3.** As penalidades serão aplicadas pela ARTESP.
- 7.4.** Quando houver necessidade de intervenções no pavimento, obras, drenagem ou sinalização de acesso e não for realizada no prazo estabelecido na notificação, a Concessionária adotará as medidas cabíveis e solicitará o ressarcimento ao titular da autorização do acesso.

8. Cancelamento

- 8.1.** O detentor da autorização do acesso poderá requerer o seu cancelamento mediante solicitação dirigida ao Diretor Geral da ARTESP.
- 8.2.** A ARTESP poderá cancelar a Autorização mediante interesse público, desvio de finalidade, ter ficado inativo por período superior a 3 meses ou por não atender as exigências previstas na regulamentação em vigor.

9. Disposições Gerais

- 9.1.** O Interessado se responsabilizará por quaisquer danos ou prejuízos materiais ou morais que, por si ou por seus prepostos, vierem a causar à estrada ou rodovia, ao órgão rodoviário, terceiros e ao meio ambiente advindo da implantação, operação, manutenção ou conservação do acesso.
- 9.2.** O titular da autorização de acesso não poderá permitir alterações das finalidades do acesso, previstos na concessão da autorização, nem introduzir qualquer modificação no projeto, em execução ou já executado, sem a autorização prévia da ARTESP, mediante requerimento dirigido ao seu Diretor Geral, juntando-se o respectivo projeto modificativo, entregue à Concessionária, responsável pelo trecho da Rodovia, onde está/será instalado o acesso.
- 9.3.** Ocorrendo a necessidade de substituição do titular da autorização de acesso, a ARTESP deverá ser comunicada por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, por meio documento entregue à Concessionária, comprometendo-se, expressamente, o novo titular, a satisfazer e respeitar as exigências na regulamentação existente, sem o que não será expedida nova autorização.
- 9.4.** No caso de locação, arrendamento, empréstimo ou outra modalidade qualquer de transferência de direito de uso a terceiros, no todo ou em parte, do estabelecimento, o titular da autorização de acesso deverá comunicar por escrito a ARTESP, por meio da Concessionária, no prazo de 30 (trinta) dias, o fato jurídico ocorrido, informando, também, que o terceiro conhece e se obriga a respeitar as normas previstas na regulamentação, permanecendo, no entanto, integral sua responsabilidade no que concerne ao cumprimento das obrigações previstas na regulamentação.
- 9.5.** A inobservância das exigências previstas na regulamentação existente estará sujeita a aplicação de multas e cancelamento da Autorização.

ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

10. Anexos

Fazem parte deste documento os seguintes anexos:

- Anexo 1 - Modelo Para Consulta Prévia
- Anexo 2 - Modelo Para Pedido/Termo de Compromisso de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso
- Anexo 3 - Modelo Para Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso

MINUTA

ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ANEXO 1

MODELO PARA CONSULTA PRÉVIA – ACESSO DE RESIDÊNCIA/ CHÁCARA/ SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
CEP 01451-011

Pelo presente instrumento EU, nome do proprietário/promitente comprador do imóvel lindeiro ,
nacionalidade , estado civil, profissão , portador da Cédula de Registro
Geral nº , devidamente inscrito (a) no CPF/MF nº , residente e domiciliado
rua/avenida/alameda, nº, bairro, código postal, cidade e estado , DECLARO PARA
OS DEVIDOS FINS ser proprietário/promitente comprador do imóvel a seguir descrito:

Características Gerais:
Rodovia:
Km+m:
Sentido de pista ou marginal:
Bairro:
CEP:
Município:
Atividade Pretendida:

Declaro, ainda, estar ciente que este pedido refere-se tão somente a uma consulta informal quanto à viabilidade ou não do acesso pretendido, não sendo válido em nenhuma hipótese, como um pedido formal de abertura de acesso e, não gerando assim, expectativa de direito ao acesso almejado, tampouco nenhum direito de preferência sobre qualquer pedido válido apresentado após a data deste documento.

Por fim, uma vez viável a sobredita análise e, caso ainda haja interesse em sua implementação, comprometo-me PROTOCOLAR, junto à respectiva Concessionária de Rodovias, o competente pedido de abertura de acesso, à luz da legislação vigente, bem como apresentar toda documentação a ele inerente.

Município, dia, mês , ano

Assinatura e nome do proprietário /promitente comprador do imóvel lindeiro e cônjuge, quando casado, com firma reconhecida por autenticidade

ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ANEXO 2

MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 1/2 ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO ACESSO DE RESIDÊNCIA/ CHÁCARA/ SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA PESSOA FÍSICA

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
 Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
 São Paulo – SP
 CEP 01451-011

Nome do proprietário/promitente comprador do imóvel lindeiro, RG _____, CPF _____, proprietário/promitente comprador do imóvel localizado à margem da Rodovia _____ nome da Rodovia _____, SP - número da Rodovia _____, altura do Km _____ + _____ metros, pista ou marginal sentido _____, município de _____, São Paulo, estando de acordo com a regulamentação para concessão de acesso, que se compromete a respeitar e obedecer, em todos os seus termos, solicita que lhe seja concedida autorização para abertura/regularização/readequação de acesso à sua propriedade, que será utilizada para fins _____ atividades a serem implantadas no imóvel. Se existir documento anterior ARTESP relacionado ao assunto, fazer referência e indicar o código/numeração.

Declara que conhece e se compromete a respeitar o disposto:

- No Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas
- Na Portaria ARTESP

Declara, ainda, estar ciente de que a autorização de acesso é dada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, a título precário, como ato de mera tolerância, não implicando no recolhimento da posse domínio ou qualquer outro declarante, pelo que assume o compromisso de respeitar e cumprir todas as exigências do citadas no manual e na portaria, bem como, a não mais utilizar o acesso, nem de qualquer forma, impedir o seu fechamento desde que a segurança do tráfego ou a necessidade de uso da área, a critério exclusivo da mesma, o exijam.

Declara, ainda, que não lhe cabe qualquer direito de indenização, reembolso ou compensação pela revogação da autorização, pelo que firma o presente instrumento.

Em anexo, apresenta os seguintes documentos, em vias originais, para análise com relação à viabilidade:

- Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- Cópia autenticada do Contrato de Compromisso de Compra e Venda – se for promitente comprador
- Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições, exigências, obrigações e responsabilidades constantes na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato.
- Projeto Funcional

ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ANEXO 2

MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 2/2 ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE RESIDÊNCIA/ CHÁCARA/ SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA PESSOA FÍSICA

Reconhece que, após a análise da documentação apresentada, e tendo recebido comunicado da ARTESP, sobre a viabilidade do pedido, deverá apresentar à Concessionária o projeto executivo e documentação complementar, conforme Portaria ARTESP, no prazo máximo e improrrogável de 90 dias. A não concretização/efetivação da entrega do projeto executivo e toda a documentação preconizada e exigida no prazo estipulado, fica desde já aceito e sem direito a nenhuma indenização de qualquer natureza, que o pedido ora efetuado perderá totalmente a sua validade. Assim sendo, caso queira retomar o assunto deve fazê-lo por meio de um novo pedido.

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês, ano

Assinatura e nome do proprietário /promitente comprador do imóvel lindeiro e cônjuge, quando casado, com firma reconhecida por autenticidade de todos que assinarem

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone

ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ANEXO 3

MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO 1/2 COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE RESIDÊNCIA/ CHÁCARA/ SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
 Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
 São Paulo – SP
 CEP 01451-011

Nome do proprietário/promitente comprador do imóvel lindeiro, RG , CPF ,
 informa que apresentou requerimento, anterior a este, com o projeto funcional e demais documentos,
 solicitando a abertura/regularização/readequação de acesso, que será utilizado para fins
 atividades a serem implantadas no imóvel, no imóvel de sua propriedade, localizado à margem da
 Rodovia nome da Rodovia , SP - número da Rodovia , altura do Km + metros,
 pista ou marginal sentido , município de , São Paulo.

Tendo a solicitação, apresentada anteriormente, sendo considerada em condições de aprovação,
 conforme comunicado da ARTESP nº e não tendo ultrapassado o prazo máximo para
 apresentação do projeto executivo e documentação complementar. Em anexo, apresenta os
 seguintes documentos, em vias originais:

- Memoriais descritivos e de cálculo
- Levantamento planialtimétrico cadastral
- 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, com a assinatura do proprietário do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - ✓ Projeto geométrico
 - ✓ Projeto de pavimentação
 - ✓ Projeto de drenagem
 - ✓ Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - ✓ Projeto de iluminação
 - ✓ Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - ✓ Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - ✓ Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - ✓ Projeto de sinalização de obras
 - ✓ Projeto de implantação
- Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ANEXO 3

MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO 2/2 COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE RESIDÊNCIA/ CHÁCARA/ SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês , ano

Assinatura e nome do proprietário/promitente comprador do imóvel lindeiro e cônjuge, quando casado, com firma reconhecida por autenticidade

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone

**ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA
PESSOA JURÍDICA
ORIENTAÇÕES AO INTERESSADO**

**ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO
COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA****ÍNDICE**

1. Regulamentação Para Pedido e Funcionamento de Acesso à Rodovia	76
2. Consulta Prévia	76
3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso	77
4. Orientações Quanto aos Projetos a Serem Apresentados	79
5. Autorização	84
6. Construção	84
7. Fiscalização	84
8. Cancelamento	85
9. Disposições Gerais	85
10. Anexos	85

MINUTA

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

A abertura de acesso de residência/chácara/sítio ou outro com a mesma natureza à faixa de domínio da rodovia estadual sob concessão, necessita ser precedida de análise da Concessionária, responsável pelo trecho da rodovia onde se pretende instalar o acesso e ser autorizada pela ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

Antes da apresentação do pedido formal, o Interessado deve solicitar à Concessionária a orientação necessária para atender as disposições técnicas e legais exigidas.

1. Regulamentação Para Solicitação e Funcionamento de Acesso à Rodovia Residencial/Chácara/Sítio ou outro com a mesma natureza - Pessoa Jurídica

- Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas
- Portaria ARTESP

2. Consulta Prévia - Opcional

Antes de entrar com o pedido formal, caso julgue oportuno, o Interessado poderá fazer uma Consulta Prévia à ARTESP. Esta consulta, não é válida, em hipótese alguma, como um pedido de abertura/regularização/readequação de acesso, não gerando assim expectativa de direito ao acesso aspirado, tampouco nenhum direito de preferência.

Para Consulta Prévia o Interessado deverá apresentar à Concessionária:

- Modelo de Documento para Consulta Prévia - Acesso de Residência/Chácara/Sítio ou outro com a mesma natureza - Pessoa Jurídica, com firma reconhecida por autenticidade, conforme modelo anexo 1, ou com procuração original do proprietário autorizando a consulta, se o pedido for de terceiro.

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso à Rodovia de Residência/Chácara/Sítio ou Outro com a Mesma Natureza – Pessoa Jurídica

3.1. Para que a abertura/regularização/readequação de acesso possa ser analisada, o Interessado deverá apresentar à Concessionária, **necessariamente**, todos os documentos solicitados e descritos a seguir, em vias originais, observando todas as orientações quanto aos projetos a serem apresentados e demais critérios/diretrizes estabelecidos neste documento.

O pedido de autorização de acesso deverá ser feito pelos proprietários, ou promitentes compradores, de terreno limero à faixa de domínio da rodovia, ou de terrenos que não confrontem com a faixa de domínio, mas que possuam servidão de passagem, obtida em data anterior à data em que foram lavradas as escrituras de aquisição pelo DER.

No caso de pequenas propriedades, os interessados poderão formular juntos pedidos de um único acesso que sirva, indistintamente, a todas as propriedades.

A entrega da documentação e a análise técnica serão realizadas em duas fases: Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional e Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar:

3.1.1. Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional

• Documentos a serem entregues:

- ✓ Pedido/Termo de Compromisso para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso de Residência/Chácara/Sítio ou outro com a mesma natureza - Pessoa Jurídica, assinado pelos representantes legais, com firma reconhecida por autenticidade - conforme modelo anexo 2
- ✓ Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- ✓ Cópia autenticada do contrato social e dos atos constitutivos e societários que demonstrem representação legal e atual da empresa
- ✓ Cópia autenticada do Contrato de Compromisso de Compra e Venda – se for promitente comprador
- ✓ Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições estabelecidas na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato
- ✓ Projeto Funcional

• Análise Técnica

- ✓ A documentação entregue, referente ao Pedido e ao Projeto Funcional será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do pedido e da documentação entregues referente à Primeira Fase, o Diretor de Operações da ARTESP emitirá comunicado com o parecer à Concessionária, a ser entregue ao Interessado.

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

- ✓ Para o projeto analisado e considerado em condições de aprovação, o Interessado terá o prazo de 90 dias, após o recebimento do comunicado emitido pela ARTESP, para entregar a documentação da Segunda Fase à Concessionária. Expirado o prazo e não entregue a documentação, o pedido será arquivado em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.

3.1.2. Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar.

Esta fase ocorrerá somente se o Pedido e o Projeto Funcional, analisados na Primeira Fase, forem viáveis.

• Documentos a serem entregues:

- ✓ Termo de Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso de Residência/Chácara/Sítio ou outro com a mesma natureza - Pessoa Jurídica, assinado pelos representantes legais da empresa, com firma reconhecida por autenticidade - conforme modelo anexo 3
- ✓ Memoriais descritivos e de cálculo
- ✓ Levantamento planialtimétrico cadastral
- ✓ 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, sem a logomarca da ARTESP ou da Concessionária, com a assinatura dos proprietários do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - Projeto geométrico
 - Projeto de pavimentação
 - Projeto de drenagem
 - Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - Projeto de iluminação
 - Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - Projeto de sinalização de obras
 - Projeto de Implantação
- ✓ Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- ✓ Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- ✓ Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

• Análise Técnica da Segunda Fase

- ✓ A documentação entregue, referente ao Projeto Executivo e Documentação Complementar, será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do Projeto Executivo e da Documentação Complementar entregues, referente à Segunda Fase, a Concessionária comunicará ao Interessado a aprovação, se for viável, ou a justificativa, se não for viável.

3.2. Após a aprovação dos projetos pela ARTESP, o Interessado deverá entregar 3 cópias dos mesmos à Concessionária, no prazo máximo de 15 dias, devidamente assinadas pelo proprietário do terreno e pelo responsável técnico, com o número do CREA.

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

4. Orientações quanto aos Projetos a Serem Apresentados

4.1. Projeto Funcional

- Deverá conter/seguir as seguintes diretrizes mínimas:
 - ✓ Desenho – usar como base foto aérea atualizada, formato A1
 - ✓ Planta da propriedade localizada em relação à rodovia, as amarrações do eixo do dispositivo com marcos quilométricos da rodovia (km+m) e com o sentido da pista
 - ✓ Localização do acesso, indicando a quilometragem, sentido da pista, prefixo e o nome da rodovia
 - ✓ Inclusão do norte magnético
 - ✓ Perímetro completo do terreno
 - ✓ Limites da propriedade em relação à rodovia
 - ✓ Faixa de domínio como desapropriada pelo DER/DERSA/Concessionária
 - ✓ Os comprimentos das faixas de aceleração e de desaceleração e incluir largura de acostamento e larguras das alças do acesso
 - ✓ Indicar a característica da região: urbano, rural, plano, montanhoso e outros
 - ✓ Apontar a localização do dispositivo rodoviário imediatamente anterior e posterior
 - ✓ Indicar o gabarito vertical do dispositivo, se passagem inferior
 - ✓ Existência ou não de outro acesso à propriedade
 - ✓ Distância entre o acesso solicitado e o acesso mais próximo do mesmo lado
 - ✓ Previsão de demanda de tráfego

4.2. Projeto Geométrico

4.2.1. Deverá estar em conformidade com o Manual de Normas do DER - Seção 3.02- Autorizações para Acessos às Estradas.

4.2.2. O projeto geométrico do acesso deverá conter no mínimo:

- Traçado em planta, apresentado em formato A1, na escala 1:1000, sobre ortofoto, com a topografia atualizada, com curvas de nível de metro em metro
- Perfil longitudinal do eixo principal da rodovia e dos ramos em estudo - estaca de 20 em 20 metros
- Seção transversal típica
- Limites da faixa de domínio oficial da rodovia, fornecidos pela Concessionária, conforme desapropriação efetuada pelo DER, DERSA ou pela Concessionária
- Área “*non aedificandi*”
- As alças de acesso à Rodovia
- Malha de coordenadas UTM
- Indicação do norte magnético
- Indicação de estacas de 20 em 20 metros
- Tabela de alinhamento horizontal contendo todas as informações referentes aos elementos utilizados tais como: raios, ângulo central, tangentes, desenvolvimento da curva, coordenadas e outros
- Superelevação ou plano cotado
- Detalhes, quando houver necessidade, tais como ilhas, curvas compostas e outros

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

4.3. Projeto de Pavimentação

4.3.1. Deverá atender a IP-DE-P00/001 de jan/06 do DER/SP, contendo no mínimo:

- Memorial de cálculo de pavimentos com:
 - ✓ Cálculo do número N solicitações do eixo padrão e as hipóteses envolvidas
 - ✓ Resultados das sondagens, poços de inspeção e ensaios realizados caracterizando o solo e o pavimento existente no local
 - ✓ Dimensionamento do pavimento novo (segundo a instrução de projeto do DER/SP)
 - ✓ Especificações técnicas dos serviços, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
 - ✓ Sempre que o projeto contemplar o aproveitamento de estruturas de pavimentos existentes, e desde que existam condições geométricas para tal solução, será necessário apresentar cálculo do dimensionamento das soluções de restauração com base nas instruções de projeto IP-DE-P00/002 e IP-DE-P00/003 do DER/SP
- Desenhos de Projeto executivo de Pavimentação com:
 - ✓ Planta de localização do pavimento a ser implantado, demolições e demais intervenções necessárias sobre base da última versão válida do projeto geométrico e base topográfica
 - ✓ Localização das sondagens realizadas
 - ✓ Indicação dos limites da faixa de domínio
 - ✓ Seção transversal típica onde figurem as intervenções propostas, as camadas do pavimento proposto com as respectivas espessuras e indicações dos materiais constituintes. A capacidade de suporte do subleito avaliada e o tráfego previsto devem ser explicitados (os elementos apresentados nesta seção serão verificados pela ARTESP, através dos métodos de dimensionamento do DER/SP, DNIT e/ou ABCP - Associação Brasileira de Cimento Portland).
 - ✓ Detalhe do encontro com o pavimento existente, contemplando o escalonamento das camadas existentes e a compatibilização de camadas drenantes, de modo a promover a continuidade hidráulica no interior da nova estrutura
 - ✓ Detalhe de elementos de drenagem conectados ao pavimento tais como guias, sarjetas, passeio e outros
 - ✓ Drenos subsuperficiais conectados às camadas drenantes do pavimento (DLR- dreno longitudinal raso, conforme Projeto Padrão do DER/SP)
 - ✓ Tabela contendo especificações técnicas dos serviços a serem executados, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
- Notas mínimas a constar nos desenhos de seções-tipo:
 - ✓ Nota de como proceder no caso de ocorrência de solo do subleito com CBR menor que aquele especificado em projeto e/ou solo expansivo
 - ✓ Nota de como proceder em caso de solo mole
 - ✓ Nota recomendando que o subleito esteja isento de matéria orgânica e o lençol freático esteja rebaixado a, no mínimo, 1,50m da camada final de terraplanagem
 - ✓ Nota recomendando a compatibilização das camadas drenantes entre pavimento novo e pavimento existente de modo a garantir a continuidade hidráulica, no interior da estrutura do pavimento

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

4.4. Projeto de Drenagem

4.4.1. Deverá atender a IP-DE-H00/001 e a IP-DE-H00/002 do DER/SP e conter no mínimo:

- Memória de cálculo contendo os estudos hidráulicos e hidrológicos. Apresentar as planilhas de cálculo e os quadros resumos em conformidade ao anexo A da IP-DE-H00-002 do DER/SP
- Planta de bacias contribuintes
- Planta de drenagem superficial
 - ✓ Apresentar o traçado geométrico contendo a declividade do greide, dimensões das pistas, pontos altos e baixos com a indicação de sua localização e outros. Deve ser apresentado de forma rebaixada, enfatizando a drenagem projetada
 - ✓ A topografia deve apresentar as curvas de nível cotada de metro em metro, taludes e outros, também de forma rebaixada
 - ✓ Os dispositivos existentes e projetados devem ser representados de forma distinta
 - ✓ A legenda e a indicação de faixa de domínio devem ser apresentadas entre outros
 - ✓ Indicar o posicionamento de início e de fim (estaqueamento ou km) de todos os dispositivos de drenagem e suas nomenclaturas, conforme PP(projeto padrão dos dispositivos) do DER/SP
 - ✓ Caso a propriedade do solicitante utilize “piscinas” de retenção para amortecimento da vazão, informar em memorial e representar nos desenhos
- Perfil dos bueiros, caso haja, indicando:
 - ✓ Perfil longitudinal do bueiro de drenagem com indicação de diâmetro, classe, comprimento, declividade e sentido do fluxo
 - ✓ As cotas de entrada e saída e a seção sobre ele, o berço utilizado (brita ou concreto), posicionamento (estaqueamento) e outros
 - ✓ Detalhes da boca de entrada e saída indicando dimensões, material, indicação do posicionamento (estaqueamento ou km) e, caso haja, dispositivo de amortecimento e demais dispositivos com as devidas indicações, cotas, comprimentos e outros
 - ✓ Detalhes de guias, sarjetas, valetas, bocas-de-lobo, caixas coletoras e demais dispositivos de drenagem com suas classificações padrão DER/SP, dimensões e materiais, caso haja necessidade de utilização das mesmas
 - ✓ Caso existam interferências no local, indicar as mesmas especificando tipo, dimensões e cotas
- Apresentar legenda, notas e indicação do Norte
- Detalhamento dos dispositivos empregados. Os desenhos dos detalhes dos dispositivos devem estar de acordo com o PP do DER/SP (podem ser obtidos no próprio site do órgão). Caso o dispositivo não possua um padrão, deverá ser elaborado o seu detalhamento e submetido juntamente com a documentação de projeto para aprovação da ARTESP.

4.5. Projeto de Terraplanagem e Geotecnia

Caso haja movimentos de terra próximos à faixa de domínio da Rodovia Concessionada, resultando em taludes de altura considerável, deve ser indicada a inclinação e altura, e se for o caso, estudo de estabilidade dos mesmos.

4.6. Projeto de Iluminação

Deverá atender a IP-DE-E00/001- Projeto de Iluminação de Rodovias do DER/SP.

4.7. Projeto de Obra de Arte

Deverá atender as normas da ABNT.

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

4.8. Projeto de Paisagismo/Revestimento Vegetal

4.8.1. Para implantação de qualquer projeto de paisagismo nos acessos, envolvendo a faixa de domínio das rodovias, deverão ser obedecidas as recomendações da Norma ABNT NBR 15486 de segurança no tráfego.

4.8.2. Deverão ser usadas preferencialmente espécies vegetais nativas regionais; espécies arbustivas ou de pequeno porte.

4.8.3. É proibido o uso de espécies: frutíferas, mesmo sendo nativas e regionais; de espécies arbóreas de grande porte, muito altas ou de madeira pouco resistente, cuja queda possa causar acidentes com os usuários da rodovia (por exemplo: palmeira real, guapuruvu, paineira e outros).

4.8.4. Deve ser evitado o plantio de árvores isoladas, pois estarão mais sujeitas às intempéries como ação do vento, raios e outros.

4.8.5. Os projetos deverão prever a manutenção das mudas e o controle de pragas.

4.9. Projeto de Sinalização

Deverá conter:

4.9.1. Vertical

Sinalização de Regulamentação e Advertência, mostrando a circulação do acesso desde a rodovia até o limite de faixa de domínio.

4.9.2. Horizontal

O acesso deverá ser sinalizado conforme os padrões exigidos pela ARTESP, ou seja, “taper” de aceleração, narizes, divisões de faixas e “taper” de desaceleração, devidamente cotados e amarrados.

4.9.3. Materiais técnicos a serem utilizados para elaboração e análise do projeto:

- Código de Trânsito Brasileiro - CTB
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN:
 - ✓ Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação
 - ✓ Volume II - Sinalização Vertical de Advertência
 - ✓ Volume IV - Sinalização Horizontal
- Manual Brasileiro de Sinalização Rodoviária do Departamento de Estradas de Rodagem - DER
 - ✓ Volume I - Projeto
 - ✓ Volume II - Tomo I - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume II - Tomo II - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume III - Obras, Serviços de Conservação e Emergência
- Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito
- Normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT

4.10. Projeto de Implantação

Deverá conter:

4.10.3. Perímetro completo do terreno, de acordo com a matrícula atualizada, com todas as coordenadas UTM dos pontos de encontro do terreno com os vizinhos e com a faixa de domínio da rodovia; e indicação dos nomes dos proprietários vizinhos.

4.10.4. Plantas das obras e instalações do empreendimento/imóvel a serem construídas/reformadas, acompanhadas de memorial descritivo, área para circulação e estacionamento de veículos e a devida sinalização.

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

4.11. Meio Ambiente

4.11.1. Deverão ser apresentadas autorizações e/ou licenças ambientais quando houver intervenções nas faixas de domínio ou próximas a estas, que impactem em áreas de proteção ambiental (APA) e/ou vegetação nativa em estágios secundários e avançados de regeneração.

4.11.2. Devem ser objeto de consulta sobre a necessidade de licenciamento ambiental as intervenções nas faixas de domínio ou áreas lindeiras próximas a estas quando as mesmas estiverem inseridas nas áreas de proteção dos mananciais definidas pela Lei nº 898, de 18 de dezembro de 1975 e pela Lei 1.172 de 17 de novembro de 1976, ou em unidades de conservação do Estado.

4.11.3. Na execução das intervenções devem ser adotados os cuidados necessários para evitar o desenvolvimento de processos erosivos, rupturas de taludes, o assoreamento e interrupção de drenagens naturais e outras situações que possam acarretar danos ambientais.

4.12. Dentre os vários itens importantes do projeto, observar a distância entre dois dispositivos de acesso. Distância mínima entre o fim da pista de aceleração de um (saída do estabelecimento para a pista) e o início de desaceleração do outro (saída da pista para o estabelecimento) dos acessos a estabelecimentos comerciais é de 500,00 metros. . Essa distância poderá ser reduzida, quando a necessidade assim o indicar, a critério da ARTESP.

4.13. Na elaboração dos projetos o Interessado deverá pesquisar, levantar e verificar a existência de quaisquer obras, serviços ou demais ocupações de faixa de domínio, que possam interferir na elaboração do projeto e execução da obra, sob sua inteira responsabilidade e expensas.

4.14. Deverão ser atendidas, em até 30 dias, as solicitações realizadas pela Concessionária/ARTESP de informações complementares para análise ou adequações aos projetos apresentados.

Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará o processo à ARTESP, onde será arquivado em definitivo.

Caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

5. Autorização

- 5.1.** A autorização de acesso será concedida a título precário aos proprietários, ou promitentes compradores, de terreno lindeiro à faixa de domínio da rodovia, ou de terrenos que não confrontem com a faixa de domínio, mas que possuam servidão de passagem, obtida em data anterior à data em que foram lavradas as escrituras de aquisição pelo DER, podendo ser cancelada a qualquer tempo, sem que caiba ao seu titular qualquer direito à indenização.
- 5.2.** A Competência para autorizar a concessão de Acesso de residência/chácara/sítio ou outro com a mesma natureza é do Diretor de Operações da ARTESP.
- 5.3.** A Concessionária comunicará ao Interessado o deferimento ou indeferimento da solicitação, após publicação no Diário Oficial do Estado e informado pela ARTESP.
- 5.4.** A ARTESP devolverá uma cópia do projeto, quando aprovado, ao Interessado, para a sua execução. A entrega da cópia do projeto aprovado será realizada pela Concessionária.
- 5.5.** Deverá ser assinado Termo de Autorização de Início de Obras entre a Concessionária e o Interessado, estabelecendo as condições para construção, o funcionamento do acesso, bem como autorizando o início das obras e serviços do acesso aprovado.

6. Construção

- 6.1.** A construção do acesso é de responsabilidade do Interessado, que deve arcar com todas as despesas para implantação, operação, manutenção e conservação do acesso.
- 6.2.** Os prazos para início e conclusão das obras de construção serão, respectivamente, de 6 (seis) meses e de 2 (dois) anos, contados da data de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo do ato de autorização de acesso.
- 6.3.** A Concessionária, sob a supervisão da ARTESP, fiscalizará a construção do acesso, que deverá ser realizada de acordo com o projeto aprovado.
- 6.4.** O Interessado deverá entregar à Concessionária o cronograma de obras para implantação/regularização dos acessos.
- 6.5.** Ao término da obra é obrigatório a entrega pelo Interessado do As Built, em até 10 dias, sem o qual não poderá ser feita a vistoria de término da obra e a liberação para funcionamento do acesso pela Concessionária.
- 6.6.** Após a liberação pela Concessionária, caso a ARTESP constate que o acesso não está de acordo com o projeto aprovado, serão aplicadas as penalidades previstas em lei.

7. Fiscalização

- 7.1.** A fiscalização dos acessos e da sinalização implantada será exercida pela Concessionária sob a supervisão da ARTESP.
- 7.2.** Caso durante a fiscalização seja detectada alguma irregularidade, o titular da autorização do acesso será penalizado conforme a legislação vigente, sendo notificado para sanar as irregularidades dentro prazo estabelecido.
- 7.3.** As penalidades serão aplicadas pela ARTESP.
- 7.4.** Quando houver necessidade de intervenções no pavimento, obras, drenagem ou sinalização de acesso e não for realizada no prazo estabelecido na notificação, a Concessionária adotará as medidas cabíveis e solicitará o ressarcimento ao titular da autorização do acesso.

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

8. Cancelamento

- 8.1.** O detentor da autorização do acesso poderá requerer o seu cancelamento mediante solicitação dirigida ao Diretor Geral da ARTESP.
- 8.2.** A ARTESP poderá cancelar a Autorização mediante interesse público, desvio de finalidade, ter ficado inativo por período superior a 3 meses ou por não atender as exigências previstas na regulamentação em vigor.

9. Disposições Gerais

- 9.1.** O Interessado se responsabilizará por quaisquer danos ou prejuízos materiais ou morais que, por si ou por seus prepostos, vierem a causar à estrada ou rodovia, ao órgão rodoviário, terceiros e ao meio ambiente advindo da implantação, operação, manutenção ou conservação do acesso.
- 9.2.** O titular da autorização de acesso não poderá permitir alterações das finalidades do acesso, previstos na concessão da autorização, nem introduzir qualquer modificação no projeto, em execução ou já executado, sem a autorização prévia da ARTESP, mediante requerimento dirigido ao seu Diretor Geral, juntando-se o respectivo projeto modificativo, entregue à Concessionária, responsável pelo trecho da Rodovia, onde está/será instalado o acesso.
- 9.3.** Ocorrendo a necessidade de substituição do titular da autorização de acesso, a ARTESP deverá ser comunicada por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, por meio documento entregue à Concessionária, comprometendo-se, expressamente, o novo titular, a satisfazer e respeitar as exigências na regulamentação existente, sem o que não será expedida nova autorização.
- 9.4.** No caso de locação, arrendamento, empréstimo ou outra modalidade qualquer de transferência de direito de uso a terceiros, no todo ou em parte, do estabelecimento, o titular da autorização de acesso deverá comunicar por escrito a ARTESP, por meio da Concessionária, no prazo de 30 (trinta) dias, o fato jurídico ocorrido, informando, também, que o terceiro conhece e se obriga a respeitar as normas previstas na regulamentação, permanecendo, no entanto, integral sua responsabilidade no que concerne ao cumprimento das obrigações previstas na regulamentação.
- 9.5.** A inobservância das exigências previstas na regulamentação existente estará sujeita a aplicação de multas e cancelamento da Autorização.

10. Anexos

Fazem parte deste documento os seguintes anexos:

- Anexo 1 - Modelo Para Consulta Prévia
- Anexo 2 - Modelo Para Pedido/Termo de Compromisso de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso
- Anexo 3 - Modelo Para Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso

**ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO
COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA****ANEXO 1****MODELO PARA CONSULTA PRÉVIA – ACESSO DE RESIDÊNCIA/ CHÁCARA/ SÍTIO
À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA**

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
CEP 01451-011

Pelo presente instrumento, razão social da empresa proprietária/promitente compradora do imóvel lindeiro, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o número 00.000.000/000-00, DECLARA PARA OS DEVIDOS FINS ser proprietária/promitente compradora do imóvel a seguir descrito:

Características Gerais:
Rodovia:
Km+m:
Sentido de pista ou marginal:
Bairro:
CEP:
Município:
Atividade Pretendida:

Declara, ainda, estar ciente que este pedido refere-se tão somente a uma consulta informal quanto à viabilidade ou não do acesso pretendido, não sendo válido em nenhuma hipótese, como um pedido formal de abertura de acesso e, não gerando assim, expectativa de direito ao acesso almejado, tampouco nenhum direito de preferência sobre qualquer pedido válido apresentado após a data deste documento.

Por fim, uma vez viável a sobredita análise e, caso ainda haja interesse em sua implementação, comprometo-me PROTOCOLAR, junto à respectiva Concessionária de Rodovias, o competente pedido de abertura de acesso, à luz da legislação vigente, bem como apresentar toda documentação a ele inerente.

Município, dia, mês , ano

Assinatura e nome do representante legal da empresa proprietária/promitente compradora do imóvel lindeiro, com firma reconhecida por autenticidade, bem como cópia do último ato constitutivo/contrato social

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

ANEXO 2

MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 1/2 ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO ACESSO DE RESIDÊNCIA/ CHÁCARA/ SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA PESSOA JURÍDICA

Ilmo. Sr.

Diretor Geral

da Agência Reguladora de Serviços Públicos

Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP

Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi

São Paulo – SP

CEP 01451-011

Razão Social da Empresa Proprietária/Promitente Compradora do Imóvel lindeiro, CNPJ , proprietária/promitente compradora do imóvel localizado à margem da Rodovia nome da Rodovia, SP - número da Rodovia , altura do Km + metros, pista ou marginal sentido , município de , São Paulo, estando de acordo com a regulamentação para concessão de acesso, que se compromete a respeitar e obedecer, em todos os seus termos, solicita que lhe seja concedida autorização para abertura/regularização/readequação de acesso à sua propriedade, que será utilizada para fins atividades a serem implantadas no imóvel Se existir documento anterior ARTESP relacionado ao assunto, fazer referência e indicar o código/numeração.

Declara que conhece e se compromete a respeitar o disposto:

- No Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas
- Na Portaria ARTESP

Declara, ainda, estar ciente de que a autorização de acesso é dada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, a título precário, como ato de mera tolerância, não implicando no recolhimento da posse domínio ou qualquer outro declarante, pelo que assume o compromisso de respeitar e cumprir todas as exigências do citadas no manual e na portaria, bem como, a não mais utilizar o acesso, nem de qualquer forma, impedir o seu fechamento desde que a segurança do tráfego ou a necessidade de uso da área, a critério exclusivo da mesma, o exijam.

Declara, ainda, que não lhe cabe qualquer direito de indenização, reembolso ou compensação pela revogação da autorização, pelo que firma o presente instrumento.

Em anexo, apresenta os seguintes documentos, em vias originais, para análise com relação à viabilidade:

- Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- Cópia autenticada do contrato social e dos atos constitutivos e societários que demonstrem representação legal e atual da empresa
- Cópia autenticada do Contrato de Compromisso de Compra e Venda – se for promitente comprador
- Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições, exigências, obrigações e responsabilidades constantes na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato.
- Projeto Funcional

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

ANEXO 2

MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 2/2 ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO ACESSO À RODOVIA DE RESIDÊNCIA/ CHÁCARA/ SÍTIO OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

Reconhece que, após a análise da documentação apresentada, e tendo recebido comunicado da ARTESP, sobre a viabilidade do pedido, deverá apresentar à Concessionária o projeto executivo e documentação complementar, conforme Portaria ARTESP, no prazo máximo e improrrogável de 90 dias. A não concretização/efetivação da entrega do projeto executivo e toda a documentação preconizada e exigida no prazo estipulado, fica desde já aceito e sem direito a nenhuma indenização de qualquer natureza, que o pedido ora efetuado perderá totalmente a sua validade. Assim sendo, caso queira retomar o assunto devo fazê-lo por meio de um novo pedido.

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês, ano

Assinatura e nome do representante legal da empresa proprietária/promitente compradora do imóvel lindeiro, com firma reconhecida por autenticidade

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

ANEXO 3

MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO 1/2 COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE RESIDÊNCIA/ CHÁCARA/ SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
CEP 01451-011

Razão Social da Empresa Proprietária/Promitente Compradora do Imóvel lindeiro, CNPJ [REDACTED], informa que apresentou requerimento, anterior a este, com o projeto funcional e demais documentos, solicitando a abertura/regularização/readequação de acesso, que será utilizado para fins [REDACTED] atividades a serem implantadas no imóvel, no imóvel de sua propriedade, localizado à margem da Rodovia [REDACTED] nome da Rodovia [REDACTED], SP - número da Rodovia [REDACTED], altura do Km [REDACTED] + [REDACTED] metros, pista ou marginal sentido [REDACTED], município de [REDACTED], São Paulo.

Tendo a solicitação, apresentada anteriormente, sendo considerada em condições de aprovação, conforme comunicado da ARTESP nº [REDACTED] e não tendo ultrapassado o prazo máximo para apresentação do projeto executivo e documentação complementar. Em anexo, apresenta os seguintes documentos, em vias originais:

- Memoriais descritivos e de cálculo
- Levantamento planialtimétrico cadastral
- 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, com a assinatura do proprietário do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - ✓ Projeto geométrico
 - ✓ Projeto de pavimentação
 - ✓ Projeto de drenagem
 - ✓ Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - ✓ Projeto de iluminação
 - ✓ Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - ✓ Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - ✓ Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - ✓ Projeto de sinalização de obras
 - ✓ Projeto de implantação
- Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

ACESSO DE RESIDÊNCIA/CHÁCARA/SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

ANEXO 3

MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO 2/2 COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE RESIDÊNCIA/ CHÁCARA/ SÍTIO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês, ano

Assinatura e nome do representante legal/promitente compradora da empresa proprietária do imóvel lindeiro, com firma reconhecida por autenticidade

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

Nº

Complemento

CEP

Município/SP

Telefone

**ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL
PESSOA FÍSICA
ORIENTAÇÕES AO INTERESSADO**

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ÍNDICE

1. Regulamentação Para Pedido e Funcionamento de Acesso à Rodovia	93
2. Consulta Prévia	93
3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso	94
4. Orientações Quanto aos Projetos a Serem Apresentados	96
5. Autorização	100
6. Construção	101
7. Fiscalização	101
8. Cancelamento	101
9. Disposições Gerais	102
10. Anexos	102

MINUTA

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

A abertura de acesso de condomínio residencial à faixa de domínio da rodovia estadual sob concessão, necessita ser precedida de análise da Concessionária, responsável pelo trecho da rodovia onde se pretende instalar o acesso e ser autorizada pela ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

Antes da apresentação do pedido formal, o Interessado deve solicitar à Concessionária a orientação necessária para atender as disposições técnicas e legais exigidas.

1. Regulamentação Para Solicitação e Funcionamento de Acesso à Rodovia de Condomínio Residencial ou outro de mesma natureza - Pessoa Física

- Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas e, quando necessário, Portaria SUP/DER-078/2001 - Capítulo III, artigo 5º, itens I,II,III, VI e VII - e atender a instrução de projeto IP-DE-F00-001 do DER/SP, as notas técnicas NT-DE-F00-001 do DER/SP e demais normas técnicas vigentes.
- Portaria ARTESP

2. Consulta Prévia - Opcional

Antes de entrar com o pedido formal, caso julgue oportuno, o Interessado poderá fazer uma Consulta Prévia à ARTESP. Esta consulta, não é válida, em hipótese alguma, como um pedido de abertura/regularização/readequação de acesso, não gerando assim expectativa de direito ao acesso aspirado, tampouco nenhum direito de preferência.

Para Consulta Prévia o Interessado deverá apresentar à Concessionária:

- Modelo de Documento para Consulta Prévia - Acesso de Condomínio Residencial ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física, com firma reconhecida por autenticidade, conforme modelo anexo 1, ou com procuração original do proprietário autorizando a consulta, se o pedido for de terceiro.

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/Regularização/Readequação de Acesso à Rodovia de Condomínio Residencial ou Outro Com a Mesma Natureza - Pessoa Física

3.1. Para que a abertura/regularização/readequação de acesso possa ser analisada, o Interessado deverá apresentar à Concessionária, **necessariamente**, todos os documentos solicitados e descritos a seguir, em vias originais, observando todas as orientações quanto aos projetos a serem apresentados e demais critérios/diretrizes estabelecidos neste documento.

O pedido de autorização de acesso deverá ser feito pelos proprietários, ou promitentes compradores, de terreno lindeiro à faixa de domínio da rodovia, ou de terreno que não confronte com a faixa de domínio, mas que possua servidão de passagem, obtida em data anterior à data em que foram lavradas as escrituras de aquisição pelo DER.

Caso a área, imediatamente após a faixa de domínio, pertença à municipalidade, quem deverá solicitar a abertura de acesso deverá ser o município (prefeitura), neste caso deverão ser seguidas as Orientações da ARTESP para .Acesso Público Municipal.

A entrega da documentação e a análise técnica serão realizadas em duas fases: Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional e Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar:

3.1.1. Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional

• Documentos a serem entregues:

- ✓ Pedido/Termo de Compromisso para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso de Condomínio Residencial ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física, assinado pelo proprietário do imóvel e cônjuge, com firma reconhecida por autenticidade - conforme modelo anexo 2
- ✓ Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- ✓ Cópia autenticada do Contrato de Compromisso de Compra e Venda – se for promitente comprador
- ✓ Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições estabelecidas na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato
- ✓ Projeto Funcional

• Análise Técnica

- ✓ A documentação entregue, referente ao Pedido e ao Projeto Funcional será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do pedido e da documentação entregues referente à Primeira Fase, o Diretor de Operações da ARTESP emitirá comunicado com o parecer à Concessionária, a ser entregue ao Interessado.
- ✓ Para o projeto analisado e considerado em condições de aprovação, o Interessado terá o prazo de 90 dias, após o recebimento do comunicado emitido pela ARTESP, para entregar a documentação da Segunda Fase à Concessionária. Expirado o prazo e não entregue a documentação, o pedido será arquivado em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

3.1.2. Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar.

Esta fase ocorrerá somente se o Pedido e o Projeto Funcional, analisados na Primeira Fase, forem viáveis.

• Documentos a serem entregues:

- ✓ Termo de Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso à Condomínio Residencial ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física, assinado pelo proprietário do imóvel e cônjuge, com firma reconhecida por autenticidade - conforme modelo anexo 3
- ✓ Memoriais descritivos e de cálculo
- ✓ Levantamento planialtimétrico cadastral
- ✓ 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, sem a logomarca da ARTESP ou da Concessionária, com a assinatura dos proprietários do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - Projeto geométrico
 - Projeto de pavimentação
 - Projeto de drenagem
 - Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - Projeto de iluminação
 - Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - Projeto de sinalização de obras
 - Projeto de Implantação
- ✓ Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- ✓ Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- ✓ Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

• Análise Técnica da Segunda Fase

- ✓ A documentação entregue, referente ao Projeto Executivo e Documentação Complementar, será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do Projeto Executivo e da Documentação Complementar entregues, referente à Segunda Fase, a Concessionária comunicará ao Interessado a aprovação, se for viável, ou a justificativa, se não for viável.

3.2. Após a aprovação dos projetos pela ARTESP, o Interessado deverá entregar 3 cópias dos mesmos à Concessionária, no prazo máximo de 15 dias, devidamente assinadas pelo proprietário do terreno e pelo responsável técnico, com o número do CREA.

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

4. Orientações quanto aos Projetos a Serem Apresentados

4.1. Projeto Funcional

- Deverá conter/seguir as seguintes diretrizes mínimas:
 - ✓ Desenho – usar como base foto aérea atualizada, formato A1
 - ✓ Planta da propriedade localizada em relação à rodovia, as amarrações do eixo do dispositivo com marcos quilométricos da rodovia (km+m) e com o sentido da pista
 - ✓ Localização do acesso, indicando a quilometragem, sentido da pista, prefixo e o nome da rodovia
 - ✓ Inclusão do norte magnético
 - ✓ Perímetro completo do terreno
 - ✓ Limites da propriedade em relação à rodovia
 - ✓ Faixa de domínio como desapropriada pelo DER/DERSA/Concessionária
 - ✓ Os comprimentos das faixas de aceleração e de desaceleração e incluir largura de acostamento e larguras das alças do acesso
 - ✓ Indicar a característica da região: urbano, rural, plano, montanhoso e outros
 - ✓ Apontar a localização do dispositivo rodoviário imediatamente anterior e posterior
 - ✓ Indicar o gabarito vertical do dispositivo, se passagem inferior
 - ✓ Existência ou não de outro acesso à propriedade
 - ✓ Distância entre o acesso solicitado e o acesso mais próximo do mesmo lado
 - ✓ Estudo de tráfego

4.2. Projeto Geométrico

4.2.1. Deverá estar em conformidade com Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas e, quando necessário, Portaria SUP/DER-078/2001 - Capítulo III, artigo 5º, itens I,II,III,VI e VII - e atender a instrução de projeto IP-DE-F00-001 do DER/SP, as notas técnicas NT-DE-F00-001 do DER/SP e demais normas técnicas vigentes.

4.2.2. Para os acessos que serão considerados pólos geradores de tráfego, deve-se atender, além das orientações descritas no item anterior, às recomendações contidas no Manual de Interseções do DNIT, no que tange aos segmentos com entrecruzamento, bem como as recomendações contidas no Green Book da AASHTO referentes às faixas de aceleração e desaceleração.

De acordo com o Manual de Procedimentos (Denatran 2001): “Os Pólos Geradores de Tráfego são empreendimentos de grande porte que atraem ou produzem grande número de viagens, causando reflexos negativos na circulação viária, em seu entorno imediato e, em certos casos, prejudicando a acessibilidade de toda a região, além de agravar as condições de segurança de veículos e pedestres”.

4.2.3. O projeto geométrico do acesso deverá conter no mínimo:

- Traçado em planta, apresentado em formato A1, na escala 1:1000, sobre ortofoto, com a topografia atualizada, com curvas de nível de metro em metro
- Perfil longitudinal do eixo principal da rodovia e dos ramos em estudo - estaca de 20 em 20 metros
- Seção transversal típica
- Limites da faixa de domínio oficial da rodovia, fornecidos pela Concessionária, conforme desapropriação efetuada pelo DER, DERSA ou pela Concessionária
- Área “*non aedificandi*”
- As alças de acesso à Rodovia
- Malha de coordenadas UTM
- Indicação do norte magnético
- Indicação de estacas de 20 em 20 metros

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

- Tabela de alinhamento horizontal contendo todas as informações referentes aos elementos utilizados tais como: raios, ângulo central, tangentes, desenvolvimento da curva, coordenadas e outros
- Superelevação ou plano cotado
- Detalhes, quando houver necessidade, tais como ilhas, curvas compostas e outros

4.3. Projeto de Pavimentação

4.3.1. Deverá atender a IP-DE-P00/001 de jan/06 do DER/SP, contendo no mínimo:

- Memorial de cálculo de pavimentos com:
 - ✓ Cálculo do número N solicitações do eixo padrão e as hipóteses envolvidas
 - ✓ Resultados das sondagens, poços de inspeção e ensaios realizados caracterizando o solo e o pavimento existente no local
 - ✓ Dimensionamento do pavimento novo (segundo a instrução de projeto do DER/SP)
 - ✓ Especificações técnicas dos serviços, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
 - ✓ Sempre que o projeto contemplar o aproveitamento de estruturas de pavimentos existentes, e desde que existam condições geométricas para tal solução, será necessário apresentar cálculo do dimensionamento das soluções de restauração com base nas instruções de projeto IP-DE-P00/002 e IP-DE-P00/003 do DER/SP
- Desenhos de Projeto executivo de Pavimentação com:
 - ✓ Planta de localização do pavimento a ser implantado, demolições e demais intervenções necessárias sobre base da última versão válida do projeto geométrico e base topográfica
 - ✓ Localização das sondagens realizadas
 - ✓ Indicação dos limites da faixa de domínio
 - ✓ Seção transversal típica onde figurem as intervenções propostas, as camadas do pavimento proposto com as respectivas espessuras e indicações dos materiais constituintes. A capacidade de suporte do subleito avaliada e o tráfego previsto devem ser explicitados (os elementos apresentados nesta seção serão verificados pela ARTESP, através dos métodos de dimensionamento do DER/SP, DNIT e/ou ABCP - Associação Brasileira de Cimento Portland).
 - ✓ Detalhe do encontro com o pavimento existente, contemplando o escalonamento das camadas existentes e a compatibilização de camadas drenantes, de modo a promover a continuidade hidráulica no interior da nova estrutura
 - ✓ Detalhe de elementos de drenagem conectados ao pavimento tais como guias, sarjetas, passeio e outros
 - ✓ Drenos subsuperficiais conectados às camadas drenantes do pavimento (DLR- dreno longitudinal raso, conforme Projeto Padrão do DER/SP)
 - ✓ Tabela contendo especificações técnicas dos serviços a serem executados, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
- Notas mínimas a constar nos desenhos de seções-tipo:
 - ✓ Nota de como proceder no caso de ocorrência de solo do subleito com CBR menor que aquele especificado em projeto e/ou solo expansivo
 - ✓ Nota de como proceder em caso de solo mole
 - ✓ Nota recomendando que o subleito esteja isento de matéria orgânica e o lençol freático esteja rebaixado a, no mínimo, 1,50m da camada final de terraplanagem
 - ✓ Nota recomendando a compatibilização das camadas drenantes entre pavimento novo e pavimento existente de modo a garantir a continuidade hidráulica, no interior da estrutura do pavimento

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

4.4. Projeto de Drenagem

4.4.1. Deverá atender a IP-DE-H00/001 e a IP-DE-H00/002 do DER/SP e conter no mínimo:

- Memória de cálculo contendo os estudos hidráulicos e hidrológicos. Apresentar as planilhas de cálculo e os quadros resumos em conformidade ao anexo A da IP-DE-H00-002 do DER/SP
- Planta de bacias contribuintes
- Planta de drenagem superficial
 - ✓ Apresentar o traçado geométrico contendo a declividade do greide, dimensões das pistas, pontos altos e baixos com a indicação de sua localização e outros. Deve ser apresentado de forma rebaixada, enfatizando a drenagem projetada
 - ✓ A topografia deve apresentar as curvas de nível cotada de metro em metro, taludes e outros, também de forma rebaixada
 - ✓ Os dispositivos existentes e projetados devem ser representados de forma distinta
 - ✓ A legenda e a indicação de faixa de domínio devem ser apresentadas entre outros
 - ✓ Indicar o posicionamento de início e de fim (estaqueamento ou km) de todos os dispositivos de drenagem e suas nomenclaturas, conforme PP(projeto padrão dos dispositivos) do DER/SP
 - ✓ Caso a propriedade do solicitante utilize “piscinas” de retenção para amortecimento da vazão, informar em memorial e representar nos desenhos
- Perfil dos bueiros, caso haja, indicando:
 - ✓ Perfil longitudinal do bueiro de drenagem com indicação de diâmetro, classe, comprimento, declividade e sentido do fluxo
 - ✓ As cotas de entrada e saída e a seção sobre ele, o berço utilizado (brita ou concreto), posicionamento (estaqueamento) e outros
 - ✓ Detalhes da boca de entrada e saída indicando dimensões, material, indicação do posicionamento (estaqueamento ou km) e, caso haja, dispositivo de amortecimento e demais dispositivos com as devidas indicações, cotas, comprimentos e outros
 - ✓ Detalhes de guias, sarjetas, valetas, bocas-de-lobo, caixas coletoras e demais dispositivos de drenagem com suas classificações padrão DER/SP, dimensões e materiais, caso haja necessidade de utilização das mesmas
 - ✓ Caso existam interferências no local, indicar as mesmas especificando tipo, dimensões e cotas
- Apresentar legenda, notas e indicação do Norte
- Detalhamento dos dispositivos empregados. Os desenhos dos detalhes dos dispositivos devem estar de acordo com o PP do DER/SP (podem ser obtidos no próprio site do órgão). Caso o dispositivo não possua um padrão, deverá ser elaborado o seu detalhamento e submetido juntamente com a documentação de projeto para aprovação da ARTESP.

4.5. Projeto de Terraplanagem e Geotecnia

Caso haja movimentos de terra próximos à faixa de domínio da Rodovia Concessionada, resultando em taludes de altura considerável, deve ser indicada a inclinação e altura, e se for o caso, estudo de estabilidade dos mesmos.

4.6. Projeto de Iluminação

Deverá atender a IP-DE-E00/001- Projeto de Iluminação de Rodovias do DER/SP.

4.7. Projeto de Obra de Arte

Deverá atender as normas da ABNT.

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

4.8. Projeto de Paisagismo/Revestimento Vegetal

4.8.1. Para implantação de qualquer projeto de paisagismo nos acessos, envolvendo a faixa de domínio das rodovias, deverão ser obedecidas as recomendações da Norma ABNT NBR 15486 de segurança no tráfego.

4.8.2. Deverão ser usadas preferencialmente espécies vegetais nativas regionais; espécies arbustivas ou de pequeno porte.

4.8.3. É proibido o uso de espécies: frutíferas, mesmo sendo nativas e regionais; de espécies arbóreas de grande porte, muito altas ou de madeira pouco resistente, cuja queda possa causar acidentes com os usuários da rodovia (por exemplo: palmeira real, guapuruvu, paineira e outros).

4.8.4. Deve ser evitado o plantio de árvores isoladas, pois estarão mais sujeitas às intempéries como ação do vento, raios e outros.

4.8.5. Os projetos deverão prever a manutenção das mudas e o controle de pragas.

4.9. Projeto de Sinalização

Deverá conter:

4.9.1. Vertical

Sinalização de Regulamentação e Advertência, mostrando a circulação do acesso desde a rodovia até o limite de faixa de domínio.

4.9.2. Horizontal

O acesso deverá ser sinalizado conforme os padrões exigidos pela ARTESP, ou seja, “taper” de aceleração, narizes, divisões de faixas e “taper” de desaceleração, devidamente cotados e amarrados.

4.9.3. Materiais técnicos a serem utilizados para elaboração e análise do projeto:

- Código de Trânsito Brasileiro - CTB
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN:
 - ✓ Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação
 - ✓ Volume II - Sinalização Vertical de Advertência
 - ✓ Volume IV - Sinalização Horizontal
- Manual Brasileiro de Sinalização Rodoviária do Departamento de Estradas de Rodagem - DER
 - ✓ Volume I - Projeto
 - ✓ Volume II - Tomo I - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume II - Tomo II - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume III - Obras, Serviços de Conservação e Emergência
- Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito
- Normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT

4.10. Projeto de Implantação

Deverá conter:

4.10.5. Perímetro completo do terreno, de acordo com a matrícula atualizada, com todas as coordenadas UTM dos pontos de encontro do terreno com os vizinhos e com a faixa de domínio da rodovia; e indicação dos nomes dos proprietários vizinhos.

4.10.6. Plantas das obras e instalações do empreendimento/imóvel a serem construídas/reformadas, acompanhadas de memorial descritivo, área para circulação e estacionamento de veículos e a devida sinalização.

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

4.11. Meio Ambiente

4.11.1. Deverão ser apresentadas autorizações e/ou licenças ambientais quando houver intervenções nas faixas de domínio ou próximas a estas, que impactem em áreas de proteção ambiental (APA) e/ou vegetação nativa em estágios secundários e avançados de regeneração.

4.11.2. Devem ser objeto de consulta sobre a necessidade de licenciamento ambiental as intervenções nas faixas de domínio ou áreas lindeiras próximas a estas quando as mesmas estiverem inseridas nas áreas de proteção dos mananciais definidas pela Lei nº 898, de 18 de dezembro de 1975 e pela Lei 1.172 de 17 de novembro de 1976, ou em unidades de conservação do Estado.

4.11.3. Na execução das intervenções devem ser adotados os cuidados necessários para evitar o desenvolvimento de processos erosivos, rupturas de taludes, o assoreamento e interrupção de drenagens naturais e outras situações que possam acarretar danos ambientais.

4.12. Dentre os vários itens importantes do projeto, observar a distância entre dois dispositivos de acesso. Distância mínima entre o fim da pista de aceleração de um (saída do estabelecimento para a pista) e o início de desaceleração do outro (saída da pista para o estabelecimento) dos acessos a estabelecimentos comerciais é de 500,00 metros. . Essa distância poderá ser reduzida, quando a necessidade assim o indicar, a critério da ARTESP.

4.13. Na elaboração dos projetos o Interessado deverá pesquisar, levantar e verificar a existência de quaisquer obras, serviços ou demais ocupações de faixa de domínio, que possam interferir na elaboração do projeto e execução da obra, sob sua inteira responsabilidade e expensas.

4.14. Deverão ser atendidas, em até 30 dias, as solicitações realizadas pela Concessionária/ARTESP de informações complementares para análise ou adequações aos projetos apresentados.

Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará o processo à ARTESP, onde será arquivado em definitivo.

Caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação e o pagamento de nova tarifa de implantação.

5. Autorização

5.1. A autorização de acesso será concedida a título precário aos proprietários, ou promitentes compradores, de terreno lindeiro à faixa de domínio da rodovia, ou de terrenos que não confrontem com a faixa de domínio, mas que possuam servidão de passagem, obtida em data anterior à data em que foram lavradas as escrituras de aquisição pelo DER, podendo ser cancelada a qualquer tempo, sem que caiba ao seu titular qualquer direito à indenização.

5.2. A Competência para autorizar a concessão de Acesso Não Comercial é do Diretor de Operações da ARTESP.

5.3. A Concessionária comunicará ao Interessado o deferimento ou indeferimento da solicitação, após publicação no Diário Oficial do Estado e informado pela ARTESP.

5.4. A ARTESP devolverá uma cópia do projeto, quando aprovado, ao Interessado, para a sua execução. A entrega da cópia do projeto aprovado será realizada pela Concessionária.

5.5. Deverá ser assinado Termo de Autorização de Início de Obras entre a Concessionária e o Interessado, estabelecendo as condições para construção, o funcionamento do acesso, bem como autorizando o início das obras e serviços do acesso aprovado.

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

6. Construção

- 6.1.** A construção do acesso é de responsabilidade do Interessado, que deve arcar com todas as despesas para implantação, operação, manutenção e conservação do acesso.
- 6.2.** Os prazos para início e conclusão das obras de construção serão, respectivamente, de 6 (seis) meses e de 2 (dois) anos, contados da data de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo do ato de autorização de acesso.
- 6.3.** A Concessionária, sob a supervisão da ARTESP, fiscalizará a construção do acesso, que deverá ser realizada de acordo com o projeto aprovado.
- 6.4.** O Interessado deverá entregar à Concessionária o cronograma de obras para implantação/regularização dos acessos.
- 6.5.** Ao término da obra é obrigatório a entrega pelo Interessado do As Built, em até 10 dias, sem o qual não poderá ser feita a vistoria de término da obra e a liberação para funcionamento do acesso pela Concessionária.
- 6.6.** Após a liberação pela Concessionária, caso a ARTESP constate que o acesso não está de acordo com o projeto aprovado, serão aplicadas as penalidades previstas em lei.

7. Fiscalização

- 7.1.** A fiscalização dos acessos e da sinalização implantada será exercida pela Concessionária sob a supervisão da ARTESP.
- 7.2.** Caso durante a fiscalização seja detectada alguma irregularidade, o titular da autorização do acesso será penalizado conforme a legislação vigente, sendo notificado para sanar as irregularidades dentro prazo estabelecido.
- 7.3.** As penalidades serão aplicadas pela ARTESP.
- 7.4.** Quando houver necessidade de intervenções no pavimento, obras, drenagem ou sinalização de acesso e não for realizada no prazo estabelecido na notificação, a Concessionária adotará as medidas cabíveis e solicitará o ressarcimento ao titular da autorização do acesso.

8. Cancelamento

- 8.1.** O detentor da autorização do acesso poderá requerer o seu cancelamento mediante solicitação dirigida ao Diretor Geral da ARTESP.
- 8.2.** A ARTESP poderá cancelar a Autorização mediante interesse público, desvio de finalidade, ter ficado inativo por período superior a 3 meses ou por não atender as exigências previstas na regulamentação em vigor.

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

9. Disposições Gerais

- 9.1.** O Interessado se responsabilizará por quaisquer danos ou prejuízos materiais ou morais que, por si ou por seus prepostos, vierem a causar à estrada ou rodovia, ao órgão rodoviário, terceiros e ao meio ambiente advindo da implantação, operação, manutenção ou conservação do acesso.
- 9.2.** O titular da autorização de acesso não poderá permitir alterações das finalidades do acesso, previstos na concessão da autorização, nem introduzir qualquer modificação no projeto, em execução ou já executado, sem a autorização prévia da ARTESP, mediante requerimento dirigido ao seu Diretor Geral, juntando-se o respectivo projeto modificativo, entregue à Concessionária, responsável pelo trecho da Rodovia, onde está/será instalado o acesso.
- 9.3.** Ocorrendo a necessidade de substituição do titular da autorização de acesso, a ARTESP deverá ser comunicada por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, por meio documento entregue à Concessionária, comprometendo-se, expressamente, o novo titular, a satisfazer e respeitar as exigências na regulamentação existente, sem o que não será expedida nova autorização.
- 9.4.** No caso de locação, arrendamento, empréstimo ou outra modalidade qualquer de transferência de direito de uso a terceiros, no todo ou em parte, do estabelecimento, o titular da autorização de acesso deverá comunicar por escrito a ARTESP, por meio da Concessionária, no prazo de 30 (trinta) dias, o fato jurídico ocorrido, informando, também, que o terceiro conhece e se obriga a respeitar as normas previstas na regulamentação, permanecendo, no entanto, integral sua responsabilidade no que concerne ao cumprimento das obrigações previstas na regulamentação.
- 9.5.** A inobservância das exigências previstas na regulamentação existente estará sujeita a aplicação de multas e cancelamento da Autorização.

10. Anexos

Fazem parte deste documento os seguintes anexos:

- Anexo 1 - Modelo Para Consulta Prévia
- Anexo 2 - Modelo Para Pedido/Termo de Compromisso de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso
- Anexo 3 - Modelo Para Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA**ANEXO 1****MODELO PARA CONSULTA PRÉVIA – ACESSO DE CONDÔMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA**

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
CEP 01451-011

Pelo presente instrumento EU, nome do proprietário/promitente comprador do imóvel lindeiro ,
nacionalidade , estado civil, profissão , portador da Cédula de Registro
Geral nº , devidamente inscrito (a) no CPF/MF nº , residente e domiciliado
rua/avenida/alameda, nº, bairro, código postal, cidade e estado , DECLARO PARA
OS DEVIDOS FINS ser proprietário/promitente comprador do imóvel a seguir descrito:

Características Gerais:
Rodovia:
Km+m:
Sentido de pista ou marginal:
Bairro:
CEP:
Município:
Atividade Pretendida:

Declaro, ainda, estar ciente que este pedido refere-se tão somente a uma consulta informal quanto à viabilidade ou não do acesso pretendido, não sendo válido em nenhuma hipótese, como um pedido formal de abertura de acesso e, não gerando assim, expectativa de direito ao acesso almejado, tampouco nenhum direito de preferência sobre qualquer pedido válido apresentado após a data deste documento.

Por fim, uma vez viável a sobredita análise e, caso ainda haja interesse em sua implementação, comprometo-me PROTOCOLAR, junto à respectiva Concessionária de Rodovias, o competente pedido de abertura de acesso, à luz da legislação vigente, bem como apresentar toda documentação a ele inerente.

Município, dia, mês , ano

Assinatura e nome do proprietário/promitente comprador do imóvel lindeiro e cônjuge, quando casado, com firma reconhecida por autenticidade

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ANEXO 2

MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 1/2 ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE CONDÔMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

Ilmo. Sr.

Diretor Geral

da Agência Reguladora de Serviços Públicos

Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP

Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi

São Paulo – SP

CEP 01451-011

Nome do proprietário/promitente comprador do imóvel lindeiro, RG _____, CPF _____, proprietário/promitente comprador _____ do imóvel localizado à margem da Rodovia _____ nome da Rodovia _____, SP - número da Rodovia _____, altura do Km _____ + _____ metros, _____ pista ou marginal sentido _____, município de _____, São Paulo, estando de acordo com a regulamentação para concessão de acesso, que se compromete a respeitar e obedecer, em todos os seus termos, solicita que lhe seja concedida autorização para abertura/regularização/readequação de acesso à sua propriedade, que será utilizada para fins _____ atividades a serem implantadas no imóvel

Se existir documento anterior ARTESP relacionado ao assunto, fazer referência e indicar o código/numeração.

Declara que conhece e se compromete a respeitar o disposto:

- No Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas
- Na Portaria ARTESP

Declara, ainda, estar ciente de que a autorização de acesso é dada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, a título precário, como ato de mera tolerância, não implicando no recolhimento da posse domínio ou qualquer outro declarante, pelo que assume o compromisso de respeitar e cumprir todas as exigências do citadas no manual e na portaria, bem como, a não mais utilizar o acesso, nem de qualquer forma, impedir o seu fechamento desde que a segurança do tráfego ou a necessidade de uso da área, a critério exclusivo da mesma, o exijam.

Declara, ainda, que não lhe cabe qualquer direito de indenização, reembolso ou compensação pela revogação da autorização, pelo que firma o presente instrumento.

Em anexo, apresenta os seguintes documentos, em vias originais, para análise com relação à viabilidade:

- Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- Cópia autenticada do Contrato de Compromisso de Compra e Venda – se for promitente comprador
- Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições, exigências, obrigações e responsabilidades constantes na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato.
- Projeto Funcional

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ANEXO 2

MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 2/2 ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE CONDÔMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

Reconhece que, após a análise da documentação apresentada, e tendo recebido comunicado da ARTESP, sobre a viabilidade do pedido, deverá apresentar à Concessionária o projeto executivo e documentação complementar, conforme Portaria ARTESP, no prazo máximo e improrrogável de 90 dias. A não concretização/efetivação da entrega do projeto executivo e toda a documentação preconizada e exigida no prazo estipulado, fica desde já aceito e sem direito a nenhuma indenização de qualquer natureza, que o pedido ora efetuado perderá totalmente a sua validade. Assim sendo, caso queira retomar o assunto devo fazê-lo por meio de um novo pedido.

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês , ano

Assinatura e nome do proprietário/promitente comprador do imóvel lindeiro e cônjuge, quando casado, com firma reconhecida por autenticidade

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome
Rua
CEP

Nº
Município/SP

Complemento
Telefone

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ANEXO 3

MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO 1/2 COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE CONDÔMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
CEP 01451-011

Nome do Proprietário/Promitente Comprador do Imóvel lindeiro, RG [REDACTED], CPF [REDACTED], informa que apresentou requerimento, anterior a este, com o projeto funcional e demais documentos, solicitando a abertura/regularização/readequação de acesso, que será utilizado para fins atividades a serem implantadas no imóvel, no imóvel de sua propriedade, localizado à margem da Rodovia [REDACTED] nome da Rodovia [REDACTED], SP - número da Rodovia [REDACTED], altura do Km [REDACTED] + [REDACTED] metros, pista ou marginal sentido [REDACTED], município de [REDACTED], São Paulo.

Tendo a solicitação, apresentada anteriormente, sendo considerada em condições de aprovação, conforme comunicado da ARTESP nº [REDACTED] e não tendo ultrapassado o prazo máximo para apresentação do projeto executivo e documentação complementar. Em anexo, apresenta os seguintes documentos, em vias originais:

- Memoriais descritivos e de cálculo
- Levantamento planialtimétrico cadastral
- 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, com a assinatura do proprietário do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - ✓ Projeto geométrico
 - ✓ Projeto de pavimentação
 - ✓ Projeto de drenagem
 - ✓ Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - ✓ Projeto de iluminação
 - ✓ Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - ✓ Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - ✓ Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - ✓ Projeto de sinalização de obras
 - ✓ Projeto de implantação
- Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

ACESSO À RODOVIA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ANEXO 3

MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO 2/2 COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês, ano

Assinatura e nome do proprietário/promitente comprador do imóvel lindeiro e cônjuge, quando casado, com firma reconhecida por autenticidade

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone

**ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA
PESSOA JURÍDICA
ORIENTAÇÕES AO INTERESSADO**

ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

ÍNDICE

1. Regulamentação Para Pedido e Funcionamento de Acesso à Rodovia	110
2. Consulta Prévia	110
3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso	111
4. Orientações Quanto aos Projetos a Serem Apresentados	113
5. Autorização	118
6. Construção	118
7. Fiscalização	118
8. Cancelamento	119
9. Disposições Gerais	119
10. Anexos	119

MINUTA

ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

A abertura de acesso de condomínio residencial à faixa de domínio da rodovia estadual sob concessão, necessita ser precedida de análise da Concessionária, responsável pelo trecho da rodovia onde se pretende instalar o acesso e ser autorizada pela ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

Antes da apresentação do pedido formal, o Interessado deve solicitar à Concessionária a orientação necessária para atender as disposições técnicas e legais exigidas.

1. Regulamentação Para Solicitação e Funcionamento de Acesso à Rodovia de Condomínio Residencial ou outro de mesma natureza - Pessoa Jurídica

- Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas e, quando necessário, Portaria SUP/DER-078/2001 - Capítulo III, artigo 5º, itens I,II,III, VI e VII - e atender a instrução de projeto IP-DE-F00-001 do DER/SP, as notas técnicas NT-DE-F00-001 do DER/SP e demais normas técnicas vigentes.
- Portaria ARTESP

2. Consulta Prévia - Opcional

Antes de entrar com o pedido formal, caso julgue oportuno, o Interessado poderá fazer uma Consulta Prévia à ARTESP. Esta consulta, não é válida, em hipótese alguma, como um pedido de abertura/regularização/readequação de acesso, não gerando assim expectativa de direito ao acesso aspirado, tampouco nenhum direito de preferência.

Para Consulta Prévia o Interessado deverá apresentar à Concessionária:

- Modelo de Documento para Consulta Prévia - Acesso de Condomínio Residencial ou outro com a mesma natureza - Pessoa Jurídica, com firma reconhecida por autenticidade, conforme modelo anexo 1, ou com procuração original do proprietário autorizando a consulta, se o pedido for de terceiro.

ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso à Rodovia de Condomínio Residencial ou Outro Com a Mesma Natureza - Pessoa Jurídica

3.1. Para que a abertura/regularização/readequação de acesso possa ser analisada, o Interessado deverá apresentar à Concessionária, **necessariamente**, todos os documentos solicitados e descritos a seguir, em vias originais, observando todas as orientações quanto aos projetos a serem apresentados e demais critérios/diretrizes estabelecidos neste documento.

O pedido de autorização de acesso deverá ser feito pelos proprietários, ou promitentes compradores, de terreno lindeiro à faixa de domínio da rodovia, ou de terreno que não confronte com a faixa de domínio, mas que possua servidão de passagem, obtida em data anterior à data em que foram lavradas as escrituras de aquisição pelo DER.

Caso a área, imediatamente após a faixa de domínio, pertença à municipalidade, quem deverá solicitar a abertura de acesso deverá ser o município (prefeitura), neste caso deverão ser seguidas as Orientações da ARTESP Para Acesso Público Municipal.

A entrega da documentação e a análise técnica serão realizadas em duas fases: Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional e Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar:

3.1.1. Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional

• Documentos a serem entregues:

- ✓ Pedido/Termo de Compromisso para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso de Condomínio Residencial ou outro com a mesma natureza - Pessoa Jurídica, assinado pelo representante legal da empresa/promitente compradora, com firma reconhecida por autenticidade - conforme modelo anexo 2
- ✓ Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- ✓ Cópia autenticada do Contrato de Compromisso de Compra e Venda – se for promitente comprador
- ✓ Cópia autenticada do contrato social e dos atos constitutivos e societários que demonstrem representação legal e atual da empresa
- ✓ Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições estabelecidas na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato
- ✓ Projeto Funcional

• Análise Técnica

- ✓ A documentação entregue, referente ao Pedido e ao Projeto Funcional será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do pedido e da documentação entregues referente à Primeira Fase, o Diretor de Operações da ARTESP emitirá comunicado com o parecer à Concessionária, a ser entregue ao Interessado.

ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

- ✓ Para o projeto analisado e considerado em condições de aprovação, o Interessado terá o prazo de 90 dias, após o recebimento do comunicado emitido pela ARTESP, para entregar a documentação da Segunda Fase à Concessionária. Expirado o prazo e não entregue a documentação, o pedido será arquivado em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.

3.1.2. Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar.

Esta fase ocorrerá somente se o Pedido e o Projeto Funcional, analisados na Primeira Fase, forem viáveis.

• Documentos a serem entregues:

- ✓ Termo de Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso à Condomínio Residencial ou outro com a mesma natureza - Pessoa Jurídica, assinado pelo proprietário do imóvel e cônjuge, com firma reconhecida por autenticidade - conforme modelo anexo 3
- ✓ Memoriais descritivos e de cálculo
- ✓ Levantamento planialtimétrico cadastral
- ✓ 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, sem a logomarca da ARTESP ou da Concessionária, com a assinatura dos proprietários do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - Projeto geométrico
 - Projeto de pavimentação
 - Projeto de drenagem
 - Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - Projeto de iluminação
 - Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - Projeto de sinalização de obras
 - Projeto de Implantação
- ✓ Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- ✓ Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- ✓ Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

• Análise Técnica da Segunda Fase

- ✓ A documentação entregue, referente ao Projeto Executivo e Documentação Complementar, será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do Projeto Executivo e da Documentação Complementar entregues, referente à Segunda Fase, a Concessionária comunicará ao Interessado a aprovação, se for viável, ou a justificativa, se não for viável.

ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

3.2. Após a aprovação dos projetos pela ARTESP, o Interessado deverá entregar 3 cópias dos mesmos à Concessionária, no prazo máximo de 15 dias, devidamente assinadas pelo proprietário do terreno e pelo responsável técnico, com o número do CREA.

4. Orientações quanto aos Projetos a Serem Apresentados

4.1. Projeto Funcional

- Deverá conter/seguir as seguintes diretrizes mínimas:
 - ✓ Desenho – usar como base foto aérea atualizada, formato A1
 - ✓ Planta da propriedade localizada em relação à rodovia, as amarrações do eixo do dispositivo com marcos quilométricos da rodovia (km+m) e com o sentido da pista
 - ✓ Localização do acesso, indicando a quilometragem, sentido da pista, prefixo e o nome da rodovia
 - ✓ Inclusão do norte magnético
 - ✓ Perímetro completo do terreno
 - ✓ Limites da propriedade em relação à rodovia
 - ✓ Faixa de domínio como desapropriada pelo DER/DERSA/Concessionária
 - ✓ Os comprimentos das faixas de aceleração e de desaceleração e incluir largura de acostamento e larguras das alças do acesso
 - ✓ Indicar a característica da região: urbano, rural, plano, montanhoso e outros
 - ✓ Apontar a localização do dispositivo rodoviário imediatamente anterior e posterior
 - ✓ Indicar o gabarito vertical do dispositivo, se passagem inferior
 - ✓ Existência ou não de outro acesso à propriedade
 - ✓ Distância entre o acesso solicitado e o acesso mais próximo do mesmo lado
 - ✓ Estudo de tráfego

4.2. Projeto Geométrico

4.2.1. Deverá estar em conformidade com Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas e, quando necessário, Portaria SUP/DER-078/2001 - Capítulo III, artigo 5º, itens I,II,III,VI e VII - e atender a instrução de projeto IP-DE-F00-001 do DER/SP, as notas técnicas NT-DE-F00-001 do DER/SP e demais normas técnicas vigentes.

4.2.2. Para os acessos que serão considerados pólos geradores de tráfego, deve-se atender, além das orientações descritas no item anterior, às recomendações contidas no Manual de Interseções do DNIT, no que tange aos segmentos com entrecruzamento, bem como as recomendações contidas no Green Book da AASHTO referentes às faixas de aceleração e desaceleração.

4.2.3. De acordo com o Manual de Procedimentos (Denatran 2001): “Os Pólos Geradores de Tráfego são empreendimentos de grande porte que atraem ou produzem grande número de viagens, causando reflexos negativos na circulação viária, em seu entorno imediato e, em certos casos, prejudicando a acessibilidade de toda a região, além de agravar as condições de segurança de veículos e pedestres”.

4.2.4. O projeto geométrico do acesso deverá conter no mínimo:

- Traçado em planta, apresentado em formato A1, na escala 1:1000, sobre ortofoto, com a topografia atualizada, com curvas de nível de metro em metro
- Perfil longitudinal do eixo principal da rodovia e dos ramos em estudo - estaca de 20 em 20 metros
- Seção transversal típica
- Limites da faixa de domínio oficial da rodovia, fornecidos pela Concessionária, conforme desapropriação efetuada pelo DER, DERSA ou pela Concessionária
- Área “*non aedificandi*”
- As alças de acesso à Rodovia
- Malha de coordenadas UTM
- Indicação do norte magnético

ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

- Indicação de estacas de 20 em 20 metros
- Tabela de alinhamento horizontal contendo todas as informações referentes aos elementos utilizados tais como: raios, ângulo central, tangentes, desenvolvimento da curva, coordenadas e outros
- Superelevação ou plano cotado
- Detalhes, quando houver necessidade, tais como ilhas, curvas compostas e outros

4.3. Projeto de Pavimentação

4.3.1. Deverá atender a IP-DE-P00/001 de jan/06 do DER/SP, contendo no mínimo:

- Memorial de cálculo de pavimentos com:
 - ✓ Cálculo do número N solicitações do eixo padrão e as hipóteses envolvidas
 - ✓ Resultados das sondagens, poços de inspeção e ensaios realizados caracterizando o solo e o pavimento existente no local
 - ✓ Dimensionamento do pavimento novo (segundo a instrução de projeto do DER/SP)
 - ✓ Especificações técnicas dos serviços, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
 - ✓ Sempre que o projeto contemplar o aproveitamento de estruturas de pavimentos existentes, e desde que existam condições geométricas para tal solução, será necessário apresentar cálculo do dimensionamento das soluções de restauração com base nas instruções de projeto IP-DE-P00/002 e IP-DE-P00/003 do DER/SP
- Desenhos de Projeto executivo de Pavimentação com:
 - ✓ Planta de localização do pavimento a ser implantado, demolições e demais intervenções necessárias sobre base da última versão válida do projeto geométrico e base topográfica
 - ✓ Localização das sondagens realizadas
 - ✓ Indicação dos limites da faixa de domínio
 - ✓ Seção transversal típica onde figurem as intervenções propostas, as camadas do pavimento proposto com as respectivas espessuras e indicações dos materiais constituintes. A capacidade de suporte do subleito avaliada e o tráfego previsto devem ser explicitados (os elementos apresentados nesta seção serão verificados pela ARTESP, através dos métodos de dimensionamento do DER/SP, DNIT e/ou ABCP - Associação Brasileira de Cimento Portland).
 - ✓ Detalhe do encontro com o pavimento existente, contemplando o escalonamento das camadas existentes e a compatibilização de camadas drenantes, de modo a promover a continuidade hidráulica no interior da nova estrutura
 - ✓ Detalhe de elementos de drenagem conectados ao pavimento tais como guias, sarjetas, passeio e outros
 - ✓ Drenos subsuperficiais conectados às camadas drenantes do pavimento (DLR- dreno longitudinal raso, conforme Projeto Padrão do DER/SP)
 - ✓ Tabela contendo especificações técnicas dos serviços a serem executados, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
- Notas mínimas a constar nos desenhos de seções-tipo:
 - ✓ Nota de como proceder no caso de ocorrência de solo do subleito com CBR menor que aquele especificado em projeto e/ou solo expansivo
 - ✓ Nota de como proceder em caso de solo mole
 - ✓ Nota recomendando que o subleito esteja isento de matéria orgânica e o lençol freático esteja rebaixado a, no mínimo, 1,50m da camada final de terraplanagem
 - ✓ Nota recomendando a compatibilização das camadas drenantes entre pavimento novo e pavimento existente de modo a garantir a continuidade hidráulica, no interior da estrutura do pavimento

ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

4.4. Projeto de Drenagem

4.4.1. Deverá atender a IP-DE-H00/001 e a IP-DE-H00/002 do DER/SP e conter no mínimo:

- Memória de cálculo contendo os estudos hidráulicos e hidrológicos. Apresentar as planilhas de cálculo e os quadros resumos em conformidade ao anexo A da IP-DE-H00-002 do DER/SP
- Planta de bacias contribuintes
- Planta de drenagem superficial
 - ✓ Apresentar o traçado geométrico contendo a declividade do greide, dimensões das pistas, pontos altos e baixos com a indicação de sua localização e outros. Deve ser apresentado de forma rebaixada, enfatizando a drenagem projetada
 - ✓ A topografia deve apresentar as curvas de nível cotada de metro em metro, taludes e outros, também de forma rebaixada
 - ✓ Os dispositivos existentes e projetados devem ser representados de forma distinta
 - ✓ A legenda e a indicação de faixa de domínio devem ser apresentadas entre outros
 - ✓ Indicar o posicionamento de início e de fim (estaqueamento ou km) de todos os dispositivos de drenagem e suas nomenclaturas, conforme PP(projeto padrão dos dispositivos) do DER/SP
 - ✓ Caso a propriedade do solicitante utilize “piscinas” de retenção para amortecimento da vazão, informar em memorial e representar nos desenhos
- Perfil dos bueiros, caso haja, indicando:
 - ✓ Perfil longitudinal do bueiro de drenagem com indicação de diâmetro, classe, comprimento, declividade e sentido do fluxo
 - ✓ As cotas de entrada e saída e a seção sobre ele, o berço utilizado (brita ou concreto), posicionamento (estaqueamento) e outros
 - ✓ Detalhes da boca de entrada e saída indicando dimensões, material, indicação do posicionamento (estaqueamento ou km) e, caso haja, dispositivo de amortecimento e demais dispositivos com as devidas indicações, cotas, comprimentos e outros
 - ✓ Detalhes de guias, sarjetas, valetas, bocas-de-lobo, caixas coletoras e demais dispositivos de drenagem com suas classificações padrão DER/SP, dimensões e materiais, caso haja necessidade de utilização das mesmas
 - ✓ Caso existam interferências no local, indicar as mesmas especificando tipo, dimensões e cotas
- Apresentar legenda, notas e indicação do Norte
- Detalhamento dos dispositivos empregados. Os desenhos dos detalhes dos dispositivos devem estar de acordo com o PP do DER/SP (podem ser obtidos no próprio site do órgão). Caso o dispositivo não possua um padrão, deverá ser elaborado o seu detalhamento e submetido juntamente com a documentação de projeto para aprovação da ARTESP.

4.5. Projeto de Terraplanagem e Geotecnia

Caso haja movimentos de terra próximos à faixa de domínio da Rodovia Concessionada, resultando em taludes de altura considerável, deve ser indicada a inclinação e altura, e se for o caso, estudo de estabilidade dos mesmos.

4.6. Projeto de Iluminação

Deverá atender a IP-DE-E00/001- Projeto de Iluminação de Rodovias do DER/SP.

4.7. Projeto de Obra de Arte

Deverá atender as normas da ABNT.

ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

4.8. Projeto de Paisagismo/Revestimento Vegetal

4.8.1. Para implantação de qualquer projeto de paisagismo nos acessos, envolvendo a faixa de domínio das rodovias, deverão ser obedecidas as recomendações da Norma ABNT NBR 15486 de segurança no tráfego.

4.8.2. Deverão ser usadas preferencialmente espécies vegetais nativas regionais; espécies arbustivas ou de pequeno porte.

4.8.3. É proibido o uso de espécies: frutíferas, mesmo sendo nativas e regionais; de espécies arbóreas de grande porte, muito altas ou de madeira pouco resistente, cuja queda possa causar acidentes com os usuários da rodovia (por exemplo: palmeira real, guapuruvu, paineira e outros).

4.8.4. Deve ser evitado o plantio de árvores isoladas, pois estarão mais sujeitas às intempéries como ação do vento, raios e outros.

4.8.5. Os projetos deverão prever a manutenção das mudas e o controle de pragas.

4.9. Projeto de Sinalização

Deverá conter:

4.9.1. Vertical

Sinalização de Regulamentação e Advertência, mostrando a circulação do acesso desde a rodovia até o limite de faixa de domínio.

4.9.2. Horizontal

O acesso deverá ser sinalizado conforme os padrões exigidos pela ARTESP, ou seja, “taper” de aceleração, narizes, divisões de faixas e “taper” de desaceleração, devidamente cotados e amarrados.

4.9.3. Materiais técnicos a serem utilizados para elaboração e análise do projeto:

- Código de Trânsito Brasileiro - CTB
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN:
 - ✓ Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação
 - ✓ Volume II - Sinalização Vertical de Advertência
 - ✓ Volume IV - Sinalização Horizontal
- Manual Brasileiro de Sinalização Rodoviária do Departamento de Estradas de Rodagem - DER
 - ✓ Volume I - Projeto
 - ✓ Volume II - Tomo I - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume II - Tomo II - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume III - Obras, Serviços de Conservação e Emergência
- Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito
- Normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT

4.10. Projeto de Implantação

Deverá conter:

4.10.1. Perímetro completo do terreno, de acordo com a matrícula atualizada, com todas as coordenadas UTM dos pontos de encontro do terreno com os vizinhos e com a faixa de domínio da rodovia; e indicação dos nomes dos proprietários vizinhos.

4.10.7. Plantas das obras e instalações do empreendimento/imóvel a serem construídas/reformadas, acompanhadas de memorial descritivo, área para circulação e estacionamento de veículos e a devida sinalização.

ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

4.11. Meio Ambiente

4.11.1. Deverão ser apresentadas autorizações e/ou licenças ambientais quando houver intervenções nas faixas de domínio ou próximas a estas, que impactem em áreas de proteção ambiental (APA) e/ou vegetação nativa em estágios secundários e avançados de regeneração.

4.11.2. Devem ser objeto de consulta sobre a necessidade de licenciamento ambiental as intervenções nas faixas de domínio ou áreas limdeiras próximas a estas quando as mesmas estiverem inseridas nas áreas de proteção dos mananciais definidas pela Lei nº 898, de 18 de dezembro de 1975 e pela Lei 1.172 de 17 de novembro de 1976, ou em unidades de conservação do Estado.

4.11.3. Na execução das intervenções devem ser adotados os cuidados necessários para evitar o desenvolvimento de processos erosivos, rupturas de taludes, o assoreamento e interrupção de drenagens naturais e outras situações que possam acarretar danos ambientais.

4.12. Dentre os vários itens importantes do projeto, observar a distância entre dois dispositivos de acesso. Distância mínima entre o fim da pista de aceleração de um (saída do estabelecimento para a pista) e o início de desaceleração do outro (saída da pista para o estabelecimento) dos acessos a estabelecimentos comerciais é de 500,00 metros. . Essa distância poderá ser reduzida, quando a necessidade assim o indicar, a critério da ARTESP.

4.13. Na elaboração dos projetos o Interessado deverá pesquisar, levantar e verificar a existência de quaisquer obras, serviços ou demais ocupações de faixa de domínio, que possam interferir na elaboração do projeto e execução da obra, sob sua inteira responsabilidade e expensas.

4.14. Deverão ser atendidas, em até 30 dias, as solicitações realizadas pela Concessionária/ARTESP de informações complementares para análise ou adequações aos projetos apresentados.

Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará o processo à ARTESP, onde será arquivado em definitivo.

Caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação e o pagamento de nova tarifa de implantação.

ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

5. Autorização

- 5.1.** A autorização de acesso será concedida a título precário aos proprietários, ou promitentes compradores, de terreno lindeiro à faixa de domínio da rodovia, ou de terrenos que não confrontem com a faixa de domínio, mas que possuam servidão de passagem, obtida em data anterior à data em que foram lavradas as escrituras de aquisição pelo DER, podendo ser cancelada a qualquer tempo, sem que caiba ao seu titular qualquer direito à indenização.
- 5.2.** A Competência para autorizar a concessão de Acesso Não Comercial é do Diretor de Operações da ARTESP.
- 5.3.** A Concessionária comunicará ao Interessado o deferimento ou indeferimento da solicitação, após publicação no Diário Oficial do Estado e informado pela ARTESP.
- 5.4.** A ARTESP devolverá uma cópia do projeto, quando aprovado, ao Interessado, para a sua execução. A entrega da cópia do projeto aprovado será realizada pela Concessionária.
- 5.5.** Deverá ser assinado Termo de Autorização de Início de Obras entre a Concessionária e o Interessado, estabelecendo as condições para construção, o funcionamento do acesso, bem como autorizando o início das obras e serviços do acesso aprovado.

6. Construção

- 6.1.** A construção do acesso é de responsabilidade do Interessado, que deve arcar com todas as despesas para implantação, operação, manutenção e conservação do acesso.
- 6.2.** Os prazos para início e conclusão das obras de construção serão, respectivamente, de 6 (seis) meses e de 2 (dois) anos, contados da data de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo do ato de autorização de acesso.
- 6.3.** A Concessionária, sob a supervisão da ARTESP, fiscalizará a construção do acesso, que deverá ser realizada de acordo com o projeto aprovado.
- 6.4.** O Interessado deverá entregar à Concessionária o cronograma de obras para implantação/regularização dos acessos.
- 6.5.** Ao término da obra é obrigatório a entrega pelo Interessado do As Built, em até 10 dias, sem o qual não poderá ser feita a vistoria de término da obra e a liberação para funcionamento do acesso pela Concessionária.
- 6.6.** Após a liberação pela Concessionária, caso a ARTESP constate que o acesso não está de acordo com o projeto aprovado, serão aplicadas as penalidades previstas em lei.

7. Fiscalização

- 7.1.** A fiscalização dos acessos e da sinalização implantada será exercida pela Concessionária sob a supervisão da ARTESP.
- 7.2.** Caso durante a fiscalização seja detectada alguma irregularidade, o titular da autorização do acesso será penalizado conforme a legislação vigente, sendo notificado para sanar as irregularidades dentro prazo estabelecido.
- 7.3.** As penalidades serão aplicadas pela ARTESP.
- 7.4.** Quando houver necessidade de intervenções no pavimento, obras, drenagem ou sinalização de acesso e não for realizada no prazo estabelecido na notificação, a Concessionária adotará as medidas cabíveis e solicitará o ressarcimento ao titular da autorização do acesso.

ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

8. Cancelamento

- 8.1.** O detentor da autorização do acesso poderá requerer o seu cancelamento mediante solicitação dirigida ao Diretor Geral da ARTESP.
- 8.2.** A ARTESP poderá cancelar a Autorização mediante interesse público, desvio de finalidade, ter ficado inativo por período superior a 3 meses ou por não atender as exigências previstas na regulamentação em vigor.

9. Disposições Gerais

- 9.1.** O Interessado se responsabilizará por quaisquer danos ou prejuízos materiais ou morais que, por si ou por seus prepostos, vierem a causar à estrada ou rodovia, ao órgão rodoviário, terceiros e ao meio ambiente advindo da implantação, operação, manutenção ou conservação do acesso.
- 9.2.** O titular da autorização de acesso não poderá permitir alterações das finalidades do acesso, previstos na concessão da autorização, nem introduzir qualquer modificação no projeto, em execução ou já executado, sem a autorização prévia da ARTESP, mediante requerimento dirigido ao seu Diretor Geral, juntando-se o respectivo projeto modificativo, entregue à Concessionária, responsável pelo trecho da Rodovia, onde está/será instalado o acesso.
- 9.3.** Ocorrendo a necessidade de substituição do titular da autorização de acesso, a ARTESP deverá ser comunicada por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, por meio documento entregue à Concessionária, comprometendo-se, expressamente, o novo titular, a satisfazer e respeitar as exigências na regulamentação existente, sem o que não será expedida nova autorização.
- 9.4.** No caso de locação, arrendamento, empréstimo ou outra modalidade qualquer de transferência de direito de uso a terceiros, no todo ou em parte, do estabelecimento, o titular da autorização de acesso deverá comunicar por escrito a ARTESP, por meio da Concessionária, no prazo de 30 (trinta) dias, o fato jurídico ocorrido, informando, também, que o terceiro conhece e se obriga a respeitar as normas previstas na regulamentação, permanecendo, no entanto, integral sua responsabilidade no que concerne ao cumprimento das obrigações previstas na regulamentação.
- 9.5.** A inobservância das exigências previstas na regulamentação existente estará sujeita a aplicação de multas e cancelamento da Autorização.

10. Anexos

Fazem parte deste documento os seguintes anexos:

- Anexo 1 - Modelo Para Consulta Prévia
- Anexo 2 - Modelo Para Pedido/Termo de Compromisso de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso
- Anexo 3 - Modelo Para Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso

**ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA
OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA****ANEXO 1****MODELO PARA CONSULTA PRÉVIA – ACESSO DE CONDÔMÍNIO RESIDENCIAL À
RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA**

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
CEP 01451-011

Pelo presente instrumento, razão social da empresa proprietária do imóvel lindeiro/promitente compradora , devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o número 00.000.000/000-00, DECLARA PARA OS DEVIDOS FINS ser proprietária/promitente compradora do imóvel a seguir descrito:

Características Gerais:
Rodovia:
Km+m:
Sentido de pista ou marginal:
Bairro:
CEP:
Município:
Atividade Pretendida:

Declara, ainda, estar ciente que este pedido refere-se tão somente a uma consulta informal quanto à viabilidade ou não do acesso pretendido, não sendo válido em nenhuma hipótese, como um pedido formal de abertura de acesso e, não gerando assim, expectativa de direito ao acesso almejado, tampouco nenhum direito de preferência sobre qualquer pedido válido apresentado após a data deste documento.

Por fim, uma vez viável a sobredita análise e, caso ainda haja interesse em sua implementação, comprometo-me PROTOCOLAR, junto à respectiva Concessionária de Rodovias, o competente pedido de abertura de acesso, à luz da legislação vigente, bem como apresentar toda documentação a ele inerente.

Município, dia, mês , ano

Assinatura e nome do representante legal da empresa/promitente compradora do imóvel lindeiro, com firma reconhecida por autenticidade, bem como cópia do último ato constitutivo/contrato social

ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

ANEXO 2

MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 1/2 ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO À RODOVIA DE CONDÔMINIO RESIDENCIAL OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA PESSOA JURÍDICA

Ilmo. Sr.

Diretor Geral

da Agência Reguladora de Serviços Públicos

Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP

Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi

São Paulo – SP

CEP 01451-011

Razão social da empresa proprietária/promitente compradora do imóvel lindeiro, CNPJ _____, proprietária/promitente compradora do imóvel localizado à margem da Rodovia _____ nome da Rodovia, SP - número da Rodovia _____, altura do Km _____ + _____ metros, pista ou marginal sentido _____, município de _____, São Paulo, estando de acordo com a regulamentação para concessão de acesso, que se compromete a respeitar e obedecer, em todos os seus termos, solicita que lhe seja concedida autorização para abertura/regularização/readequação de acesso à sua propriedade, que será utilizada para fins _____ atividades a serem implantadas no imóvel. Se existir documento anterior ARTESP relacionado ao assunto, fazer referência e indicar o código/numeração.

Declara que conhece e se compromete a respeitar o disposto:

- No Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas
- Na Portaria ARTESP

Declara, ainda, estar ciente de que a autorização de acesso é dada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, a título precário, como ato de mera tolerância, não implicando no recolhimento da posse domínio ou qualquer outro declarante, pelo que assume o compromisso de respeitar e cumprir todas as exigências do citadas no manual e na portaria, bem como, a não mais utilizar o acesso, nem de qualquer forma, impedir o seu fechamento desde que a segurança do tráfego ou a necessidade de uso da área, a critério exclusivo da mesma, o exijam.

Declara, ainda, que não lhe cabe qualquer direito de indenização, reembolso ou compensação pela revogação da autorização, pelo que firma o presente instrumento.

Em anexo, apresenta os seguintes documentos, em vias originais, para análise com relação à viabilidade:

- Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- Cópia autenticada do Contrato de Compromisso de Compra e Venda – se for promitente comprador
- Cópia autenticada do contrato social e dos atos constitutivos e societários que demonstrem representação legal e atual da empresa
- Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições, exigências, obrigações e responsabilidades constantes na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato.
- Projeto Funcional

ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

ANEXO 2

MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 2/2 ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE CONDÔMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA PESSOA JURÍDICA

Reconhece que, após a análise da documentação apresentada, e tendo recebido comunicado da ARTESP, sobre a viabilidade do pedido, deverá apresentar à Concessionária o projeto executivo e documentação complementar, conforme Portaria ARTESP, no prazo máximo e improrrogável de 90 dias. A não concretização/efetivação da entrega do projeto executivo e toda a documentação preconizada e exigida no prazo estipulado, fica desde já aceito e sem direito a nenhuma indenização de qualquer natureza, que o pedido ora efetuado perderá totalmente a sua validade. Assim sendo, caso queira retomar o assunto devo fazê-lo por meio de um novo pedido.

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês , ano

Assinatura e nome do representante legal da empresa/promitente compradora do imóvel lindeiro, com firma reconhecida por autenticidade

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone

ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

ANEXO 3

MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO 1/2 COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
CEP 01451-011

Razão Social da Empresa Proprietária/Promitente Compradora do Imóvel, CNPJ , ,
informa que apresentou requerimento, anterior a este, com o projeto funcional e demais documentos,
solicitando a abertura/regularização/readequação de acesso, que será utilizado para fins
atividades a serem implantadas no imóvel, no imóvel de sua propriedade, localizado à margem da
Rodovia nome da Rodovia , SP - número da Rodovia , altura do Km + metros,
pista ou marginal sentido , município de , São Paulo.

Tendo a solicitação, apresentada anteriormente, sendo considerada em condições de aprovação,
conforme comunicado da ARTESP nº e não tendo ultrapassado o prazo máximo para
apresentação do projeto executivo e documentação complementar. Em anexo, apresenta os
seguintes documentos, em vias originais:

- Memoriais descritivos e de cálculo
- Levantamento planialtimétrico cadastral
- 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, com a assinatura do proprietário do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - ✓ Projeto geométrico
 - ✓ Projeto de pavimentação
 - ✓ Projeto de drenagem
 - ✓ Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - ✓ Projeto de iluminação
 - ✓ Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - ✓ Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - ✓ Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - ✓ Projeto de sinalização de obras
 - ✓ Projeto de implantação
- Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

ACESSO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

ANEXO 3

MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO 2/2 COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE CONDÔMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês , ano

Assinatura e nome do representante legal /promitente compradora do imóvel lindeiro, com firma reconhecida por autenticidade

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone

**ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA
PESSOA FÍSICA
ORIENTAÇÕES AO INTERESSADO**

**ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA
OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA****ÍNDICE**

1. Regulamentação Para Pedido e Funcionamento de Acesso à Rodovia	127
2. Consulta Prévia	127
3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso	128
4. Orientações Quanto aos Projetos a Serem Apresentados	130
5. Autorização	135
6. Construção	135
7. Fiscalização	136
8. Cancelamento	136
9. Disposições Gerais	136
10. Anexos	137

MINUTA

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

A abertura de acesso de indústria/centro de distribuição à faixa de domínio da rodovia estadual sob concessão, necessita ser precedida de análise da Concessionária, responsável pelo trecho da rodovia onde se pretende instalar o acesso e ser autorizada pela ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

Antes da apresentação do pedido formal, o Interessado deve solicitar à Concessionária a orientação necessária para atender as disposições técnicas e legais exigidas.

1. Regulamentação Para Solicitação e Funcionamento de Acesso à Rodovia de indústria/centro de distribuição ou outro de mesma natureza - Pessoa Física

- Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas e, quando necessário, Portaria SUP/DER-078/2001 - Capítulo III, artigo 5º, itens I,II,III, VI e VII - e atender a instrução de projeto IP-DE-F00-001 do DER/SP, as notas técnicas NT-DE-F00-001 do DER/SP e demais normas técnicas vigentes.
- Portaria ARTESP

2. Consulta Prévia - Opcional

Antes de entrar com o pedido formal, caso julgue oportuno, o Interessado poderá fazer uma Consulta Prévia à ARTESP. Esta consulta, não é válida, em hipótese alguma, como um pedido de abertura/regularização/readequação de acesso, não gerando assim expectativa de direito ao acesso aspirado, tampouco nenhum direito de preferência.

Para Consulta Prévia o Interessado deverá apresentar à Concessionária:

- Modelo de Documento para Consulta Prévia - Acesso de d indústria/centro de distribuição ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física, com firma reconhecida por autenticidade, conforme modelo anexo 1, ou com procuração original do proprietário autorizando a consulta, se o pedido for de terceiro.

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/Regularização/Readequação de Acesso à Rodovia de Condomínio Residencial ou Outro Com a Mesma Natureza - Pessoa Física

3.1. Para que a abertura/regularização/readequação de acesso possa ser analisada, o Interessado deverá apresentar à Concessionária, **necessariamente**, todos os documentos solicitados e descritos a seguir, em vias originais, observando todas as orientações quanto aos projetos a serem apresentados e demais critérios/diretrizes estabelecidos neste documento.

O pedido de autorização de acesso deverá ser feito pelos proprietários, ou promitentes compradores, de terreno lindeiro à faixa de domínio da rodovia, ou de terreno que não confronte com a faixa de domínio, mas que possua servidão de passagem, obtida em data anterior à data em que foram lavradas as escrituras de aquisição pelo DER.

A entrega da documentação e a análise técnica serão realizadas em duas fases: Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional e Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar:

3.1.1. Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional

• Documentos a serem entregues:

- ✓ Pedido/Termo de Compromisso para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso de Condomínio de indústria/centro de distribuição ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física, assinado pelo proprietário do imóvel e cônjuge, com firma reconhecida por autenticidade - conforme modelo anexo 2
- ✓ Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- ✓ Cópia autenticada do Contrato de Compromisso de Compra e Venda – se for promitente comprador
- ✓ Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições estabelecidas na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato
- ✓ Projeto Funcional

• Análise Técnica

- ✓ A documentação entregue, referente ao Pedido e ao Projeto Funcional será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do pedido e da documentação entregues referente à Primeira Fase, o Diretor de Operações da ARTESP emitirá comunicado com o parecer à Concessionária, a ser entregue ao Interessado.
- ✓ Para o projeto analisado e considerado em condições de aprovação, o Interessado terá o prazo de 90 dias, após o recebimento do comunicado emitido pela ARTESP, para entregar a documentação da Segunda Fase à Concessionária. Expirado o prazo e não entregue a documentação, o pedido será arquivado em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

3.1.2. Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar.

Esta fase ocorrerá somente se o Pedido e o Projeto Funcional, analisados na Primeira Fase, forem viáveis.

• Documentos a serem entregues:

- ✓ Termo de Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso à Condomínio Residencial ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física, assinado pelo proprietário do imóvel e cônjuge, com firma reconhecida por autenticidade - conforme modelo anexo 3
- ✓ Memoriais descritivos e de cálculo
- ✓ Levantamento planialtimétrico cadastral
- ✓ 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, sem a logomarca da ARTESP ou da Concessionária, com a assinatura dos proprietários do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - Projeto geométrico
 - Projeto de pavimentação
 - Projeto de drenagem
 - Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - Projeto de iluminação
 - Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - Projeto de sinalização de obras
 - Projeto de Implantação
- ✓ Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- ✓ Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- ✓ Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

• Análise Técnica da Segunda Fase

- ✓ A documentação entregue, referente ao Projeto Executivo e Documentação Complementar, será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do Projeto Executivo e da Documentação Complementar entregues, referente à Segunda Fase, a Concessionária comunicará ao Interessado a aprovação, se for viável, ou a justificativa, se não for viável.

3.2. Após a aprovação dos projetos pela ARTESP, o Interessado deverá entregar 3 cópias dos mesmos à Concessionária, no prazo máximo de 15 dias, devidamente assinadas pelo proprietário do terreno e pelo responsável técnico, com o número do CREA.

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

4. Orientações quanto aos Projetos a Serem Apresentados

4.1. Projeto Funcional

- Deverá conter/seguir as seguintes diretrizes mínimas:
 - ✓ Desenho – usar como base foto aérea atualizada, formato A1
 - ✓ Planta da propriedade localizada em relação à rodovia, as amarrações do eixo do dispositivo com marcos quilométricos da rodovia (km+m) e com o sentido da pista
 - ✓ Localização do acesso, indicando a quilometragem, sentido da pista, prefixo e o nome da rodovia
 - ✓ Inclusão do norte magnético
 - ✓ Perímetro completo do terreno
 - ✓ Limites da propriedade em relação à rodovia
 - ✓ Faixa de domínio como desapropriada pelo DER/DERSA/Concessionária
 - ✓ Os comprimentos das faixas de aceleração e de desaceleração e incluir largura de acostamento e larguras das alças do acesso
 - ✓ Indicar a característica da região: urbano, rural, plano, montanhoso e outros
 - ✓ Apontar a localização do dispositivo rodoviário imediatamente anterior e posterior
 - ✓ Indicar o gabarito vertical do dispositivo, se passagem inferior
 - ✓ Existência ou não de outro acesso à propriedade
 - ✓ Distância entre o acesso solicitado e o acesso mais próximo do mesmo lado
 - ✓ Estudo de tráfego

4.2. Projeto Geométrico

4.2.1. Deverá estar em conformidade com Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas e, quando necessário, Portaria SUP/DER-078/2001 - Capítulo III, artigo 5º, itens I,II,III,VI e VII - e atender a instrução de projeto IP-DE-F00-001 do DER/SP, as notas técnicas NT-DE-F00-001 do DER/SP e demais normas técnicas vigentes.

4.2.2. Para os acessos que serão considerados pólos geradores de tráfego, deve-se atender, além das orientações descritas no item anterior, às recomendações contidas no Manual de Interseções do DNIT, no que tange aos segmentos com entrecruzamento, bem como as recomendações contidas no Green Book da AASHTO referentes às faixas de aceleração e desaceleração.

De acordo com o Manual de Procedimentos (Denatran 2001): “Os Pólos Geradores de Tráfego são empreendimentos de grande porte que atraem ou produzem grande número de viagens, causando reflexos negativos na circulação viária, em seu entorno imediato e, em certos casos, prejudicando a acessibilidade de toda a região, além de agravar as condições de segurança de veículos e pedestres”.

4.2.3. O projeto geométrico do acesso deverá conter no mínimo:

- Traçado em planta, apresentado em formato A1, na escala 1:1000, sobre ortofoto, com a topografia atualizada, com curvas de nível de metro em metro
- Perfil longitudinal do eixo principal da rodovia e dos ramos em estudo - estaca de 20 em 20 metros
- Seção transversal típica
- Limites da faixa de domínio oficial da rodovia, fornecidos pela Concessionária, conforme desapropriação efetuada pelo DER, DERSA ou pela Concessionária
- Área “*non aedificandi*”
- As alças de acesso à Rodovia
- Malha de coordenadas UTM
- Indicação do norte magnético
- Indicação de estacas de 20 em 20 metros

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

- Tabela de alinhamento horizontal contendo todas as informações referentes aos elementos utilizados tais como: raios, ângulo central, tangentes, desenvolvimento da curva, coordenadas e outros
- Superelevação ou plano cotado
- Detalhes, quando houver necessidade, tais como ilhas, curvas compostas e outros

4.3. Projeto de Pavimentação

4.3.1. Deverá atender a IP-DE-P00/001 de jan/06 do DER/SP, contendo no mínimo:

- Memorial de cálculo de pavimentos com:
 - ✓ Cálculo do número N solicitações do eixo padrão e as hipóteses envolvidas
 - ✓ Resultados das sondagens, poços de inspeção e ensaios realizados caracterizando o solo e o pavimento existente no local
 - ✓ Dimensionamento do pavimento novo (segundo a instrução de projeto do DER/SP)
 - ✓ Especificações técnicas dos serviços, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
 - ✓ Sempre que o projeto contemplar o aproveitamento de estruturas de pavimentos existentes, e desde que existam condições geométricas para tal solução, será necessário apresentar cálculo do dimensionamento das soluções de restauração com base nas instruções de projeto IP-DE-P00/002 e IP-DE-P00/003 do DER/SP
- Desenhos de Projeto executivo de Pavimentação com:
 - ✓ Planta de localização do pavimento a ser implantado, demolições e demais intervenções necessárias sobre base da última versão válida do projeto geométrico e base topográfica
 - ✓ Localização das sondagens realizadas
 - ✓ Indicação dos limites da faixa de domínio
 - ✓ Seção transversal típica onde figurem as intervenções propostas, as camadas do pavimento proposto com as respectivas espessuras e indicações dos materiais constituintes. A capacidade de suporte do subleito avaliada e o tráfego previsto devem ser explicitados (os elementos apresentados nesta seção serão verificados pela ARTESP, através dos métodos de dimensionamento do DER/SP, DNIT e/ou ABCP - Associação Brasileira de Cimento Portland).
 - ✓ Detalhe do encontro com o pavimento existente, contemplando o escalonamento das camadas existentes e a compatibilização de camadas drenantes, de modo a promover a continuidade hidráulica no interior da nova estrutura
 - ✓ Detalhe de elementos de drenagem conectados ao pavimento tais como guias, sarjetas, passeio e outros
 - ✓ Drenos subsuperficiais conectados às camadas drenantes do pavimento (DLR- dreno longitudinal raso, conforme Projeto Padrão do DER/SP)
 - ✓ Tabela contendo especificações técnicas dos serviços a serem executados, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
- Notas mínimas a constar nos desenhos de seções-tipo:
 - ✓ Nota de como proceder no caso de ocorrência de solo do subleito com CBR menor que aquele especificado em projeto e/ou solo expansivo
 - ✓ Nota de como proceder em caso de solo mole
 - ✓ Nota recomendando que o subleito esteja isento de matéria orgânica e o lençol freático esteja rebaixado a, no mínimo, 1,50m da camada final de terraplanagem
 - ✓ Nota recomendando a compatibilização das camadas drenantes entre pavimento novo e pavimento existente de modo a garantir a continuidade hidráulica, no interior da estrutura do pavimento

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

4.4. Projeto de Drenagem

4.4.1. Deverá atender a IP-DE-H00/001 e a IP-DE-H00/002 do DER/SP e conter no mínimo:

- Memória de cálculo contendo os estudos hidráulicos e hidrológicos. Apresentar as planilhas de cálculo e os quadros resumos em conformidade ao anexo A da IP-DE-H00-002 do DER/SP
- Planta de bacias contribuintes
- Planta de drenagem superficial
 - ✓ Apresentar o traçado geométrico contendo a declividade do greide, dimensões das pistas, pontos altos e baixos com a indicação de sua localização e outros. Deve ser apresentado de forma rebaixada, enfatizando a drenagem projetada
 - ✓ A topografia deve apresentar as curvas de nível cotada de metro em metro, taludes e outros, também de forma rebaixada
 - ✓ Os dispositivos existentes e projetados devem ser representados de forma distinta
 - ✓ A legenda e a indicação de faixa de domínio devem ser apresentadas entre outros
 - ✓ Indicar o posicionamento de início e de fim (estaqueamento ou km) de todos os dispositivos de drenagem e suas nomenclaturas, conforme PP (projeto padrão dos dispositivos) do DER/SP
 - ✓ Caso a propriedade do solicitante utilize "piscinas" de retenção para amortecimento da vazão, informar em memorial e representar nos desenhos
- Perfil dos bueiros, caso haja, indicando:
 - ✓ Perfil longitudinal do bueiro de drenagem com indicação de diâmetro, classe, comprimento, declividade e sentido do fluxo
 - ✓ As cotas de entrada e saída e a seção sobre ele, o berço utilizado (brita ou concreto), posicionamento (estaqueamento) e outros
 - ✓ Detalhes da boca de entrada e saída indicando dimensões, material, indicação do posicionamento (estaqueamento ou km) e, caso haja, dispositivo de amortecimento e demais dispositivos com as devidas indicações, cotas, comprimentos e outros
 - ✓ Detalhes de guias, sarjetas, valetas, bocas-de-lobo, caixas coletoras e demais dispositivos de drenagem com suas classificações padrão DER/SP, dimensões e materiais, caso haja necessidade de utilização das mesmas
 - ✓ Caso existam interferências no local, indicar as mesmas especificando tipo, dimensões e cotas
- Apresentar legenda, notas e indicação do Norte
- Detalhamento dos dispositivos empregados. Os desenhos dos detalhes dos dispositivos devem estar de acordo com o PP do DER/SP (podem ser obtidos no próprio site do órgão). Caso o dispositivo não possua um padrão, deverá ser elaborado o seu detalhamento e submetido juntamente com a documentação de projeto para aprovação da ARTESP.

4.5. Projeto de Terraplanagem e Geotecnia

Caso haja movimentos de terra próximos à faixa de domínio da Rodovia Concessionada, resultando em taludes de altura considerável, deve ser indicada a inclinação e altura, e se for o caso, estudo de estabilidade dos mesmos.

4.6. Projeto de Iluminação

Deverá atender a IP-DE-E00/001- Projeto de Iluminação de Rodovias do DER/SP.

4.7. Projeto de Obra de Arte

Deverá atender as normas da ABNT.

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

4.8. Projeto de Paisagismo/Revestimento Vegetal

4.8.1. Para implantação de qualquer projeto de paisagismo nos acessos, envolvendo a faixa de domínio das rodovias, deverão ser obedecidas as recomendações da Norma ABNT NBR 15486 de segurança no tráfego.

4.8.2. Deverão ser usadas preferencialmente espécies vegetais nativas regionais; espécies arbustivas ou de pequeno porte.

4.8.3. É proibido o uso de espécies: frutíferas, mesmo sendo nativas e regionais; de espécies arbóreas de grande porte, muito altas ou de madeira pouco resistente, cuja queda possa causar acidentes com os usuários da rodovia (por exemplo: palmeira real, guapuruvu, paineira e outros).

4.8.4. Deve ser evitado o plantio de árvores isoladas, pois estarão mais sujeitas às intempéries como ação do vento, raios e outros.

4.8.5. Os projetos deverão prever a manutenção das mudas e o controle de pragas.

4.9. Projeto de Sinalização

Deverá conter:

4.9.1. Vertical

Sinalização de Regulamentação e Advertência, mostrando a circulação do acesso desde a rodovia até o limite de faixa de domínio.

4.9.2. Horizontal

O acesso deverá ser sinalizado conforme os padrões exigidos pela ARTESP, ou seja, “taper” de aceleração, narizes, divisões de faixas e “taper” de desaceleração, devidamente cotados e amarrados.

4.9.3. Materiais técnicos a serem utilizados para elaboração e análise do projeto:

- Código de Trânsito Brasileiro - CTB
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN:
 - ✓ Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação
 - ✓ Volume II - Sinalização Vertical de Advertência
 - ✓ Volume IV - Sinalização Horizontal
- Manual Brasileiro de Sinalização Rodoviária do Departamento de Estradas de Rodagem - DER
 - ✓ Volume I - Projeto
 - ✓ Volume II - Tomo I - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume II - Tomo II - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume III - Obras, Serviços de Conservação e Emergência
- Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito
- Normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT

4.10. Projeto de Implantação

Deverá conter:

4.10.1. Perímetro completo do terreno, de acordo com a matrícula atualizada, com todas as coordenadas UTM dos pontos de encontro do terreno com os vizinhos e com a faixa de domínio da rodovia; e indicação dos nomes dos proprietários vizinhos.

4.10.2. Plantas das obras e instalações do empreendimento/imóvel a serem construídas/reformadas, acompanhadas de memorial descritivo, área para circulação e estacionamento de veículos e a devida sinalização.

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

4.11. Meio Ambiente

- 4.11.1.** Deverão ser apresentadas autorizações e/ou licenças ambientais quando houver intervenções nas faixas de domínio ou próximas a estas, que impactem em áreas de proteção ambiental (APA) e/ou vegetação nativa em estágios secundários e avançados de regeneração.
- 4.11.2.** 4.11.2. Devem ser objeto de consulta sobre a necessidade de licenciamento ambiental as intervenções nas faixas de domínio ou áreas lindeiras próximas a estas quando as mesmas estiverem inseridas nas áreas de proteção dos mananciais definidas pela Lei nº 898, de 18 de dezembro de 1975 e pela Lei 1.172 de 17 de novembro de 1976, ou em unidades de conservação do Estado.
- 4.11.3.** 4.11.3. Na execução das intervenções devem ser adotados os cuidados necessários para evitar o desenvolvimento de processos erosivos, rupturas de taludes, o assoreamento e interrupção de drenagens naturais e outras situações que possam acarretar danos ambientais.
- 4.12.** Dentre os vários itens importantes do projeto, observar a distância entre dois dispositivos de acesso. Distância mínima entre o fim da pista de aceleração de um (saída do estabelecimento para a pista) e o início de desaceleração do outro (saída da pista para o estabelecimento) dos acessos a estabelecimentos comerciais é de 500,00 metros. . Essa distância poderá ser reduzida, quando a necessidade assim o indicar, a critério da ARTESP.
- 4.13.** Na elaboração dos projetos o Interessado deverá pesquisar, levantar e verificar a existência de quaisquer obras, serviços ou demais ocupações de faixa de domínio, que possam interferir na elaboração do projeto e execução da obra, sob sua inteira responsabilidade e expensas.
- 4.14.** Deverão ser atendidas, em até 30 dias, as solicitações realizadas pela Concessionária/ARTESP de informações complementares para análise ou adequações aos projetos apresentados.
Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará o processo à ARTESP, onde será arquivado em definitivo.
Caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação e o pagamento de nova tarifa de implantação.

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

5. Autorização

- 5.1.** A autorização de acesso será concedida a título precário aos proprietários, ou promitentes compradores, de terreno lindeiro à faixa de domínio da rodovia, ou de terrenos que não confrontem com a faixa de domínio, mas que possuam servidão de passagem, obtida em data anterior à data em que foram lavradas as escrituras de aquisição pelo DER, podendo ser cancelada a qualquer tempo, sem que caiba ao seu titular qualquer direito à indenização.
- 5.2.** A Competência para autorizar a concessão de Acesso de indústria/centro de distribuição ou outro de mesma natureza é do Diretor de Operações da ARTESP.
- 5.3.** A Concessionária comunicará ao Interessado o deferimento ou indeferimento da solicitação, após publicação no Diário Oficial do Estado e informado pela ARTESP.
- 5.4.** A ARTESP devolverá uma cópia do projeto, quando aprovado, ao Interessado, para a sua execução. A entrega da cópia do projeto aprovado será realizada pela Concessionária.
- 5.5.** Deverá ser assinado Termo de Autorização de Início de Obras entre a Concessionária e o Interessado, estabelecendo as condições para construção, o funcionamento do acesso, bem como autorizando o início das obras e serviços do acesso aprovado.

6. Construção

- 6.1.** A construção do acesso é de responsabilidade do Interessado, que deve arcar com todas as despesas para implantação, operação, manutenção e conservação do acesso.
- 6.2.** Os prazos para início e conclusão das obras de construção serão, respectivamente, de 6 (seis) meses e de 2 (dois) anos, contados da data de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo do ato de autorização de acesso.
- 6.3.** A Concessionária, sob a supervisão da ARTESP, fiscalizará a construção do acesso, que deverá ser realizada de acordo com o projeto aprovado.
- 6.4.** O Interessado deverá entregar à Concessionária o cronograma de obras para implantação/regularização dos acessos.
- 6.5.** Ao término da obra é obrigatório a entrega pelo Interessado do As Built, em até 10 dias, sem o qual não poderá ser feita a vistoria de término da obra e a liberação para funcionamento do acesso pela Concessionária.
- 6.6.** Após a liberação pela Concessionária, caso a ARTESP constate que o acesso não está de acordo com o projeto aprovado, serão aplicadas as penalidades previstas em lei.

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

7. Fiscalização

- 7.1.** A fiscalização dos acessos e da sinalização implantada será exercida pela Concessionária sob a supervisão da ARTESP.
- 7.2.** Caso durante a fiscalização seja detectada alguma irregularidade, o titular da autorização do acesso será penalizado conforme a legislação vigente, sendo notificado para sanar as irregularidades dentro prazo estabelecido.
- 7.3.** As penalidades serão aplicadas pela ARTESP.
- 7.4.** Quando houver necessidade de intervenções no pavimento, obras, drenagem ou sinalização de acesso e não for realizada no prazo estabelecido na notificação, a Concessionária adotará as medidas cabíveis e solicitará o ressarcimento ao titular da autorização do acesso.

8. Cancelamento

- 8.1.** O detentor da autorização do acesso poderá requerer o seu cancelamento mediante solicitação dirigida ao Diretor Geral da ARTESP.
- 8.2.** A ARTESP poderá cancelar a Autorização mediante interesse público, desvio de finalidade, ter ficado inativo por período superior a 3 meses ou por não atender as exigências previstas na regulamentação em vigor.

9. Disposições Gerais

- 9.1.** O Interessado se responsabilizará por quaisquer danos ou prejuízos materiais ou morais que, por si ou por seus prepostos, vierem a causar à estrada ou rodovia, ao órgão rodoviário, terceiros e ao meio ambiente advindo da implantação, operação, manutenção ou conservação do acesso.
- 9.2.** O titular da autorização de acesso não poderá permitir alterações das finalidades do acesso, previstos na concessão da autorização, nem introduzir qualquer modificação no projeto, em execução ou já executado, sem a autorização prévia da ARTESP, mediante requerimento dirigido ao seu Diretor Geral, juntando-se o respectivo projeto modificativo, entregue à Concessionária, responsável pelo trecho da Rodovia, onde está/será instalado o acesso.
- 9.3.** Ocorrendo a necessidade de substituição do titular da autorização de acesso, a ARTESP deverá ser comunicada por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, por meio documento entregue à Concessionária, comprometendo-se, expressamente, o novo titular, a satisfazer e respeitar as exigências na regulamentação existente, sem o que não será expedida nova autorização.
- 9.4.** No caso de locação, arrendamento, empréstimo ou outra modalidade qualquer de transferência de direito de uso a terceiros, no todo ou em parte, do estabelecimento, o titular da autorização de acesso deverá comunicar por escrito a ARTESP, por meio da Concessionária, no prazo de 30 (trinta) dias, o fato jurídico ocorrido, informando, também, que o terceiro conhece e se obriga a respeitar as normas previstas na regulamentação, permanecendo, no entanto, integral sua responsabilidade no que concerne ao cumprimento das obrigações previstas na regulamentação.
- 9.5.** A inobservância das exigências previstas na regulamentação existente estará sujeita a aplicação de multas e cancelamento da Autorização.

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

10. Anexos

Fazem parte deste documento os seguintes anexos:

- Anexo 1 - Modelo Para Consulta Prévia
- Anexo 2 - Modelo Para Pedido/Termo de Compromisso de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso
- Anexo 3 - Modelo Para Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso

MINUTA

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ANEXO 1

MODELO PARA CONSULTA PRÉVIA – ACESSO DE INDUSTRIA/CENTRO DE DISTRUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
CEP 01451-011

Pelo presente instrumento EU, nome do proprietário/promitente comprador do imóvel lindeiro ,
nacionalidade , estado civil, profissão , portador da Cédula de Registro
Geral nº , devidamente inscrito (a) no CPF/MF nº , residente e domiciliado
rua/avenida/alameda, nº, bairro, código postal, cidade e estado , DECLARO PARA
OS DEVIDOS FINS ser proprietário/promitente comprador do imóvel a seguir descrito:

Características Gerais:
Rodovia:
Km+m:
Sentido de pista ou marginal:
Bairro:
CEP:
Município:
Atividade Pretendida:

Declaro, ainda, estar ciente que este pedido refere-se tão somente a uma consulta informal quanto à viabilidade ou não do acesso pretendido, não sendo válido em nenhuma hipótese, como um pedido formal de abertura de acesso e, não gerando assim, expectativa de direito ao acesso almejado, tampouco nenhum direito de preferência sobre qualquer pedido válido apresentado após a data deste documento.

Por fim, uma vez viável a sobredita análise e, caso ainda haja interesse em sua implementação, comprometo-me PROTOCOLAR, junto à respectiva Concessionária de Rodovias, o competente pedido de abertura de acesso, à luz da legislação vigente, bem como apresentar toda documentação a ele inerente.

Município, dia, mês, ano

Assinatura e nome do proprietário/promitente comprador do imóvel lindeiro e cônjuge, quando casado, com firma reconhecida por autenticidade de todos que assinarem

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ANEXO 2

MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 2/2 ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE INDUSTRIA/CENTRO DE DISTRUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

Ilmo. Sr.

Diretor Geral

da Agência Reguladora de Serviços Públicos

Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP

Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi

São Paulo – SP

CEP 01451-011

Nome do proprietário/promitente comprador do imóvel lindeiro, RG _____, CPF _____, proprietário/promitente comprador _____ do imóvel localizado à margem da Rodovia _____ nome da Rodovia _____, SP - número da Rodovia _____, altura do Km _____ + _____ metros, _____ pista ou marginal sentido _____, município de _____, São Paulo, estando de acordo com a regulamentação para concessão de acesso, que se compromete a respeitar e obedecer, em todos os seus termos, solicita que lhe seja concedida autorização para abertura/regularização/readequação de acesso à sua propriedade, que será utilizada para fins _____ atividades a serem implantadas no imóvel. Se existir documento anterior ARTESP relacionado ao assunto, fazer referência e indicar o código/numeração.

Declara que conhece e se compromete a respeitar o disposto:

- No Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas
- Na Portaria ARTESP

Declara, ainda, estar ciente de que a autorização de acesso é dada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, a título precário, como ato de mera tolerância, não implicando no recolhimento da posse domínio ou qualquer outro declarante, pelo que assume o compromisso de respeitar e cumprir todas as exigências do citadas no manual e na portaria, bem como, a não mais utilizar o acesso, nem de qualquer forma, impedir o seu fechamento desde que a segurança do tráfego ou a necessidade de uso da área, a critério exclusivo da mesma, o exijam.

Declara, ainda, que não lhe cabe qualquer direito de indenização, reembolso ou compensação pela revogação da autorização, pelo que firma o presente instrumento.

Em anexo, apresenta os seguintes documentos, em vias originais, para análise com relação à viabilidade:

- Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- Cópia autenticada do Contrato de Compromisso de Compra e Venda – se for promitente comprador
- Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições, exigências, obrigações e responsabilidades constantes na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato.
- Projeto Funcional

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ANEXO 2

MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 2/2 ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE INDUSTRIA/CENTRO DE DISTRUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

Reconhece que, após a análise da documentação apresentada, e tendo recebido comunicado da ARTESP, sobre a viabilidade do pedido, deverá apresentar à Concessionária o projeto executivo e documentação complementar, conforme Portaria ARTESP, no prazo máximo e improrrogável de 90 dias. A não concretização/efetivação da entrega do projeto executivo e toda a documentação preconizada e exigida no prazo estipulado, fica desde já aceito e sem direito a nenhuma indenização de qualquer natureza, que o pedido ora efetuado perderá totalmente a sua validade. Assim sendo, caso queira retomar o assunto deve fazê-lo por meio de um novo pedido.

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês, ano

Assinatura e nome do proprietário/promitente comprador do imóvel lindeiro e cônjuge, quando casado, com firma reconhecida por autenticidade de todos que assinarem

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ANEXO 3

MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO 1/2 COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE INDUSTRIA/CENTRO DE DISTRUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
CEP 01451-011

Nome do Proprietário/Promitente Comprador do Imóvel lindeiro, RG [REDACTED], CPF [REDACTED], informa que apresentou requerimento, anterior a este, com o projeto funcional e demais documentos, solicitando a abertura/regularização/readequação de acesso, que será utilizado para fins atividades a serem implantadas no imóvel, no imóvel de sua propriedade, localizado à margem da Rodovia [REDACTED] nome da Rodovia [REDACTED], SP - número da Rodovia [REDACTED], altura do Km [REDACTED] + [REDACTED] metros, pista ou marginal sentido [REDACTED], município de [REDACTED], São Paulo.

Tendo a solicitação, apresentada anteriormente, sendo considerada em condições de aprovação, conforme comunicado da ARTESP nº [REDACTED] e não tendo ultrapassado o prazo máximo para apresentação do projeto executivo e documentação complementar. Em anexo, apresenta os seguintes documentos, em vias originais:

- Memoriais descritivos e de cálculo
- Levantamento planialtimétrico cadastral
- 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, com a assinatura do proprietário do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - ✓ Projeto geométrico
 - ✓ Projeto de pavimentação
 - ✓ Projeto de drenagem
 - ✓ Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - ✓ Projeto de iluminação
 - ✓ Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - ✓ Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - ✓ Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - ✓ Projeto de sinalização de obras
 - ✓ Projeto de implantação
- Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

ANEXO 3

MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO 2/2 COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE CONDÔMINIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA FÍSICA

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês , ano

Assinatura e nome do proprietário/promitente comprador do imóvel lindeiro e cônjuge, quando casado, com firma reconhecida por autenticidade

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone

**ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA
PESSOA JURÍDICA
ORIENTAÇÕES AO INTERESSADO**

**ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA
OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA****ÍNDICE**

1. Regulamentação Para Pedido e Funcionamento de Acesso à Rodovia	145
2. Consulta Prévia	145
3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso	146
4. Orientações Quanto aos Projetos a Serem Apresentados	148
5. Autorização	153
6. Construção	153
7. Fiscalização	153
8. Cancelamento	154
9. Disposições Gerais	154
10. Anexos	154

MINUTA

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

A abertura de acesso de indústria/centro de distribuição à faixa de domínio da rodovia estadual sob concessão, necessita ser precedida de análise da Concessionária, responsável pelo trecho da rodovia onde se pretende instalar o acesso e ser autorizada pela ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

Antes da apresentação do pedido formal, o Interessado deve solicitar à Concessionária a orientação necessária para atender as disposições técnicas e legais exigidas.

1. Regulamentação Para Solicitação e Funcionamento de Acesso à Rodovia de indústria/centro de distribuição ou outro de mesma natureza - Pessoa Jurídica

- Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas e, quando necessário, Portaria SUP/DER-078/2001 - Capítulo III, artigo 5º, itens I,II,III, VI e VII - e atender a instrução de projeto IP-DE-F00-001 do DER/SP, as notas técnicas NT-DE-F00-001 do DER/SP e demais normas técnicas vigentes.
- Portaria ARTESP

2. Consulta Prévia - Opcional

Antes de entrar com o pedido formal, caso julgue oportuno, o Interessado poderá fazer uma Consulta Prévia à ARTESP. Esta consulta, não é válida, em hipótese alguma, como um pedido de abertura/regularização/readequação de acesso, não gerando assim expectativa de direito ao acesso aspirado, tampouco nenhum direito de preferência.

Para Consulta Prévia o Interessado deverá apresentar à Concessionária:

- Modelo de Documento para Consulta Prévia - Acesso de d indústria/centro de distribuição ou outro com a mesma natureza - Pessoa Jurídica, com firma reconhecida por autenticidade, conforme modelo anexo 1, ou com procuração original do proprietário autorizando a consulta, se o pedido for de terceiro.

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

3. Pedido, Entrega da Documentação e Análise Técnica Para Abertura/Regularização/Readequação de Acesso à Rodovia de Condomínio Residencial ou Outro Com a Mesma Natureza - Pessoa Física

3.1. Para que a abertura/regularização/readequação de acesso possa ser analisada, o Interessado deverá apresentar à Concessionária, **necessariamente**, todos os documentos solicitados e descritos a seguir, em vias originais, observando todas as orientações quanto aos projetos a serem apresentados e demais critérios/diretrizes estabelecidos neste documento.

O pedido de autorização de acesso deverá ser feito pelos proprietários, ou promitentes compradores, de terreno lindeiro à faixa de domínio da rodovia, ou de terreno que não confronte com a faixa de domínio, mas que possua servidão de passagem, obtida em data anterior à data em que foram lavradas as escrituras de aquisição pelo DER.

A entrega da documentação e a análise técnica serão realizadas em duas fases: Primeira Fase - do Pedido e do Projeto Funcional e Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar:

3.1.1. Funcional

- **Documentos a serem entregues:**

- ✓ Pedido/Termo de Compromisso para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso de Condomínio de indústria/centro de distribuição ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física, assinado pelo proprietário do imóvel e cônjuge, com firma reconhecida por autenticidade - conforme modelo anexo 2
- ✓ Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- ✓ Cópia autenticada do Contrato de Compromisso de Compra e Venda – se for promitente comprador
- ✓ Cópia autenticada do contrato social e dos atos constitutivos e societários que demonstrem representação legal e atual da empresa
- ✓ Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições estabelecidas na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato
- ✓ Projeto Funcional

- **Análise Técnica**

- ✓ A documentação entregue, referente ao Pedido e ao Projeto Funcional será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do pedido e da documentação entregues referente à Primeira Fase, o Diretor de Operações da ARTESP emitirá comunicado com o parecer à Concessionária, a ser entregue ao Interessado.
- ✓ Para o projeto analisado e considerado em condições de aprovação, o Interessado terá o prazo de 90 dias, após o recebimento do comunicado emitido pela ARTESP, para entregar a documentação da Segunda Fase à Concessionária. Expirado o prazo e não entregue a documentação, o pedido será arquivado em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

3.1.2. Segunda Fase - do Projeto Executivo e da Documentação Complementar

Esta fase ocorrerá somente se o Pedido e o Projeto Funcional, analisados na Primeira Fase, forem viáveis.

- **Documentos a serem entregues:**

- ✓ Termo de Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar para Abertura/Regularização/ Readequação de Acesso à Condomínio Residencial ou outro com a mesma natureza - Pessoa Física, assinado pelo proprietário do imóvel e cônjuge, com firma reconhecida por autenticidade - conforme modelo anexo 3
- ✓ Memoriais descritivos e de cálculo
- ✓ Levantamento planialtimétrico cadastral
- ✓ 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, sem a logomarca da ARTESP ou da Concessionária, com a assinatura dos proprietários do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - Projeto geométrico
 - Projeto de pavimentação
 - Projeto de drenagem
 - Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - Projeto de iluminação
 - Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - Projeto de sinalização de obras
 - Projeto de Implantação
- ✓ Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- ✓ Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- ✓ Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

- **Análise Técnica da Segunda Fase**

- ✓ A documentação entregue, referente ao Projeto Executivo e Documentação Complementar, será analisada pela Concessionária e pela ARTESP.
- ✓ Caso seja necessário, a Concessionária ou a ARTESP, via Concessionária, poderão solicitar outros esclarecimentos/documentos/informações ou adequações aos projetos apresentados. Essas solicitações deverão ser atendidas em até 30 dias. Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará a documentação à ARTESP, onde será arquivada em definitivo. Assim sendo, caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação.
- ✓ Após apreciação, pela Concessionária e pela ARTESP, do Projeto Executivo e da Documentação Complementar entregues, referente à Segunda Fase, a Concessionária comunicará ao Interessado a aprovação, se for viável, ou a justificativa, se não for viável.

3.2. Após a aprovação dos projetos pela ARTESP, o Interessado deverá entregar 3 cópias dos mesmos à Concessionária, no prazo máximo de 15 dias, devidamente assinadas pelo proprietário do terreno e pelo responsável técnico, com o número do CREA.

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

4. Orientações quanto aos Projetos a Serem Apresentados

4.1. Projeto Funcional

- Deverá conter/seguir as seguintes diretrizes mínimas:
 - ✓ Desenho – usar como base foto aérea atualizada, formato A1
 - ✓ Planta da propriedade localizada em relação à rodovia, as amarrações do eixo do dispositivo com marcos quilométricos da rodovia (km+m) e com o sentido da pista
 - ✓ Localização do acesso, indicando a quilometragem, sentido da pista, prefixo e o nome da rodovia
 - ✓ Inclusão do norte magnético
 - ✓ Perímetro completo do terreno
 - ✓ Limites da propriedade em relação à rodovia
 - ✓ Faixa de domínio como desapropriada pelo DER/DERSA/Concessionária
 - ✓ Os comprimentos das faixas de aceleração e de desaceleração e incluir largura de acostamento e larguras das alças do acesso
 - ✓ Indicar a característica da região: urbano, rural, plano, montanhoso e outros
 - ✓ Apontar a localização do dispositivo rodoviário imediatamente anterior e posterior
 - ✓ Indicar o gabarito vertical do dispositivo, se passagem inferior
 - ✓ Existência ou não de outro acesso à propriedade
 - ✓ Distância entre o acesso solicitado e o acesso mais próximo do mesmo lado
 - ✓ Estudo de tráfego

4.2. Projeto Geométrico

4.2.1. Deverá estar em conformidade com Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas e, quando necessário, Portaria SUP/DER-078/2001 - Capítulo III, artigo 5º, itens I,II,III,VI e VII - e atender a instrução de projeto IP-DE-F00-001 do DER/SP, as notas técnicas NT-DE-F00-001 do DER/SP e demais normas técnicas vigentes.

4.2.2. Para os acessos que serão considerados pólos geradores de tráfego, deve-se atender, além das orientações descritas no item anterior, às recomendações contidas no Manual de Interseções do DNIT, no que tange aos segmentos com entrecruzamento, bem como as recomendações contidas no Green Book da AASHTO referentes às faixas de aceleração e desaceleração.

De acordo com o Manual de Procedimentos (Denatran 2001): “Os Pólos Geradores de Tráfego são empreendimentos de grande porte que atraem ou produzem grande número de viagens, causando reflexos negativos na circulação viária, em seu entorno imediato e, em certos casos, prejudicando a acessibilidade de toda a região, além de agravar as condições de segurança de veículos e pedestres”.

4.2.3. O projeto geométrico do acesso deverá conter no mínimo:

- Traçado em planta, apresentado em formato A1, na escala 1:1000, sobre ortofoto, com a topografia atualizada, com curvas de nível de metro em metro
- Perfil longitudinal do eixo principal da rodovia e dos ramos em estudo - estaca de 20 em 20 metros
- Seção transversal típica
- Limites da faixa de domínio oficial da rodovia, fornecidos pela Concessionária, conforme desapropriação efetuada pelo DER, DERSA ou pela Concessionária
- Área “*non aedificandi*”
- As alças de acesso à Rodovia
- Malha de coordenadas UTM
- Indicação do norte magnético
- Indicação de estacas de 20 em 20 metros

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

- Tabela de alinhamento horizontal contendo todas as informações referentes aos elementos utilizados tais como: raios, ângulo central, tangentes, desenvolvimento da curva, coordenadas e outros
- Superelevação ou plano cotado
- Detalhes, quando houver necessidade, tais como ilhas, curvas compostas e outros

4.3. Projeto de Pavimentação

4.3.1. Deverá atender a IP-DE-P00/001 de jan/06 do DER/SP, contendo no mínimo:

- Memorial de cálculo de pavimentos com:
 - ✓ Cálculo do número N solicitações do eixo padrão e as hipóteses envolvidas
 - ✓ Resultados das sondagens, poços de inspeção e ensaios realizados caracterizando o solo e o pavimento existente no local
 - ✓ Dimensionamento do pavimento novo (segundo a instrução de projeto do DER/SP)
 - ✓ Especificações técnicas dos serviços, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
 - ✓ Sempre que o projeto contemplar o aproveitamento de estruturas de pavimentos existentes, e desde que existam condições geométricas para tal solução, será necessário apresentar cálculo do dimensionamento das soluções de restauração com base nas instruções de projeto IP-DE-P00/002 e IP-DE-P00/003 do DER/SP
- Desenhos de Projeto executivo de Pavimentação com:
 - ✓ Planta de localização do pavimento a ser implantado, demolições e demais intervenções necessárias sobre base da última versão válida do projeto geométrico e base topográfica
 - ✓ Localização das sondagens realizadas
 - ✓ Indicação dos limites da faixa de domínio
 - ✓ Seção transversal típica onde figurem as intervenções propostas, as camadas do pavimento proposto com as respectivas espessuras e indicações dos materiais constituintes. A capacidade de suporte do subleito avaliada e o tráfego previsto devem ser explicitados (os elementos apresentados nesta seção serão verificados pela ARTESP, através dos métodos de dimensionamento do DER/SP, DNIT e/ou ABCP - Associação Brasileira de Cimento Portland).
 - ✓ Detalhe do encontro com o pavimento existente, contemplando o escalonamento das camadas existentes e a compatibilização de camadas drenantes, de modo a promover a continuidade hidráulica no interior da nova estrutura
 - ✓ Detalhe de elementos de drenagem conectados ao pavimento tais como guias, sarjetas, passeio e outros
 - ✓ Drenos subsuperficiais conectados às camadas drenantes do pavimento (DLR- dreno longitudinal raso, conforme Projeto Padrão do DER/SP)
 - ✓ Tabela contendo especificações técnicas dos serviços a serem executados, de acordo com as normas vigentes do DER/SP
- Notas mínimas a constar nos desenhos de seções-tipo:
 - ✓ Nota de como proceder no caso de ocorrência de solo do subleito com CBR menor que aquele especificado em projeto e/ou solo expansivo
 - ✓ Nota de como proceder em caso de solo mole
 - ✓ Nota recomendando que o subleito esteja isento de matéria orgânica e o lençol freático esteja rebaixado a, no mínimo, 1,50m da camada final de terraplanagem
 - ✓ Nota recomendando a compatibilização das camadas drenantes entre pavimento novo e pavimento existente de modo a garantir a continuidade hidráulica, no interior da estrutura do pavimento

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

4.4. Projeto de Drenagem

4.4.1. Deverá atender a IP-DE-H00/001 e a IP-DE-H00/002 do DER/SP e conter no mínimo:

- Memória de cálculo contendo os estudos hidráulicos e hidrológicos. Apresentar as planilhas de cálculo e os quadros resumos em conformidade ao anexo A da IP-DE-H00-002 do DER/SP
- Planta de bacias contribuintes
- Planta de drenagem superficial
 - ✓ Apresentar o traçado geométrico contendo a declividade do greide, dimensões das pistas, pontos altos e baixos com a indicação de sua localização e outros. Deve ser apresentado de forma rebaixada, enfatizando a drenagem projetada
 - ✓ A topografia deve apresentar as curvas de nível cotada de metro em metro, taludes e outros, também de forma rebaixada
 - ✓ Os dispositivos existentes e projetados devem ser representados de forma distinta
 - ✓ A legenda e a indicação de faixa de domínio devem ser apresentadas entre outros
 - ✓ Indicar o posicionamento de início e de fim (estaqueamento ou km) de todos os dispositivos de drenagem e suas nomenclaturas, conforme PP (projeto padrão dos dispositivos) do DER/SP
 - ✓ Caso a propriedade do solicitante utilize "piscinas" de retenção para amortecimento da vazão, informar em memorial e representar nos desenhos
- Perfil dos bueiros, caso haja, indicando:
 - ✓ Perfil longitudinal do bueiro de drenagem com indicação de diâmetro, classe, comprimento, declividade e sentido do fluxo
 - ✓ As cotas de entrada e saída e a seção sobre ele, o berço utilizado (brita ou concreto), posicionamento (estaqueamento) e outros
 - ✓ Detalhes da boca de entrada e saída indicando dimensões, material, indicação do posicionamento (estaqueamento ou km) e, caso haja, dispositivo de amortecimento e demais dispositivos com as devidas indicações, cotas, comprimentos e outros
 - ✓ Detalhes de guias, sarjetas, valetas, bocas-de-lobo, caixas coletoras e demais dispositivos de drenagem com suas classificações padrão DER/SP, dimensões e materiais, caso haja necessidade de utilização das mesmas
 - ✓ Caso existam interferências no local, indicar as mesmas especificando tipo, dimensões e cotas
- Apresentar legenda, notas e indicação do Norte
- Detalhamento dos dispositivos empregados. Os desenhos dos detalhes dos dispositivos devem estar de acordo com o PP do DER/SP (podem ser obtidos no próprio site do órgão). Caso o dispositivo não possua um padrão, deverá ser elaborado o seu detalhamento e submetido juntamente com a documentação de projeto para aprovação da ARTESP.

4.5. Projeto de Terraplanagem e Geotecnia

Caso haja movimentos de terra próximos à faixa de domínio da Rodovia Concessionada, resultando em taludes de altura considerável, deve ser indicada a inclinação e altura, e se for o caso, estudo de estabilidade dos mesmos.

4.6. Projeto de Iluminação

Deverá atender a IP-DE-E00/001- Projeto de Iluminação de Rodovias do DER/SP.

4.7. Projeto de Obra de Arte

Deverá atender as normas da ABNT.

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

4.8. Projeto de Paisagismo/Revestimento Vegetal

4.8.1. Para implantação de qualquer projeto de paisagismo nos acessos, envolvendo a faixa de domínio das rodovias, deverão ser obedecidas as recomendações da Norma ABNT NBR 15486 de segurança no tráfego.

4.8.2. Deverão ser usadas preferencialmente espécies vegetais nativas regionais; espécies arbustivas ou de pequeno porte.

4.8.3. É proibido o uso de espécies: frutíferas, mesmo sendo nativas e regionais; de espécies arbóreas de grande porte, muito altas ou de madeira pouco resistente, cuja queda possa causar acidentes com os usuários da rodovia (por exemplo: palmeira real, guapuruvu, paineira e outros).

4.8.4. Deve ser evitado o plantio de árvores isoladas, pois estarão mais sujeitas às intempéries como ação do vento, raios e outros.

4.8.5. Os projetos deverão prever a manutenção das mudas e o controle de pragas.

4.9. Projeto de Sinalização

Deverá conter:

4.9.1. Vertical

Sinalização de Regulamentação e Advertência, mostrando a circulação do acesso desde a rodovia até o limite de faixa de domínio.

4.9.2. Horizontal

O acesso deverá ser sinalizado conforme os padrões exigidos pela ARTESP, ou seja, “taper” de aceleração, narizes, divisões de faixas e “taper” de desaceleração, devidamente cotados e amarrados.

4.9.3. Materiais técnicos a serem utilizados para elaboração e análise do projeto:

- Código de Trânsito Brasileiro - CTB
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN:
 - ✓ Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação
 - ✓ Volume II - Sinalização Vertical de Advertência
 - ✓ Volume IV - Sinalização Horizontal
- Manual Brasileiro de Sinalização Rodoviária do Departamento de Estradas de Rodagem - DER
 - ✓ Volume I - Projeto
 - ✓ Volume II - Tomo I - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume II - Tomo II - Confecção de Sinais
 - ✓ Volume III - Obras, Serviços de Conservação e Emergência
- Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito
- Normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

4.10. Projeto de Implantação

Deverá conter:

4.10.1. Perímetro completo do terreno, de acordo com a matrícula atualizada, com todas as coordenadas UTM dos pontos de encontro do terreno com os vizinhos e com a faixa de domínio da rodovia; e indicação dos nomes dos proprietários vizinhos.

4.10.2. Plantas das obras e instalações do empreendimento/imóvel a serem construídas/reformadas, acompanhadas de memorial descritivo, área para circulação e estacionamento de veículos e a devida sinalização.

4.11. Meio Ambiente

4.11.1. Deverão ser apresentadas autorizações e/ou licenças ambientais quando houver intervenções nas faixas de domínio ou próximas a estas, que impactem em áreas de proteção ambiental (APA) e/ou vegetação nativa em estágios secundários e avançados de regeneração.

4.11.2. Devem ser objeto de consulta sobre a necessidade de licenciamento ambiental as intervenções nas faixas de domínio ou áreas lindeiras próximas a estas quando as mesmas estiverem inseridas nas áreas de proteção dos mananciais definidas pela Lei nº 898, de 18 de dezembro de 1975 e pela Lei 1.172 de 17 de novembro de 1976, ou em unidades de conservação do Estado.

4.11.3. Na execução das intervenções devem ser adotados os cuidados necessários para evitar o desenvolvimento de processos erosivos, rupturas de taludes, o assoreamento e interrupção de drenagens naturais e outras situações que possam acarretar danos ambientais.

4.12. Dentre os vários itens importantes do projeto, observar a distância entre dois dispositivos de acesso. Distância mínima entre o fim da pista de aceleração de um (saída do estabelecimento para a pista) e o início de desaceleração do outro (saída da pista para o estabelecimento) dos acessos a estabelecimentos comerciais é de 500,00 metros. . Essa distância poderá ser reduzida, quando a necessidade assim o indicar, a critério da ARTESP.

4.13. Na elaboração dos projetos o Interessado deverá pesquisar, levantar e verificar a existência de quaisquer obras, serviços ou demais ocupações de faixa de domínio, que possam interferir na elaboração do projeto e execução da obra, sob sua inteira responsabilidade e expensas.

4.14. Deverão ser atendidas, em até 30 dias, as solicitações realizadas pela Concessionária/ARTESP de informações complementares para análise ou adequações aos projetos apresentados.

Decorridos 90 dias do prazo estabelecido, sem o pronunciamento do Interessado, a Concessionária enviará o processo à ARTESP, onde será arquivado em definitivo.

Caso o Interessado queira retomar o assunto, após o arquivamento, deverá reiniciar o processo com a apresentação de toda a documentação e o pagamento de nova tarifa de implantação.

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

5. Autorização

- 5.1.** A autorização de acesso será concedida a título precário aos proprietários, ou promitentes compradores, de terreno lindeiro à faixa de domínio da rodovia, ou de terrenos que não confrontem com a faixa de domínio, mas que possuam servidão de passagem, obtida em data anterior à data em que foram lavradas as escrituras de aquisição pelo DER, podendo ser cancelada a qualquer tempo, sem que caiba ao seu titular qualquer direito à indenização.
- 5.2.** A Competência para autorizar a concessão de Acesso de indústria/centro de distribuição ou outro de mesma natureza é do Diretor de Operações da ARTESP.
- 5.3.** A Concessionária comunicará ao Interessado o deferimento ou indeferimento da solicitação, após publicação no Diário Oficial do Estado e informado pela ARTESP.
- 5.4.** A ARTESP devolverá uma cópia do projeto, quando aprovado, ao Interessado, para a sua execução. A entrega da cópia do projeto aprovado será realizada pela Concessionária.
- 5.5.** Deverá ser assinado Termo de Autorização de Início de Obras entre a Concessionária e o Interessado, estabelecendo as condições para construção, o funcionamento do acesso, bem como autorizando o início das obras e serviços do acesso aprovado.

6. Construção

- 6.1.** A construção do acesso é de responsabilidade do Interessado, que deve arcar com todas as despesas para implantação, operação, manutenção e conservação do acesso.
- 6.2.** Os prazos para início e conclusão das obras de construção serão, respectivamente, de 6 (seis) meses e de 2 (dois) anos, contados da data de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo do ato de autorização de acesso.
- 6.3.** A Concessionária, sob a supervisão da ARTESP, fiscalizará a construção do acesso, que deverá ser realizada de acordo com o projeto aprovado.
- 6.4.** O Interessado deverá entregar à Concessionária o cronograma de obras para implantação/regularização dos acessos.
- 6.5.** Ao término da obra é obrigatório a entrega pelo Interessado do As Built, em até 10 dias, sem o qual não poderá ser feita a vistoria de término da obra e a liberação para funcionamento do acesso pela Concessionária.
- 6.6.** Após a liberação pela Concessionária, caso a ARTESP constate que o acesso não está de acordo com o projeto aprovado, serão aplicadas as penalidades previstas em lei.

7. Fiscalização

- 7.1.** A fiscalização dos acessos e da sinalização implantada será exercida pela Concessionária sob a supervisão da ARTESP.
- 7.2.** Caso durante a fiscalização seja detectada alguma irregularidade, o titular da autorização do acesso será penalizado conforme a legislação vigente, sendo notificado para sanar as irregularidades dentro prazo estabelecido.
- 7.3.** As penalidades serão aplicadas pela ARTESP.
- 7.4.** Quando houver necessidade de intervenções no pavimento, obras, drenagem ou sinalização de acesso e não for realizada no prazo estabelecido na notificação, a Concessionária adotará as medidas cabíveis e solicitará o ressarcimento ao titular da autorização do acesso.

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

8. Cancelamento

- 8.1.** O detentor da autorização do acesso poderá requerer o seu cancelamento mediante solicitação dirigida ao Diretor Geral da ARTESP.
- 8.2.** A ARTESP poderá cancelar a Autorização mediante interesse público, desvio de finalidade, ter ficado inativo por período superior a 3 meses ou por não atender as exigências previstas na regulamentação em vigor.

9. Disposições Gerais

- 9.1.** O Interessado se responsabilizará por quaisquer danos ou prejuízos materiais ou morais que, por si ou por seus prepostos, vierem a causar à estrada ou rodovia, ao órgão rodoviário, terceiros e ao meio ambiente advindo da implantação, operação, manutenção ou conservação do acesso.
- 9.2.** O titular da autorização de acesso não poderá permitir alterações das finalidades do acesso, previstos na concessão da autorização, nem introduzir qualquer modificação no projeto, em execução ou já executado, sem a autorização prévia da ARTESP, mediante requerimento dirigido ao seu Diretor Geral, juntando-se o respectivo projeto modificativo, entregue à Concessionária, responsável pelo trecho da Rodovia, onde está/será instalado o acesso.
- 9.3.** Ocorrendo a necessidade de substituição do titular da autorização de acesso, a ARTESP deverá ser comunicada por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, por meio documento entregue à Concessionária, comprometendo-se, expressamente, o novo titular, a satisfazer e respeitar as exigências na regulamentação existente, sem o que não será expedida nova autorização.
- 9.4.** No caso de locação, arrendamento, empréstimo ou outra modalidade qualquer de transferência de direito de uso a terceiros, no todo ou em parte, do estabelecimento, o titular da autorização de acesso deverá comunicar por escrito a ARTESP, por meio da Concessionária, no prazo de 30 (trinta) dias, o fato jurídico ocorrido, informando, também, que o terceiro conhece e se obriga a respeitar as normas previstas na regulamentação, permanecendo, no entanto, integral sua responsabilidade no que concerne ao cumprimento das obrigações previstas na regulamentação.
- 9.5.** A inobservância das exigências previstas na regulamentação existente estará sujeita a aplicação de multas e cancelamento da Autorização.

10. Anexos

Fazem parte deste documento os seguintes anexos:

- Anexo 1 - Modelo Para Consulta Prévia
- Anexo 2 - Modelo Para Pedido/Termo de Compromisso de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso
- Anexo 3 - Modelo Para Entrega do Projeto Executivo e Documentação Complementar de Abertura/ Regularização/ Readequação de Acesso

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

ANEXO 1

MODELO PARA CONSULTA PRÉVIA – ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

Ilmo. Sr.
Diretor Geral
da Agência Reguladora de Serviços Públicos
Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP
Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi
São Paulo – SP
CEP 01451-011

Pelo presente instrumento, razão social da empresa proprietária do imóvel lindeiro/promitente compradora , devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o número 00.000.000/000-00, DECLARA PARA OS DEVIDOS FINS ser proprietária/promitente compradora do imóvel a seguir descrito:

Características Gerais:
Rodovia:
Km+m:
Sentido de pista ou marginal:
Bairro:
CEP:
Município:
Atividade Pretendida:

Declara, ainda, estar ciente que este pedido refere-se tão somente a uma consulta informal quanto à viabilidade ou não do acesso pretendido, não sendo válido em nenhuma hipótese, como um pedido formal de abertura de acesso e, não gerando assim, expectativa de direito ao acesso almejado, tampouco nenhum direito de preferência sobre qualquer pedido válido apresentado após a data deste documento.

Por fim, uma vez viável a sobredita análise e, caso ainda haja interesse em sua implementação, comprometo-me PROTOCOLAR, junto à respectiva Concessionária de Rodovias, o competente pedido de abertura de acesso, à luz da legislação vigente, bem como apresentar toda documentação a ele inerente.

Município, dia, mês, ano

Assinatura e nome do representante legal da empresa/promitente compradora do imóvel lindeiro, com firma reconhecida por autenticidade, bem como cópia do último ato constitutivo/contrato social

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

ANEXO 2

MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 1/2 ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE INDUSTRIA/CENTRO DE DISTRUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

Ilmo. Sr.

Diretor Geral

da Agência Reguladora de Serviços Públicos

Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP

Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi

São Paulo – SP

CEP 01451-011

Razão social da empresa proprietária/promitente compradora do móvel lindeiro, CNPJ _____, proprietária/promitente compradora do imóvel localizado à margem da Rodovia _____ nome da Rodovia, SP - número da Rodovia _____, altura do Km _____ + _____ metros, pista ou marginal sentido _____, município de _____, São Paulo, estando de acordo com a regulamentação para concessão de acesso, que se compromete a respeitar e obedecer, em todos os seus termos, solicita que lhe seja concedida autorização para abertura/regularização/readequação de acesso à sua propriedade, que será utilizada para fins _____ atividades a serem implantadas no imóvel. Se existir documento anterior ARTESP relacionado ao assunto, fazer referência e indicar o código/numeração.

Declara que conhece e se compromete a respeitar o disposto:

- No Manual de Normas do DER – Seção 3.02 – Autorizações para Acessos às Estradas
- Na Portaria ARTESP

Declara, ainda, estar ciente de que a autorização de acesso é dada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, a título precário, como ato de mera tolerância, não implicando no recolhimento da posse domínio ou qualquer outro declarante, pelo que assume o compromisso de respeitar e cumprir todas as exigências do citadas no manual e na portaria, bem como, a não mais utilizar o acesso, nem de qualquer forma, impedir o seu fechamento desde que a segurança do tráfego ou a necessidade de uso da área, a critério exclusivo da mesma, o exijam.

Declara, ainda, que não lhe cabe qualquer direito de indenização, reembolso ou compensação pela revogação da autorização, pelo que firma o presente instrumento.

Em anexo, apresenta os seguintes documentos, em vias originais, para análise com relação à viabilidade:

- Cópia do título de propriedade do terreno registrado e transcrito, expedido a menos de 30 dias pelo cartório onde está matriculado
- Cópia autenticada do Contrato de Compromisso de Compra e Venda – se for promitente comprador
- Cópia autenticada do contrato social e dos atos constitutivos e societários que demonstrem representação legal e atual da empresa
- Cópia autenticada do contrato de locação/arrendamento/comodato e declaração do locatário/arrendatário/comodatário aceitando e se comprometendo a cumprir as condições, exigências, obrigações e responsabilidades constantes na legislação – quando se tratar de propriedade locada/arrendada/em comodato.
- Projeto Funcional

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

ANEXO 2

**MODELO PARA PEDIDO/ TERMO DE COMPROMISSO DE 2/2
ABERTURA/ REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE
INDUSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA
NATUREZA - PESSOA JURÍDICA**

Reconhece que, após a análise da documentação apresentada, e tendo recebido comunicado da ARTESP, sobre a viabilidade do pedido, deverá apresentar à Concessionária o projeto executivo e documentação complementar, conforme Portaria ARTESP, no prazo máximo e improrrogável de 90 dias. A não concretização/efetivação da entrega do projeto executivo e toda a documentação preconizada e exigida no prazo estipulado, fica desde já aceito e sem direito a nenhuma indenização de qualquer natureza, que o pedido ora efetuado perderá totalmente a sua validade. Assim sendo, caso queira retomar o assunto deve fazê-lo por meio de um novo pedido.

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês, ano

Assinatura e nome do representante legal da empresa/promitente compradora do imóvel lindeiro, com firma reconhecida por autenticidade

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

ANEXO 3

MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO 1/2 COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE INDUSTRIA/CENTRO DE DISTRUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

Ilmo. Sr.

Diretor Geral

da Agência Reguladora de Serviços Públicos

Delegados de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP

Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi

São Paulo – SP

CEP 01451-011

Razão Social da Empresa Proprietária/Promitente Compradora do Imóvel, CNPJ , ,
informa que apresentou requerimento, anterior a este, com o projeto funcional e demais documentos,
solicitando a abertura/regularização/readequação de acesso, que será utilizado para fins
atividades a serem implantadas no imóvel, no imóvel de sua propriedade, localizado à margem da
Rodovia nome da Rodovia , SP - número da Rodovia , altura do Km + metros,
pista ou marginal sentido , município de , São Paulo.

Tendo a solicitação, apresentada anteriormente, sendo considerada em condições de aprovação,
conforme comunicado da ARTESP nº e não tendo ultrapassado o prazo máximo para
apresentação do projeto executivo e documentação complementar. Em anexo, apresenta os
seguintes documentos, em vias originais:

- Memoriais descritivos e de cálculo
- Levantamento planialtimétrico cadastral
- 2 Cópias do projeto executivo completo do acesso, com a assinatura do proprietário do imóvel e do responsável técnico, contendo:
 - ✓ Projeto geométrico
 - ✓ Projeto de pavimentação
 - ✓ Projeto de drenagem
 - ✓ Projeto de terraplenagem e geotecnia
 - ✓ Projeto de iluminação
 - ✓ Projeto de estrutura de obra de arte especial – quando necessário
 - ✓ Projeto de paisagismo/revestimento vegetal
 - ✓ Projeto de sinalização vertical e horizontal
 - ✓ Projeto de sinalização de obras
 - ✓ Projeto de implantação
- Autorizações e/ou licenças ambientais – quando necessário
- Outras condições exigidas, além das especificadas nas formas técnicas, tendo em vista os preceitos da engenharia de tráfego, arquitetônicos, urbanísticos e/ou estabelecidos por órgãos/legislações federais, estaduais e municipais
- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica

ACESSO DE INDÚSTRIA/CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

ANEXO 3

MODELO PARA ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO 2/2 COMPLEMENTAR DE ABERTURA/REGULARIZAÇÃO/ READEQUAÇÃO DE ACESSO DE CONDÔMÍNIO RESIDENCIAL À RODOVIA OU OUTRO COM A MESMA NATUREZA - PESSOA JURÍDICA

Reconhece que o não cumprimento das exigências, previstas na regulamentação existente, ensejará no cancelamento da Autorização e no fechamento físico do acesso, caso lhe seja concedida a Autorização

Município, dia, mês , ano

Assinatura e nome do representante legal /promitente compradora do imóvel lindeiro, com firma reconhecida por autenticidade

TESTEMUNHAS:

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 1

Assinatura, Nome e RG da Testemunha 2

Endereço completo para contato e correspondência:

Nome

Rua

CEP

Nº

Município/SP

Complemento

Telefone